



Maria de Lourdes de A. Fávero

a **UNE** em
tempos de
AUTORITARISMO

EDITORA

Editora UFRJ

**a UNE em
tempos de
AUTORITARISMO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor *Aloísio Teixeira*

Vice-Reitora *Sylvia Vargas*

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

Coordenadora *Beatriz Resende*

EDITORA UFRJ

Diretor *Carlos Nelson Coutinho*

Coordenadora de *Lisa Stuart*

Edição de Texto

Coordenadora de *Janise Duarte*

Produção

Conselho Editorial *Carlos Nelson Coutinho* (presidente)

Charles Pessanha

Diana Maul de Carvalho

José Luís Fiori

José Paulo Netto

Leandro Konder

Virgínia Fontes

Maria de Lourdes de A. Fávero

**a UNE em
tempos de
AUTORITARISMO**

2ª edição revista
EDITORA UFRJ
2009

Copyright © 2009 by Maria de Lourdes de A. Fávero

Ficha Catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico SIBI-UFRJ

Fávero, Maria de Lourdes de A.

F273u A UNE em tempos de autoritarismo. / Maria de Lourdes de A. Fávero. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

292 p.; 14 x 21 cm.

1. União Nacional dos Estudantes. 2. Organizações estudantis – Brasil – História. I. Título.

C71.81

ISBN 978-85-7108-344-8

1ª edição: 1995

edição de texto

João Sette Camara

Lisa Stuart

revisão

Cecília Moreira

capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Marisa Araujo

fotografia da capa

Estudantes em passeata no centro do Rio de Janeiro (21/6/1968).

Foto Evandro Teixeira. Agência JB/CPDoc JB.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fórum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

Av. Pasteur, 250, sala 107

22290-902 – Praia Vermelha

Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2295-1595 r. 210, 224 e 225

Tel./Fax: (21) 2542-7646 / 2295-0346

<http://www.editora.ufrj.br>

Apoio



Fundação Universitária
José Bonifácio



*Em memória dos estudantes brasileiros
mortos e perseguidos pelo autoritarismo.*

Os amores na mente, as flores no chão
a certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
aprendendo e ensinando uma nova lição...

Para não dizer que não falei das flores, Geraldo Vandré

Relação de figuras | 11

Apresentação | 15

1 A história dos protestos | 21

2 As lutas pela reforma | 35

3 A UNE e os Seminários Nacionais de Reforma Universitária | 49

4 O autoritarismo pós-1964 e a radicalização do processo | 65

5 Enfrentamentos: Lei Suplicy e Acordos MEC–USAID | 81

6 Chegando ao termo | 99

Referências bibliográficas | 105

Anexos

1 *Declaração da Bahia* | 115

2 *Carta do Paraná* | 163

3 *Luta atual pela reforma universitária* | 241

relação de figuras

apresentação | 15

Soldados em frente ao Restaurante Central do Estudantes, conhecido como Calabouço, no Rio de Janeiro.

Foto autoria desconhecida, sem data, CPDoc JB.

capítulo 1 | 21

Após conflito com a polícia, no qual Edson Luís é assassinado, estudantes velam o corpo para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Foto Hamilton Corrêa, 28/3/1968, AJB/CPDoc JB.

capítulo 2 | 35

Estudantes do Rio de Janeiro no cortejo fúnebre de Edson Luís em frente ao prédio da UNE, na Praia do Flamengo.

Foto Evandro Teixeira, 29/3/1968, CPDoc JB.

capítulo 3 | 49

Após a missa de 7º dia pela morte de Edson Luís, estudantes entram em confronto com a polícia na Igreja da Candelária.

Foto Evandro Teixeira, 4/4/1968, CPDoc JB.

capítulo 4 | 65

Estudantes do Rio de Janeiro em assembleia no Teatro de Arena da UFRJ, na Praia Vermelha.

Foto Ronaldo Theobald, 20/6/1968, AJB/CPDoc JB.

capítulo 5 | 81

Estudantes do Rio de Janeiro na Reitoria no Teatro de Arena da UFRJ. À direita, em pé, Vladimir Palmeira.

Foto França, 20/6/1968, AJB/CPDoc JB.

capítulo 6 | 99

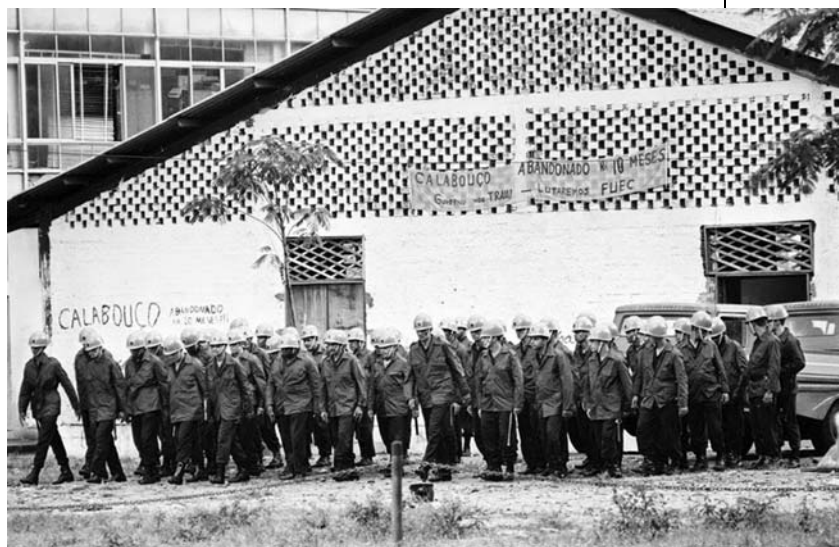
Estudantes em passeata no centro do Rio de Janeiro.


Foto Evandro Teixeira, 21/6/1968, AJB/CPDoc JB.

anexos | 113

Passeata dos Cem Mil.

Foto Evandro Teixeira, 26/6/1968, CPDoc JB.





A análise dos problemas ocorridos durante o período do regime militar referentes a sua ação direta e contundente sobre o movimento estudantil brasileiro não pode restringir-se à realidade brasileira, desconhecendo-se o amplo contexto continental em que eclodem, concomitantemente, numerosas manifestações pela democratização das sociedades sul-americanas encabeçadas por estudantes, operários e intelectuais progressistas, cujas vozes, tantas vezes, foram violentamente silenciadas.

O movimento estudantil em prol da reforma universitária, da democratização da sociedade e da socialização ampla do saber é uma peculiaridade de um país – o Brasil – no continente. Suas raízes mais tenras podem ser identificadas na *Carta de Córdoba* (Argentina) de 21 de junho de 1918, impelindo a reforma universitária e a formação de federações nacionais de estudantes ou uniões nacionais entre 1920 e 1930 em quase toda a América Latina – Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, México –, estendendo-se mais tarde a Cuba (Portantiero, 1978).

Todos se imbuíram do espírito renovador, da possibilidade de transformação social e de uma consciência de homem americano, distinto do norte-americano e/ou do europeu.

Às vezes, em meio a discursos aparentemente xenófobos, o que realmente se pode ler não é o fechamento à cultura de outros continentes, mas o desejo de abrir à compreensão de nossa realidade, de não apenas assegurar legalmente a igualdade de

direitos entre os homens, mas de encontrar meios ou caminhos pelos quais se efetive a igualdade de acesso de todos ao patrimônio cultural do continente sul.

Desde 1918, em Córdoba, um movimento de renovação foi adquirindo traços de um acontecimento histórico de magnitude continental, do ponto de vista ético, social e político. A favor de quem e contra quem era este movimento? Que interesses contrariou? Aí reside a resposta de seu malogro nos anos 1960 e 1970.

Os movimentos estudantis na América do Sul não foram mal-sucedidos por seu caráter de renovação acadêmica, mas porque, concomitantemente à renovação acadêmica, aderiram a um amplo projeto de reforma social, política e econômica – defendida por diferentes segmentos progressistas da sociedade – cuja realização significaria a deposição das oligarquias nacionais e a possível comoção dos grupos hegemônicos internacionais a elas vinculados.

É importante não superestimar as forças estudantis como autônomas e portadoras de um projeto de mudanças, elas mesmas desvinculadas do conjunto social, bem como não subestimá-las, considerando-as apenas massa de manobra a serviço da “direita” ou da “esquerda” do País.

Os movimentos estudantis não se realizaram à margem das contradições mais agudas pelas quais passou (e passa) a sociedade brasileira; por outro lado, suas propostas renovadoras têm um perfil próprio de manifestação. Os estudantes, ao mesmo tempo em que se pretendiam “revolucionários”, participavam de uma aprendizagem do processo político, em termos de conservação e mudança.

Interessa-nos, pois, resgatar um momento historicamente situado e datado, sabendo-se que a compreensão de fenômenos particulares só se torna possível se considerados dentro do contexto social mais amplo do qual emergem e ao qual se voltam. Esse

momento diz respeito à relação dos estudantes com a reforma da universidade, implantada oficialmente a partir de 1968, com a lei nº 5.540/1968 e toda a legislação complementar, com a forma ou formas como os estudantes pretenderam dela participar e, também, a maneira como os estudantes foram coagidos e postos à margem das decisões pertinentes a seus próprios destinos.

Desenvolvemos o presente trabalho em seis partes: a) a história dos protestos resgata as raízes dos movimentos estudantis anteriores a 1958 e necessários ao entendimento do ocorrido entre 1958 e 1968; b) as lutas pela reforma retratam as interferências estudantis no processo da reforma universitária e sua participação nele; c) a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os seminários nacionais de reforma universitária, em que se mergulha mais fundo na problemática anterior e se analisa o momento culminante (e seus produtos) de participação estudantil no movimento reformista; d) o autoritarismo pós-1964 e a radicalização do processo que espelha o aumento da crise social instalada pelo golpe militar de 1964; e) enfrentamentos: Lei Suplicy e Acordos MEC–Usaid, nos quais se revela o nível de repressão atingido pelo governo, ao tentar anular qualquer interferência estranha e contrária ao seu projeto de sociedade dependente capitalista. Finalmente, a última parte – chegando ao termo – pretende arrematar o estudo e levantar algumas questões.

Como anexos, foram colocados os documentos produzidos pelo I e pelo II Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU) – *Declaração da Bahia* (1961) e *Carta do Paraná* (1962) –, e o documento da diretoria da UNE sobre a reforma universitária: *Luta atual pela reforma universitária* (1963), bem como o projeto de emenda constitucional e de substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (aprovados no III SNRU), considerados subsídios importantes para as discussões sobre a universidade. Sua publicação também se deve ao fato de constituírem material pouco encontrado nas bibliotecas e/ou de difícil acesso.

Este trabalho foi escrito a partir do relatório da pesquisa “O movimento da reforma universitária: 1958-1968”. Tal investiga-

ção, levada a cabo entre os anos de 1983 e 1986, contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na primeira etapa da pesquisa, beneficiamo-nos da colaboração de Maria Lucila da Silva Telles, que ajudou no levantamento e análise de fontes documentais existentes em arquivos e bibliotecas, no Rio de Janeiro. Na segunda etapa, contamos com a colaboração de Elizabeth Jones para o levantamento de outros dados necessários à transformação do relatório da pesquisa em texto a ser publicado. Agradecemos a Ana Arruda, Jader Medeiros de Britto e José Francisco Neto pela leitura e sugestões feitas ao trabalho.

Estimulada pela receptividade e pelo interesse despertado entre pesquisadores e estudiosos sobre a temática e estando esgotada a primeira edição deste livro, publicada em 1995, consideramos oportuno preparar esta segunda edição revista. Para isso, contamos com o apoio do CNPq.

capítulo 1



A HISTÓRIA DOS PROTESTOS

Do século XVIII ao Estado Novo, os estudantes brasileiros, em movimentos não muito articulados, lutaram contra a invasão estrangeira – as primeiras manifestações de estudantes datam de 1710, quando o Rio de Janeiro foi invadido pelo corsário Duclerc, havendo também manifestações pela independência, contra a escravidão, pela República e contra a ditadura. Com as campanhas em prol da Abolição da Escravatura e a favor do regime republicano, algumas dessas manifestações começaram a adquirir certo nível de organização, trocando o caráter episódico por um trabalho mais sistemático, por meio de discussões dentro das instituições de ensino superior, dos comícios políticos, da propaganda pela imprensa. No entanto, mesmo depois da Proclamação da República, a participação dos estudantes se processa de forma dispersa e ocasional; isto vai ocorrer até fins da década de 1930.

Com referência ao século XIX, devemos salientar aqui o papel desenvolvido pelos cursos jurídicos. Criados em 1827 e instalados no ano seguinte – um no Convento de São Francisco, em São Paulo, e outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda –, passaram a ter grande importância e influência na formação das elites e da mentalidade política do Império. Foram, sem dúvida, centros de irradiação de novas ideias filosóficas, de movimentos literá-

rios, debates e discussões culturais. Tornaram-se provedores de quadros para as assembleias, assim como para o governo das províncias e para o Governo Central (Moreira, 1960, p. 53).

Mas a dispersão ou aglutinação e as formas incipientes ou consistentes de organização nem sempre foram apresentadas com relativa isenção, quer pelas entidades estudantis, quer pelos governos ou por seus porta-vozes; uns, por superestimarem sua atuação; outros, por distorcerem, a seu bel-prazer, as participações estudantis na política brasileira, visando quase sempre subestimar, para o grande público, a força jovem do País ou superestimá-la, para melhor interferir nos focos de tensão e pulverizá-los.

Não podemos esquecer que os estudantes constituem um grupo bastante eclético e contraditório. Eclético por sua composição não ser homogênea, principalmente em se tratando de estudantes do nível médio e superior: seus componentes, oriundos de distintas camadas sociais, defendem interesses comuns ou divergentes; contraditório exatamente por apresentar, em diferentes momentos, orientações e posições elitistas de um lado, e comprometidas com interesses e necessidades mais amplas da sociedade, de outro.

A união dos estudantes provenientes das classes mais favorecidas com os provenientes das classes populares ocorreu em momentos históricos datados, dentro de um contexto mais amplo de transformações, quando do confronto entre forças renovadoras e progressistas com forças conservadoras da sociedade. Assim, as passeatas contra o Estado Novo, em 1944, ou a Passeata dos Cem Mil, em 1968, são episódios que não se dão à margem de uma luta aberta contra as forças coercitivas do Estado, compreendidas por numerosos setores sociais.

Os estudantes não constituem uma classe social, mas uma categoria social composta por frações de classes; somente dessa forma podemos entendê-los.

A organização do movimento estudantil brasileiro ocorreu posteriormente à dos outros países latino-americanos. A partir de 1930, evidencia-se para os universitários a necessidade de terem uma entidade que organizasse nacionalmente o movimento. Entretanto, essa ideia só será concretizada alguns anos mais tarde, quando, às vésperas do Estado Novo, é instalado solenemente pelo ministro Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, o I Conselho Nacional de Estudantes, em 11 de agosto de 1937. As sessões se sucedem entre os dias 12 e 16. Para alguns, 11 de agosto de 1937 passa a ser considerada como a data da fundação da UNE, embora o reconhecimento oficial e formal da entidade viesse a ocorrer em dezembro do ano seguinte, no II Congresso Nacional de Estudantes (Poerner, 1979, p. 132).

A instalação do I Conselho realiza-se na Casa do Estudante do Brasil, dirigida pela presidente vitalícia e fundadora daquela casa, Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, contando com representantes de São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Nessa reunião, logo de saída, é aprovada uma proposta do representante do Diretório Central de Estudantes de Minas Gerais, proibindo expressamente a discussão de temas políticos. Dos assuntos levados a plenário, o principal foi a elaboração dos estatutos do novo órgão estudantil.¹

De acordo com o histórico elaborado dois anos mais tarde pela diretoria da UNE, o II Congresso Nacional de Estudantes se realiza em 1938. Sua efetivação resultou da ação dos estudantes a favor de sua união e organização numa entidade de âmbito nacional. Segundo Poerner, se existiram organizações de estudantes universitários antes, elas tiveram, em geral, caráter transitório e regional (ibid., p. 127-128).

Com a preocupação de oficializar a entidade que representaria o segmento universitário, discutir e elaborar propostas, foi aberto solenemente o II Congresso em 5 de dezembro de 1938, contando com cerca de oitenta associações universitárias

e secundárias da maioria dos estados. A sessão de abertura do congresso ocorreu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e a ela compareceram muitos professores e um representante do ministro da Educação. Entre os oradores que se fizeram ouvir na ocasião, destacam-se o professor Evaristo de Moraes, em nome dos docentes universitários, e o físico José Leite Lopes, representante, naquele congresso, da delegação estudantil pernambucana (ibid., p. 136-137).

Ao contrário do que ocorrera no ano anterior, o II Congresso é marcado, como demonstram os títulos de suas teses e o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, desde a primeira sessão plenária, por seu caráter político, embora não se pudesse falar na existência de uma postura antigovernamental. Nas teses apresentadas e nos debates, nota-se acentuada preocupação relativa aos problemas nacionais, como a questão do analfabetismo, do ensino rural e da implantação da siderúrgica nacional (ibid., p. 137-138).

Para o movimento estudantil, esse congresso representa um marco histórico: nele fica demonstrada a necessidade e a urgência de ser criada oficialmente uma entidade nacional que congregasse os estudantes universitários. Essa necessidade é vista com maior clareza a partir da tese do representante do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, Antônio Franca, segundo a qual, sem a existência de uniões estaduais, seria difícil a formação de uma organização nacional. Essa tese contribui para a decisão mais importante do congresso, transformado automaticamente, em 22 de dezembro de 1938, na segunda assembleia do Conselho Nacional de Estudantes: o reconhecimento formal da UNE e a aprovação de seus estatutos (ibid., p. 139-140).

Encerrado o II Congresso, coube à diretoria eleita assumir não só o comando da entidade, agora oficialmente criada, mas também o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, apresentado e aprovado na mesma ocasião. Partindo de considerações de caráter geral, como a que afirma ser “o estudante brasileiro, na sua maioria, pobre e desprotegido finan-

ceira, moral e intelectualmente”, o plano apresenta cinco blocos de sugestões: a) solução para o problema educacional; b) solução para o problema econômico do estudante; c) reforma dos objetivos gerais do sistema educacional brasileiro, no sentido da unidade e da continuidade; d) reforma universitária; e) organizações extraescolares (apud Poerner, 1979, p. 324-329).

Das sugestões contidas nesse documento algumas são mais de caráter didático-pedagógico e administrativo, enquanto outras são mais de caráter político-pedagógico. Entre as primeiras, colocam-se: a) necessidade de os programas serem elaborados por comissões formadas por professores especializados e representantes estudantis; b) seleção de professores por concurso de provas (peso maior) e de títulos (peso menor), com obrigação de prestarem provas de sua capacidade científica e didática de dez em dez anos; c) estímulo à livre-docência; d) aproveitamento dos alunos mais capazes nos cargos de monitores-estagiários, com concurso e remuneração condignos; e) aprimoramento dos conhecimentos do corpo discente por meio de apresentação de trabalhos individuais – teses, pesquisas bibliográficas ou científicas etc. – e introdução de medidas objetivas (testes) nos exames finais, prevendo o uso de exposições, com consulta, a todo material bibliográfico e instrumental.

Ao lado dessas sugestões ou reivindicações, que objetivam a modernização das instituições, encontram-se outras, de ordem político-pedagógica, que defendiam: a) a promoção e o estímulo à transmissão e desenvolvimento do saber, dos métodos de estudo e pesquisa por meio do exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de acordo com as necessidades e fins sociais; b) a seleção dos estudantes unicamente pelo critério das capacidades comprovadas cientificamente; c) a eleição do reitor e de diretores de escolas pelos corpos docente e discente, conjuntamente representados no Conselho Universitário (Poerner, 1979, p. 326-327).

Examinando essas reivindicações, verificamos que algumas delas, contendo, para aquele momento histórico, significado im-

portante, ainda são objetivo de luta até hoje nas instituições de ensino superior. É preciso ter presente que, de forma acentuada, após o Golpe de 1937, uma das grandes preocupações do Estado é colocar a educação e a escola a serviço da ideologia vigente, o que se evidencia muito claramente nas declarações do próprio ministro Capanema, quando, por ocasião das comemorações do Centenário do Colégio Pedro II, em dezembro daquele ano, assinala:

Providência inadiável a ser tomada é a elaboração de um código das diretrizes da educação nacional [...]. Serão aí, nesse corpo único da lei, estabelecidas as diretrizes ideológicas sob cuja influência toda a educação será realizada, e, ainda, os princípios gerais de todo o aparelho educativo do País. (Capanema, 1937, p. 21)

E, em outra passagem:

Sendo a educação um dos instrumentos do Estado, seu papel será ficar a serviço da Nação [...]. Assim, a educação [...], longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas que formam a base da Nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado. (Ibid., p. 23)

É importante destacar essas posições expressas pelo Ministério da Educação, tendo-se em vista a realização do II Congresso Nacional de Estudantes em pleno Estado Novo, não havendo sequer espaço para debate; ao contrário, caracteriza-se este por ser um período em que o governo tenta exterminar toda e qualquer experiência democrática e de abertura, distinguindo-se como autoritário e favorecido pela emergência do fascismo e do nazismo, de cujas simpatias tenta se beneficiar sem se comprometer.

As sugestões relativas à defesa do exercício das liberdades de pensamento, tais como são propostas pelos estudantes, representam reivindicações ou contestações em face do estabelecido.

Quanto à escolha de dirigentes, por exemplo, reivindica-se que o reitor e os diretores de unidades sejam eleitos pelos corpos docente e discente, contrariando o determinado na lei nº 452, de 5 de julho de 1937, ao prescrever em seu art. 27: “Até que seja decretado o Estatuto da Universidade do Brasil, o reitor e os diretores de unidades serão escolhidos pelo presidente da República, dentre os professores catedráticos, e nomeados em comissão”.²

Como se pode observar, a partir daí, as questões da autonomia e do poder na universidade já se apresentam como nucleares, a perpassar todas as discussões acadêmicas.

Com a criação da UNE, os estudantes, organizados em torno de sua entidade, preocupam-se agora em interpretar o pensamento não apenas da categoria estudantil, mas assumem reivindicações trabalhistas e integram-se em lutas sucessivas pela declaração de guerra ao nazifascismo e pela redemocratização do País, engajamento este que bem revela o caráter de classe de suas mobilizações (Martins Filho, 1987).

No início de 1945, aproximando-se o final da Segunda Guerra Mundial, e com a certeza da vitória dos aliados, concentram-se os estudantes na campanha contra o Estado Novo, já bastante esvaziado. A 5 de março desse ano, durante comício realizado em Recife a favor do candidato oposicionista à Presidência da República, brigadeiro Eduardo Gomes, o estudante Demócrito de Souza Filho é assassinado pela polícia, atingido por uma bala na testa. Como indica o documento a seguir, sua morte lança por terra a possibilidade de trégua e entendimento entre a UNE e o Estado Novo e seus representantes:

Of. nº 91-44/1945

Em 5 de março de 1945

Exmº Sr. Ministro Gustavo Capanema,

A classe universitária da Capital Federal, bem como a massa estudantil dos estados, segundo estamos informados, está profunda e justamente indignada pelo inominável atentado de que foram vítimas os acadêmicos e o povo de Pernambuco, em consequência do qual tombou para sempre o inesquecível e brioso dirigente estudantil Demócrito de Souza Filho.

De acordo com os relatos fidedignos que possuímos do acontecimento, não pode restar a menor dúvida quanto à total responsabilidade do Interventor de Pernambuco no bárbaro e provocador massacre.

A atitude da União Nacional dos Estudantes, em face desse como de outros acontecimentos ligados ao mesmo, já foi publicamente proclamada em declaração à imprensa, cujos termos agora reafirmamos sem retirar uma linha sequer.

Sr. Ministro, como V. Exª deve ter verificado, a liberdade, a segurança, e até a própria vida dos universitários democratas estão seriamente ameaçadas, não havendo, até o momento, a menor garantia por parte dos detentores do poder de que tais atentados não se repetirão.

Nessa emergência, a mocidade estudantil mostra-se, entretanto, decidida a enfrentar com destemor e serenidade quaisquer ataques dos provocadores, interessados em criar um clima de intranquilidade e insegurança, incompatível com a boa marcha da livre campanha eleitoral em que a nação está empenhada.

Cumpre, porém, deixar bem claro, ante o povo e as autoridades, a quem cabe a responsabilidade exclusiva dos atuais conflitos. É com esse objetivo, isto é, para firmar responsabilidades, que a UNE se dirige a V. Exª, a

quem comunica a sua inabalável decisão de envidar todos os esforços para que os culpados de tais crimes, tanto os maiores como os menores, sejam exemplarmente punidos. E, enquanto não se fizer completa justiça, não haverá concórdia em nossos corações, posto que a imensa dor de que estamos possuídos não deixará arrefecer o nosso justo e bom combate.

Cordialmente,

Paulo Silveira
Presidente em exercício

Depois do incidente da morte do estudante em Pernambuco, a UNE convocou o povo do Rio de Janeiro para um comício monstro, realizado no dia 8 de março, nas escadarias do Teatro Municipal. Nesse comício, o estudante Paulo Silveira e outros oradores – militares e civis – conclamaram o povo à luta pela anistia e pela democracia.

Após a queda do Estado Novo e durante o Governo Provisório de José Linhares, a UNE viveu um período sem muitos enfrentamentos,³ uma vez que o movimento estudantil, estruturado para lutar contra os países do Eixo e contra o regime ditatorial implantado com o Estado Novo, perdera conteúdo político, em virtude da superação daqueles objetivos de luta. Os estudantes não compreenderam prontamente que as novas etapas a sua frente se colocavam não mais no plano jurídico-institucional, mas no da realidade socioeconômica do País.

Somente a partir de 1947, o movimento estudantil, dirigido por socialistas, assume a bandeira da defesa do patrimônio territorial e econômico do País. Campanhas são lançadas a favor da criação da Petrobras e pela proteção das riquezas brasileiras. Até 1950, a UNE vive o período de hegemonia socialista na entidade, durante o qual a repressão policial, contrária aos estudantes, aumenta consideravelmente, em particular depois do lançamento da campanha O Petróleo é Nosso (Poerner, 1979, p. 179).

Essa campanha, lançada simultaneamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, consegue o apoio de amplos setores da opinião pública nacional com a tese em torno do monopólio estatal do petróleo.

Em 1948, por ocasião do Congresso de Paz e em razão dos protestos estudantis contra o aumento de 30 para 40 centavos no preço das passagens de bonde, a entidade máxima dos estudantes universitários é invadida pela primeira vez pelo esquema policial do Governo Dutra (Poerner, 1979, p. 180). No ano seguinte, realiza-se na Bahia o XII Congresso da UNE. Os estudantes de direita comparecem dispostos a vencer as eleições, trazendo para isso uma organização fascista, a Coligação Acadêmica Democrata (Cade), cujo objetivo é impedir a atuação de outras correntes políticas no meio estudantil. Para atingir suas metas, os cadistas se dispõem inclusive a recorrer à força física. Integra essa organização Paulo Egydio Martins, futuro ministro de Indústria e Comércio no Governo Castelo Branco e mais tarde governador de São Paulo, quando reprime com violência o movimento estudantil. Apesar das ameaças, a direita não conseguiu eleger o presidente da UNE.⁴ A interferência direitista na direção do movimento estudantil estende-se de 1950 a 1956, ficando conhecida depois como “o período negro”, ressaltado o interregno progressista de 1953 a 1954. Em 1956, a entidade, assumida novamente pelo grupo progressista, passa por uma coalizão composta por membros da Juventude Universitária Católica (JUC) – os jucistas –, por socialistas independentes (nessa época não mais identificados necessariamente com o Partido Socialista Brasileiro – PSB) e pelos comunistas (Cunha, 1983, p. 216).

De 1956 a 1960, os protestos do movimento estudantil manifestam-se contra o aumento das passagens de bondes na Guanabara, a American Can, empresa norte-americana que ameaça destruir a indústria brasileira de lataria, e o Acordo de Roboré, que envolve a aplicação de recursos da Petrobrás no altiplano da Bolívia para atender a interesses da empresa Gulf. A campanha contra a realização desse acordo mobiliza profundamente o

sentimento nacionalista das Forças Armadas brasileiras, contribuindo para sua não concretização (ibid.). Nesse período, a UNE inicia, enquanto movimento, a luta pela reforma universitária.

Resta lembrar que, embora o movimento estudantil tenha vivenciado um declínio na primeira metade dos anos 1950, ante o surgimento de grupos diretamente ligados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e preocupados em desenvolver campanhas de caráter mais assistencial, a retomada da UNE pelos setores estudantis mais progressistas possibilita a ampliação das discussões concernentes às reformas sociais e à reforma universitária como parte dessas reformas, sobretudo no final da década de 1950 e início de 1960.

Para compreender o movimento estudantil é preciso entender o contexto desses anos, em que a ideia de desenvolvimento está no centro dos debates. Faz-se necessário, também, considerar o clima ideológico da época, no qual o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado em 1955, tem papel relevante na tentativa de elaborar uma ideologia em torno de duas questões-chave: nacionalismo e desenvolvimento (Souza, 1984, p. 53-55).⁵

NOTAS

¹ Para redigir este item, baseamo-nos, especialmente, em Poerner, 1979, capítulos 6 a 8.

² O Estatuto da Universidade do Brasil é aprovado somente após o Estado Novo, por meio do decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946, que, em seu art. 20, determina: “o reitor será nomeado pelo presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tripla, organizada por votação uninominal, pelo Conselho Universitário”.

³ A respeito desse período, ver Poerner, 1979, p. 178 ss. Uma versão bastante discordante pode ser encontrada em Segnanfredo, 1963.

⁴ Em 1949, é eleito presidente da UNE Rogê Ferreira, que renuncia antes de terminar o mandato. Em reunião extraordinária do Conselho Nacional, é eleito José Frejat, encerrando esse período socialista na direção da entidade.

⁵ Para uma análise dessa instituição, entre outros autores, ver Toledo, 1977 e Sodré, 1978.



AS LUTAS PELA REFORMA

Estudar o movimento que antecede a reforma universitária no País sem um exame detalhado da participação estudantil, sobretudo nos anos 1960, torna-se difícil (Fávero, 1977). Para a União Nacional dos Estudantes (UNE), a luta pela reforma universitária começa de forma sistemática, em 1957, com o I Seminário de Reforma de Ensino, promovido por essa entidade. Contudo, segundo as palavras de um de seus presidentes, José Serra, a visão de reforma desse seminário é ainda uma visão parcelada, imediatista e exclusivamente didática. Dá-se grande ênfase aos aspectos técnico-pedagógicos, ao problema da formação profissional, procurando-se conferir ao ensino superior maior eficiência na formação daqueles que tivessem o privilégio do acesso ao nível universitário (UNE, 1963, p. 123).

Não resta dúvida, todavia, de que, se, a partir desse seminário, começa a esboçar-se a preocupação com a transformação estrutural das instituições de ensino, é o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que introduz a pergunta “Universidade para quem?”, que se sobrepõe à questão “Universidade como ou para quê?”. No bojo dos debates em torno da LDB, principalmente na discussão escola pública *versus* escola privada, se impôs, no meio estudantil, a luta pela democratização do ensino. A campanha pela escola pública, no final dos anos 1950, constitui

[...] o primeiro passo para que o estudante ligasse sua condição e suas lutas às contradições da sociedade brasileira. O debate que se travou à margem das discussões no Congresso sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional demonstrou que a batalha por melhores condições de ensino estava associada a lutas e interesses no âmbito da sociedade global. (UNE, 1963, p. 13-14)

Esse debate, em torno do projeto de lei, se intensifica no meio estudantil a partir de 1959, quando a União Nacional dos Estudantes desenvolve, nacionalmente, a campanha contra o Projeto de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, em sua versão privatista. Nesse ano, *O Metropolitano* – órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro – publica várias matérias, dando ênfase à defesa da escola pública, entendida como aquela que

[...] representa ensino livre de ideologias, sectarismos e particularismos; simboliza ensino para o progresso e para o trabalho, em suma, ensino igual para os que iguais são, conforme ditames de nossa Magna Carta [...].

Escola pública não quer dizer do Estado, mas assegurada por este, por ele fiscalizada e mantida, descentralizada da União e entregue aos estados e municípios, de acordo com sua estrutura social, geográfica e humana. (“Os educadores e a escola pública”, 1959, p. 1)

Quando o projeto já se encontra no Senado Federal, os estudantes continuam debatendo-o, e, por meio de *O Metropolitano*, fazem algumas sugestões consideradas necessárias para o desenvolvimento do ensino público. Defendem a escola pública como a mais democrática, embora reconheçam a coexistência dos ensinos privado e público em qualquer regime democrático: “A escola particular, muitas vezes boa, é a escola para quem, podendo pagar, pode escolher o gênero de educação almejado para

seus filhos, enquanto a escola pública é a que oferece igualdade de oportunidades para todos, sem preconceitos de qualquer natureza” (“Universidade em crise”, 1960, p. 8). Na mesma linha de preocupações, é feita uma chamada sobre os recursos destinados à educação. Assim se pronuncia o jornal estudantil: “O Conselho Federal de Educação será o grande orientador da educação brasileira. Será, por assim dizer, superministério que terá poderes superiores aos daquela secretaria de Estado”. E insiste: “O texto da lei é dúbio, no tocante à exata composição desses conselhos, o que poderá servir de brecha para o aproveitamento dos grupos privatistas, altamente interessados em canalizar polpudas verbas para seus estabelecimentos” (ibid.).

Referindo-se à distribuição dos recursos destinados à educação, denunciam o caráter dúbio do projeto, por não definir o sentido de suas intenções, deixando campo aberto a interpretações privatistas que, acobertadas por textos evasivos, melhor poderiam açambarcar o que, por definição e direito, é público. Chamam atenção para o artigo 93 do projeto, que estabelece:

Os recursos a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal serão aplicados preferencialmente na manutenção e no desenvolvimento do sistema público de ensino, de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação e pelos Conselhos Estaduais de Educação. (Ibid.)¹

Analisando as implicações desse artigo, os estudantes alertam para a “malícia da redação”, afirmando:

Isto significa que os conselhos podem ou não aplicar os recursos públicos no ensino público, únicos para os quais são destinados. Preferência significa opção aconselhada. Nunca obrigação. E se o conselho não preferir, já que dominado por privatistas, é bem provável que não prefira aplicar recursos públicos na expansão e melhoria da rede escolar pública. Quem terá força para fazê-lo destinar as verbas públicas para as escolas oficiais?

Mas não sejamos pessimistas e admitamos que o conselho resolva observar o preferencialmente. Preferencialmente representa maioria, 51% de qualquer coisa. Mesmo assim, observando-se a estrita letra da lei, observar-se-á que sobrarão, tranquilamente, 49% dos recursos para serem canalizados para subvencionar o ensino mercantil. (Ibid.)

No final dos anos 1950, o debate em torno do Projeto da LDB no meio estudantil se intensifica, incorporando-se à mobilização de intelectuais e educadores a favor da escola pública.

Entretanto, a tomada de consciência da questão da reforma universitária, como luta pela democratização da universidade, só ocorrerá no I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado em maio de 1960, na Bahia.

A esse respeito, é muito elucidativo um documento da Juventude Universitária Católica (JUC), de 1960, que observa:

A ideologia reformista é movimento virgem no Brasil. Afora o Seminário Latino-Americano, há pouco realizado na Bahia, não temos recordações recentes de qualquer outra iniciativa. O MOVIMENTO NÃO TEM AINDA DONO, portanto. Faltam-lhe ideólogos, pessoas que conheçam os princípios e A REALIDADE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA, e façam dos dois uma síntese de soluções e diretivas. (Apud Souza, 1984, p. 177)

Esse seminário foi promovido pela UNE e contou com a presença de catorze delegações de países da América Latina. Três temas básicos foram discutidos e analisados:

a) *a situação da universidade na América Latina* – as discussões referentes a esse título centram-se nos seguintes aspectos: número de alunos e universidades existentes; corpo

docente e discente; equipamento técnico de investigação e material de ensino; universidade pública e privada;

b) *uma política para as universidades latino-americanas* – esse tema traz embutidas diferentes questões: universidade e sociedade; participação e responsabilidade da universidade na solução e/ou encaminhamento de problemas nacionais; autonomia e reforma universitária;

c) *o conteúdo técnico da reforma universitária* – a análise desse tema envolve, também, aspectos muito abrangentes: democratização do ensino superior; programas; educação superior nacional; organização do magistério superior; organizações estudantis e sua participação na direção das universidades.

A partir da década de 1960, o movimento estudantil passa a relacionar as reivindicações de caráter pedagógico à luta política. Alguns fatos evidenciam esta relação:

a) em 1960, sob a presidência do baiano Oliveiros Guanaís, são criados o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), com a finalidade de discutir a significação da arte na vida social brasileira. Entre novembro de 1961 e janeiro de 1962, agora na gestão Aldo Arantes, o setor de cinema da UNE dedica-se à produção do filme intitulado *Cinco vezes favela*. Composto de cinco histórias passadas nos morros da cidade do Rio de Janeiro, o filme questiona com veemência a situação das favelas cariocas. No mesmo período, o grupo de teatro da UNE começa a montar e apresentar dois tipos de espetáculos: o primeiro, a peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, seguido de um debate sobre consciência de classe; o segundo, a apresentação de espetáculos circunstanciais, incluindo o ensaio e a montagem de peças como *Miséria ao alcance de todos*, na qual se discute o problema do imperialismo econômico, da dependência cultural etc.;

b) ainda no ano de 1960, ocorre fato significativo: a greve dos estudantes de Salvador, entendida como uma das primeiras denúncias, por parte desse segmento, da existência de uma crise na universidade brasileira. Para os estudantes não se trata de uma crise da Universidade da Bahia, nem a greve deve permanecer restrita àquela universidade. A universidade brasileira exige a reforma (“Universidade em crise”, 1960). Outras greves se sucedem tendo como bandeira a necessidade de reformar as instituições de ensino superior. Como consequência maior da greve de Salvador, enfatiza-se a urgência de uma tomada de posição por parte dos universitários em relação à universidade, posição esta que vai ser discutida e assumida de forma expressa pelos estudantes, no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE, em Salvador, no ano seguinte;

c) a partir de 1961, começa a fase de ascensão do grupo católico no movimento estudantil, embora desde o XX Congresso Nacional de Estudantes (27 de julho a 3 de agosto de 1957) faça-se sentir de forma efetiva a participação dos militantes da Juventude Universitária Católica nas discussões dos problemas do meio universitário. A primeira expressão significativa desse grupo pode ser encontrada no Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da PUC–Rio, elaborado em março de 1961 e publicado na íntegra por *O Metropolitano*, na edição de 28 de maio (apud Souza, 1984, p. 175-176).

Esse manifesto pode ser definido como expressão de uma geração que tenta traduzir em ação as opções fundamentais assumidas como resposta ao desafio da realidade do País. Revela as preocupações de um grupo de universitários despertando para suas responsabilidades. Por ser documento que se quer concreto, traça opções a partir de uma visão dinâmica de totalidade, procurando estabelecer a relação direta com a realidade brasileira, o subdesenvolvimento, o analfabetismo, o problema da propriedade privada, o nacionalismo etc.²

Em 1961, o movimento estudantil e também a UNE entram em nova fase de sua história com a eleição, no XXIV Congresso, para a presidência da entidade, de Aldo Arantes.

A eleição desse estudante, membro da Juventude Universitária Católica, tendo ao seu lado dirigentes comunistas em frente única, mais o fato de a entidade, no mesmo congresso em que o elegeu, ter decidido sua filiação à União Internacional dos Estudantes (UIE), passou a se constituir em problema para alguns bispos. O cardeal do Rio de Janeiro, dom Jayme de Barros Câmara, diante desses fatos, coloca Aldo Arantes frente ao dilema: a presidência da UNE ou a participação na JUC. A resposta vem logo: “Aldo Arantes deixará a JUC e começa um impasse que nem o movimento nem a Igreja puderam resolver satisfatoriamente nos anos seguintes” (Souza, 1984, p. 187).³

No início de 1962, os militantes da JUC engajados em política reúnem-se em Belo Horizonte, ao lado de jovens profissionais e de estudantes ligados ao jornal *Ação Popular*, contando também com a participação de alguns intelectuais, políticos e dirigentes da UNE. Dessa reunião sai uma coordenação com a finalidade de dar os primeiros passos na orientação e organização do movimento, ainda sem nome, o qual, em alguns momentos, aparece sob a denominação genérica de Grupão. No ano seguinte – final de março de 1963 –, realiza-se novo encontro de nível nacional, em Salvador. Nessa ocasião, o movimento recebe o nome de Ação Popular (AP), e aprova-se seu documento base, em cuja introdução se afirma:

A Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica que nos é dado viver. (Apud Souza, 1984, p. 199)

A considerável expansão do grupo católico no movimento estudantil e o crescente predomínio da AP, sobretudo após a eleição de Aldo Arantes para a presidência da UNE – sucedido em julho de 1962 por Vinícius Caldeira Brant, apoiado por ele –, contribuiu, segundo Souza, em 1961 e 1962, para o crescimento da consciência política.

Porém, mais importante do que isso é a multiplicação de práticas concretas, em diretórios acadêmicos, diretórios centrais das universidades, uniões estaduais, e na UNE [...]. Isso vai provocando uma homogeneidade crescente do movimento e uma maior naturalidade diante da militância política. (Souza, 1984, p. 196)

Tal posicionamento vai ocorrer nos anos de crise do pacto populista, da emergência do movimento camponês (principalmente no Nordeste) e das rearticulações do movimento operário. Coincide ainda com o desencanto crescente com a ideologia desenvolvimentista. Nesses anos, os estudantes, aos poucos, descobrem o movimento popular por meio do trabalho em sindicatos rurais, centros populares de cultura, movimentos de educação de adultos etc. Com maior clareza, coloca-se para o grupo católico a necessidade de um movimento político distinto do JUC (ibid., p. 196 ss.).

Parece-nos necessário aqui analisar mais de perto o desempenho dos católicos no movimento estudantil. A Juventude Universitária Católica é uma das veias por onde correrá o sangue da mobilização política estudantil dos anos 1960, defendendo amplas reformas sociais (dentre elas, a universitária). De sua ala esquerda sairá a Ação Popular, um dos grupos detentores da hegemonia do movimento dos estudantes por quase toda a década.

Torna-se interessante observar como o movimento da Juventude Universitária Católica traça sua trajetória desde um reacionarismo extremo, engajado na evangelização pretensa-

mente apolítica, ao envolvimento com questões sociais. A JUC constrói-se como um movimento complexo, abarcando sob sua sigla liberais elitistas e nacionalistas e forças aglutinadas em torno do ideário social marxista. Estes grupos internos ora se confrontarão, ora se solidarizarão, até o desligamento dos grupos de esquerda para a formação da AP.

Uma cisão profunda e decisiva virá ocorrer, a partir da discussão do Projeto da Lei de Diretrizes e Bases, no final dos anos 1950 e início de 1960, quando um grupo expressivo de jucistas defende a escola pública e gratuita, como podemos apreciar no documento da JUC *Reforma universitária*, produzido em Belo Horizonte, em 1963.

Tal documento não deixa de ser um filhote daqueles originados dos I e II Seminários Nacionais de Reforma Universitária (SNRU), em 1961-1962, conhecidos como *Declaração da Bahia* e *Carta do Paraná*, respectivamente (anexos 1 e 2).

Em sua leitura, podem ser detectadas as seguintes convergências de caráter geral:

- a) a reforma da universidade como parte de uma reforma geral da sociedade brasileira;
- b) a nova universidade compromissada com as classes populares, entendidas como o proletariado urbano e rural;
- c) o mundo acadêmico como devendo apresentar perfil antidogmático, constante perspectiva crítica e capacidade de reformulação;
- d) a universidade como preenchendo a dupla função de transmitir e de produzir cultura, indicando os caminhos para superação das contradições sociais, não de modo isolado, não como mentora, mas como instância de razão dentre outras que lutam politicamente ao lado das classes populares (JUC, 1963, p. 3-17).

Embora de forma incipiente, os jucistas fazem também uma leitura crítica da Greve por 1/3, apontando: a) a participação, por motivos díspares, dos estudantes (uns por interesses pessoais, outros por interesses políticos, de mobilização de consciências...); b) os erros da deflagração de um movimento da cúpula para as bases; c) a atuação da grande imprensa no sentido de esvaziar o movimento.

Em seguida, defendem uma universidade voltada para a elaboração e transmissão da cultura nacional, profundamente vinculada à realidade brasileira – à sociedade, ao mundo do trabalho –, contrária ao *humanismo alienado* ou ao *tecnicismo desumazante* (ibid., p. 18).

No tópico VI de sua exposição, os estudantes católicos tropeçam ao afirmar: “como País marginalizado na história, não temos uma cultura própria, mas apenas importamos cultura” (ibid., p. 19). Ora, é de uma ingenuidade imaginar que somos marginalizados e não dependentes de um capitalismo internacionalizado, do qual não desfrutamos os melhores benefícios. Por outro lado, negar que o povo brasileiro tenha uma cultura própria é, além de confinar o termo cultura aos muros universitários (os quais realmente só serão transpostos pelos grupos dominantes), ignorar uma imensa e variada produção cujas manifestações concretas sequer sensibilizam boa parte do mundo acadêmico. As classes populares sempre produziram cultura, por terem sempre manifestado por distintos canais seus sentimentos, suas concepções de mundo. Os intelectuais, em diversos momentos, se apresentam distantes do povo-nação, imersos em sua tradição livresca.

Estas considerações permitem um comentário: perceber o quão professoral (para não dizer paternal) é a atitude de algumas lideranças estudantis ao se referirem ao povo como um grupo a ser guiado rumo às transformações sociais e quão importante se torna o caminho do sentir ao saber e ao compreender, bem como o do compreender ao saber e ao sentir, se deseja realmente

construir a relação intelectual/povo-nação, e/ou a passagem do senso comum a uma consciência crítica.

A título de arremate, o documento da JUC (ibid., p. 18-19) define três tarefas concretas para os estudantes: a) a conscientização dos próprios estudantes com respeito à reforma universitária; b) o estabelecimento da relação estudantes/povo e a conquista da opinião pública; c) a definição de uma comissão para orientação dos elementos que representam os estudantes no cogoverno.

O documento da UNE “Luta atual pela reforma universitária” (1963) aponta a contradição em que mergulha a categoria estudantil: oriunda da classe média e burguesa, ela terá de descompromissar-se teórica e praticamente da práxis de dominação vigente para aderir organicamente à classe proletária, conquistada que foi pelas causas populares. No entanto, parece difícil a passagem do atuar sobre a classe proletária ao atuar com a classe proletária. O vínculo da fração de uma classe social com outra classe é muito definido como missão de uma fração de classe – supostamente mais preparada – com respeito a outra. Ao mesmo tempo em que se pretende lutar pelo emergir das bases, é problemática a superação do espírito assistencialista (tantas vezes refletido no discurso).

A força do setor cristão da UNE – a ala da JUC, mais tarde AP –, mesmo contra a orientação da hierarquia católica, veio ganhar espaços cada vez maiores no seio da organização, por força de um exercício político cujas raízes estão nos anos 1950. No entanto, a categoria estudantil, em sua vertente católica, ganha realmente em expressão, à medida que a bandeira da reforma universitária é por ela empunhada e conduzida (Martins Filho, 1987). A esquerda católica estudantil, sem perceber ou percebendo, traduz-se em atos e palavras, em anseio de boa parte do alunado universitário; em suma, empresta consciência ao senso comum de uma fração da classe média urbana de vanguarda. Os jucistas procuram construir sua hegemonia estudantil na reivin-

dicação das reformas e na contestação direta do ensino superior e das instituições universitárias no Brasil.

NOTAS

¹ Este dispositivo foi incluído na lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a mesma redação.

² Para uma análise dos debates em torno do manifesto do DCE da PUC-Rio, ver Souza, 1984.

³ Ver, também, depoimento de Aldo Arantes (1980, p. 13-21).

capítulo 3



A UNE E OS SEMINÁRIOS NACIONAIS DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

Se a greve dos estudantes em 1960 representa uma espécie de alarme da crise da universidade brasileira, sua maior consequência é a necessidade de uma tomada de posição diante da universidade e, a partir daí, com relação às mudanças sociais. Inicia-se, dentro do movimento estudantil, grande debate sobre a necessidade de transformação das estruturas sociais brasileiras. Nesse contexto mais amplo de discussão da estrutura social, vem à tona o problema da crise do País, e realiza-se o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU), de 20 a 27 de maio de 1961, em Salvador, do qual resulta a chamada *Declaração da Bahia*, equivalente, em importância, ao Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, aprovado no II Congresso Nacional dos Estudantes, durante o Estado Novo.

A *Declaração da Bahia* é um dos primeiros textos programáticos dos estudantes para a reforma universitária. Aborda três temas: a) realidade brasileira; b) universidade no Brasil; c) reforma universitária, aos quais acrescenta um adendo sobre o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.¹

Sobre o primeiro tema há o esboço da “missão de uma universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades do povo brasileiro, universidade historicamente dada e situada [...] num país em fase de desenvolvimento” (UNE,

1961, p. 1). Nessa perspectiva, o documento procura ensaiar uma análise crítica da realidade brasileira, do ponto de vista socioeconômico, chamando a atenção para alguns aspectos, mas sem aprofundá-los; nação capitalista em fase de desenvolvimento, com uma infraestrutura agrária, de base latifundiária, vivendo uma situação de dependência econômico-financeira de potências estrangeiras e apresentando padrões de vida insatisfatórios. Algumas contradições fundamentais do processo de desenvolvimento brasileiro são apontadas: o desequilíbrio regional; a presença do Estado oligárquico e classista; e o desenvolvimento em bases capitalistas. O documento afirma haver coincidência entre os detentores do poder econômico e os titulares do poder político. Mostra ainda que a opção do Brasil por um desenvolvimento inflacionário trouxe como consequência fundamental maior espoliação do proletário e proletarização crescente da classe média.

Para enfrentar esta situação do País, o I SNRU, no que concerne ao primeiro dos títulos em que se divide a Declaração, apresenta algumas diretrizes: a) promoção do desenvolvimento, entendido como reformulação total da estrutura socioeconômica do País, sendo para tanto necessária a criação de sólida infraestrutura de indústrias básicas, o desenvolvimento do sistema de transporte, realização da reforma agrária, e a eliminação das disparidades regionais; b) promoção da classe operária, tanto urbana quanto rural. Como soluções para esses problemas, o documento propõe em sua primeira parte, entre outras, a socialização dos setores fundamentais da economia (rede bancária, indústrias de base etc.), a superação da alienação do proletariado, a extensão do direito de voto aos analfabetos, uma reforma agrária efetiva, a participação dos operários nos órgãos governamentais, a rejeição total do Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em tramitação no Senado, e a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases que venha atender concretamente às exigências do povo brasileiro, à erradicação do analfabetismo e à ampliação de verbas destinadas à educação.

Na primeira parte da mesma declaração, os estudantes manifestam a preocupação com a necessidade de conceituar e planejar sua ação. O texto, de forma idealizada, reflete a emergência da nova corrente radical no movimento estudantil, quando, ainda no primeiro título, referindo-se à perspectiva da revolução brasileira, diz ser a

[...] revolução entendida como posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sociopolítica ultrapassada e injusta para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, da desigualdade, das explorações, das competições.

Aos jovens brasileiros, principalmente a partir da universidade, cabe iniciar essa grande tarefa. São eles, e os oprimidos, os elementos dinâmicos por excelência que precisam romper uma série de alienações, de preconceitos e de deficiências, oriundas da sua própria formação. Tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma atuação política concreta, ao lado dos operários e dos camponeses, por uma revolução brasileira. (UNE, 1961, p. 5)

Em face dessas proposições, fica mais claro entender porque a *Declaração da Bahia* é um documento que representa a fase de transição do movimento estudantil, por tentar não separar os problemas da universidade, de um lado, e a situação econômica e política do País, de outro. Mas falta um mergulhar no significado dos próprios problemas, na sua interpretação vertical. É um documento importante, embora as sugestões e/ou recomendações permaneçam num plano idealizado. Do ponto de vista histórico, reflete uma mudança no encaminhamento do movimento estudantil ao longo de suas lideranças. No entanto, apesar de o documento discutir as questões da universidade, problematizando-as, não chega a apresentar uma crítica consistente a respeito da sociedade de classes e uma proposta político-pedagógica.

Essa mudança, no entanto, tem uma explicação. Para Ianni (1968), o jovem radical é uma consequência natural do sistema social em que se encontra imerso, não em termos atomísticos e a-históricos, mas fundado numa compreensão histórico-estrutural do comportamento humano (ibid., p. 238-239). Sob esse enfoque, “o jovem não é visto abstratamente, desvinculado do universo econômico e sociocultural em que se produz mas exatamente em conexão com esse universo, conforme ele afeta a consciência da situação da própria pessoa, da classe social e da sociedade global” (ibid., p. 240). A respeito da noção de classe, Marialice Foracchi, em seu livro sobre o estudante brasileiro, afirma:

As condições sociais de participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de referência de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominada, por alguns autores, nova classe média. (1965, p. 221)

Quanto ao segundo tema – a universidade brasileira –, o seminário caracteriza-a como superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida e estratificada quanto à distribuição de benefícios econômicos e sociais. Caracteriza-a ainda como um privilégio, situada no topo do processo discriminatório do ensino brasileiro (UNE, 1961). Para os universitários, a instituição universitária estaria falhando em sua missão cultural, profissional e social. Culturalmente, por não se constituir como repertório da cultura nacional e por não se preocupar com a pesquisa; profissionalmente, por não formar profissionais para atender às exigências da realidade do País; socialmente, pelo caráter antidemocrático dos critérios de acesso ao ensino superior, bem como formar profissionais individualistas, sem maiores preocupações com os problemas da sociedade.

Em relação ao terceiro tema – a reforma universitária –, ressalta-se o fato de a reforma proposta deixar de ser mero retoque de fachada, passando a ser entendida como parte de uma refor-

ma mais ampla. Definindo seus objetivos, o documento propõe: a) lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação em todos os graus; b) abrir a universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização (proporcionados por qualquer faculdade), de mestre de obra (por meio das escolas de Engenharia), para líderes sindicais (via faculdades de Direito); c) colocar a universidade a serviço das classes menos favorecidas, com a criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica etc. Apesar de os estudantes defenderem o direito de todos à educação, em todos os níveis, eles deixam passar a ideia de difusão de um saber por parte da universidade para o povo, um saber de cima para baixo, segundo o código hegemônico das classes mais favorecidas.

Quanto aos problemas acadêmico-pedagógicos e administrativos da universidade, o seminário toca sinteticamente em questões essenciais. Muitas delas continuam até hoje como objeto de discussão, apesar de algumas conquistas já obtidas. São elas: a) autonomia universitária, vista sob o tríplice aspecto – didático, administrativo e financeiro; b) regime de trabalho dos docentes, propondo a adoção do tempo integral; c) melhoria da qualidade dos professores; d) participação do corpo docente, discente e de grupos de ex-alunos profissionais, por meio de um critério de proporcionalidade, na administração da universidade; e) não reeleição, por mais de um período, dos reitores das universidades e dos diretores das faculdades; f) ampliação do número de vagas nas escolas públicas; g) elaboração de currículos e programas em consonância com o desenvolvimento do País e ajustados às peculiaridades regionais; h) concentração das cadeiras básicas sempre nas duas primeiras séries do curso; i) descentralização da elaboração dos currículos e programas, uma vez que fixadas as diretrizes gerais. Além dessas propostas, os estudantes defendem: a extinção da cátedra vitalícia, o que ocorre em 1968, com a reforma universitária, e a inclusão, em todas as escolas, de um exame vocacional prévio ao vestibular, bem como a fixação do número de vagas nas escolas públicas.

Uma proposta, no entanto, deixa passar certa ambiguidade no documento: se, de um lado, é colocada a necessidade de se “tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma atuação conjunta ao lado dos operários e dos camponeses para uma revolução brasileira”, de outro, no mesmo documento, essa consciência se denuncia em ato falho ao omitir, ao lado da participação do corpo docente, discente e de ex-alunos profissionais, na administração da universidade, a participação dos funcionários. Nesse momento, os estudantes não procuram articular eficazmente uma proposta de democratização interna da universidade e o compromisso político entre os diferentes grupos e/ou segmentos que produzem a universidade.

Em seguida ao seminário de Salvador, realiza-se o Encontro da Região Sul, em julho de 1961, no qual alguns pontos discutidos na Bahia são retomados e analisados: autonomia universitária; participação dos estudantes na administração e orientação didática da universidade; modificação do sistema de ingresso com a criação do Colégio Universitário. Sugere-se: a) instituição do Conselho Universitário Regional, cujas principais finalidades são garantir a unidade das escolas superiores da região Sul, rever e apontar soluções para os problemas referentes à criação de escolas superiores isoladas; b) planejamento de diferentes formas de atuação da universidade junto aos diversos grupos da sociedade; c) revisão dos métodos de promoção dos alunos; d) adoção, por parte das escolas superiores, do método de ensino por correspondência e aproveitamento da radiodifusão para a dinamização do ensino (Primeiro Seminário de Reforma Universitária da Região Sul, 1961, p. 242).

A Declaração da Bahia repercute entre as lideranças jovens, por duas razões: a) contribui para a tomada de consciência, entre os estudantes, da importância e da necessidade de se reformar a universidade; b) representa um programa de luta para o movimento estudantil, apesar das restrições feitas.

Com o mesmo objetivo do seminário da Bahia – mobilização das lideranças estudantis para a problemática da reforma –, rea-

liza-se em Curitiba, entre 17 e 24 de março de 1962, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Suas conclusões estão reunidas na *Carta do Paraná*, redigida em três partes principais: a) fundamentação teórica da reforma universitária; b) análise crítica da universidade brasileira; c) síntese final – esquema tático de luta pela reforma universitária.

Na mesma perspectiva da *Declaração da Bahia*, a *Carta do Paraná* preconiza, na primeira parte, uma universidade crítica, antidogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social. De forma pouco clara e objetiva, o documento assinala a dificuldade de a universidade estabelecer uma real integração entre a formação geral e técnica. Na segunda parte, discute-se, sobretudo, o papel da universidade como instrumento de elaboração de uma cultura nacional. Para tanto, “seria necessário que ela criasse condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência nacional e popular da problemática brasileira” (UNE, 1962, p. 29).

No II Seminário, retoma-se a linha de crítica à universidade brasileira, iniciada em Salvador, e a questão básica levantada passa a ser o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias no País. Os estudantes denunciavam, por um lado, a grande defasagem entre as universidades e as aspirações do movimento popular, em termos de maior democratização dessas instituições, e, por outro, defendem maior participação em sua gestão por parte do corpo discente e também maior democratização da cultura nelas elaborada. A democratização da cultura define para a universidade a missão de compromisso com os problemas do povo e/ou de serviço aos interesses do povo. Segundo o depoimento de Aldo Arantes, um dos dirigentes da UNE, no estágio em que se encontra a universidade no País, nos anos 1960, ela não atende nem aos interesses e necessidades do povo nem aos interesses do capital monopolista estrangeiro (Arantes, 1980, p. 16).²

Quanto aos aspectos didáticos e acadêmico-administrativos, são reiteradas as proposições do seminário de Salvador, acresci-

das de algumas outras: a) criação do Colégio Universitário, assunto já proposto no Encontro da Região Sul; b) instituição dos órgãos anexos, com características semelhantes aos órgãos complementares existentes na estrutura da Universidade de Brasília (Biblioteca Central, Emissora Universitária, Imprensa Universitária e Centro de Cultura Artística), funcionando como intermediários entre a universidade e o povo. Além dessas, o seminário dá especial ênfase à participação estudantil na gestão das universidades: os órgãos colegiados deveriam ter em sua composição um terço de estudantes.

A segunda parte da *Carta do Paraná* termina com uma crítica à Universidade de Brasília. Embora apontada como iniciativa concretizadora da luta pela reforma universitária, exame mais detido de sua estrutura leva, no entanto, a conclusões pouco otimistas sobre os resultados propostos. A crítica se prende, principalmente, ao fato de a Universidade de Brasília ter a pretensão de ser formadora de uma nova elite educacional no País, enquanto toda a luta estudantil consiste na supressão do caráter aristocrático da educação brasileira (UNE, 1962, p. 58-59).

A terceira parte da *Carta do Paraná* contém, sob o título “Esquema tático de luta pela reforma universitária”, a discussão de sua inclusão ao lado de outras reformas de base. Essa parte gera, dentro e fora do próprio meio universitário, grandes controvérsias e acalorados debates sobre o que deve caracterizar a reforma de nossas universidades. A questão teria razões mais profundas, considerando que os professores, como movimento coletivo, não tinham um projeto político-pedagógico para a universidade.

O problema-chave que permeia as discussões dentro do movimento estudantil é a democratização da universidade. Naquela conjuntura, verifica-se maior preocupação das lideranças estudantis em relação à crise que vive a universidade e a sociedade brasileiras, procurando formular orientações políticas para o movimento, em vista de um projeto de democratização das instituições universitárias.

A ação concreta dos estudantes pela reforma universitária se inicia mediante a exigência de participação efetiva nos órgãos colegiados das instituições universitárias. A Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961, prevê, em seu artigo 78, a representação do corpo discente, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores. No entanto, não estabelece a percentagem dessa participação, a qual deveria ser determinada nos estatutos das referidas entidades.

Essa reivindicação apareceu pela primeira vez em 1938, no II Congresso Nacional dos Estudantes, no qual foi pleiteada “a livre associação dos estudantes dentro da universidade, com representação paritária nos conselhos universitários ou técnico-administrativos”. No I SNRU essa pretensão é reduzida para 40%, e no II SNRU, para um terço (33.3%). Como os estatutos das universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior – por força de determinação da própria LDB – deveriam ser encaminhados ao Conselho Federal de Educação (CFE) até 27 de junho de 1962, a UNE marca o primeiro dia desse mês como data limite para a determinação, por parte das instituições universitárias, da participação de um terço. Caso não fosse atendida a reivindicação, decretar-se-ia greve em todo o País.³

Esgotado o prazo, e não tendo sido atendidas as pretensões, é deflagrada a greve, que se estende até meados de agosto. Durante mais de dois meses, realizam-se várias assembleias e reuniões locais nas quais se procura discutir as reivindicações aprovadas durante os seminários sobre a reforma universitária, promovidos pela UNE.

Decorridos mais de dois meses, a greve foi suspensa sem que seu objetivo fundamental fosse alcançado. A suspensão se deu tanto por problemas internos do movimento quanto pelas ameaças de golpe, frente à crise política nacional e aos impasses que sua continuação acarretaria para a liderança do movimento.

Em relação àqueles que encaram o movimento estudantil e suas agremiações como meros instrumentos de subversão,

apoando-nos em Foracchi, caberiam duas observações: a) escapa a essa postura o conteúdo histórico necessário de transformação da sociedade brasileira com a qual as entidades estudantis procuram sintonizar-se, mais sofrendo o processo do que propriamente o conduzindo; b) atribuir ao movimento estudantil a capacidade de *subverter a ordem* implica conferir-lhe autonomia e força que não teve no início dos anos 1960, não tem nos dias de hoje ou jamais terá isoladamente (Foracchi, 1965, p. 228).

Em 1963, a UNE realiza, em Belo Horizonte, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, cujo temário, em linhas gerais, segue a orientação das discussões contidas na *Carta do Paraná*. Em julho do mesmo ano, o XXVI Congresso da UNE elege, para presidente da entidade, José Serra, estudante paulista também vinculado aos quadros do movimento Ação Popular (AP). Documento por ele assinado (anexo 3) afirma que, para os estudantes,

[...] a melhor forma de condução imediata da luta pela reforma universitária seria, aproveitando o movimento político de luta pelas Reformas de Base, encaminhar ao Congresso um projeto de emenda à Constituição e outro de alteração da Lei de Diretrizes e Bases em que se consubstanciassem os pontos fundamentais da luta imediata pela reforma universitária. (UNE, 1963, p. 26)

De forma clara, o movimento estudantil percebe de nada adiantar a reforma jurídica da universidade sem antes transformar seu próprio conteúdo. E mais, verifica que as medidas concretas de reforma e democratização das instituições de ensino superior esbarraram em sérios obstáculos:

[...] a cátedra vitalícia, os exames vestibulares, a estrutura de decisões dos problemas universitários e tantos outros, característicos de uma legislação anacrônica, embora recente. A luta, essencialmente, é pela demo-

cratização da universidade, o que de imediato significa a democratização do acesso ao ensino superior e a democratização interna da universidade brasileira; mas é indispensável remover os obstáculos mencionados, como condição de novos progressos na reforma da universidade. (UNE, 1963, p. 26-27)

Embora reconhecendo as dificuldades de um processo de democratização usando como via alterações de dispositivos legais, os estudantes percebem a necessidade de afastar obstáculos criados por tais dispositivos à democratização da universidade. Tais obstáculos estão presentes tanto na Constituição, com a vitaliciedade da cátedra, quanto na Lei de Diretrizes e Bases. Como consequência dessa tomada de consciência, o III Seminário elaborou um projeto de emenda à Constituição de 1946 e um substitutivo à LDB (anexo 3), referente ao ensino superior. Tais projetos devem estar centrados, segundo o documento, apenas nos pontos e/ou medidas que abram caminho para a reforma universitária.

Que pontos ou medidas são propostos? Na emenda constitucional, o ponto básico é que ele

[...] extingue o instituto da vitaliciedade da cátedra e estabelece que o acesso e a permanência nas funções de magistério sejam regulados por critérios baseados na carreira do professor e na verificação periódica da capacidade dos docentes. (UNE, 1963, p. 28)

Por sua vez, o substitutivo à LDB refere-se a quatro pontos principais:

a) *cátedra vitalícia* – sugere a substituição do regime de vitaliciedade pela carreira do magistério, com novas formas de acesso, promoção e criação concomitante do sistema departamental;

b) *vestibular* – partindo da crítica ao caráter seletivo do ponto de vista socioeconômico, propõe sua extinção, substituindo-o, quando necessário, por exames classificatórios e não eliminatórios. Sugere, também, a criação do Colégio Universitário;

c) *verbas universitárias* – propõe novas diretrizes para a distribuição e aplicação de recursos destinados às universidades, criticando ao mesmo tempo a inexistência de critérios de prioridades na distribuição das verbas, bem como de sua aplicação;

d) *participação estudantil nos órgãos colegiados* – defende ser ela no mínimo de um terço, por se acreditar que a representação estudantil nesses órgãos constitua dado fundamental para a democratização interna da universidade. Além desses pontos, são introduzidos outros, tais como frequência obrigatória para professores e alunos; eleição de diretores de unidades, a qual deve contar com a participação de representantes estudantis, alterando-se, por conseguinte, a composição do colégio eleitoral (UNE, 1963, p. 32).

Em conjunto, a análise dos seminários da UNE sobre a reforma universitária ressalta o fato de os estudantes colocarem sempre o problema da reforma da sociedade e as questões políticas mais globais. Isto se torna evidente quando, após 1960, procura-se pensar a reforma universitária como parte das reformas de base. No entender de Ianni (1975, p. 110-112), o jovem universitário compreende a sociedade nacional a partir da situação concreta por ele vivida dentro da universidade. Essa postura difunde-se amplamente por meio das organizações estudantis, revelando a tomada de consciência, por parte dos estudantes universitários, das articulações reais e abstratas entre a reforma da universidade e as transformações gerais da sociedade.

NOTAS

¹ A *Declaração da Bahia* foi publicada no *Jornal Critério* (órgão oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco), em 1961.

² As citações de Arantes, Guedes e Dantas, neste estudo, encontram-se em Santos, 1980.

³ A posição do Conselho Federal de Educação sobre a reivindicação estudantil poderá ser encontrada no *Documenta*, n. 7, de setembro de 1962 (Conselho Federal de Educação, 1962), em que está transcrita a convocação extraordinária do CFE pelo ministro da Educação para dar-lhe conhecimento de deliberações tomadas pelo Conselho de Ministros, com referência a representações de estudantes nos órgãos diretivos universitários. Integram ainda essa publicação o parecer nº 155/1962, de autoria do conselheiro Abgar Renault, e as declarações de voto dos conselheiros Anísio Teixeira, Roberto Accioli e do relator José Barreto Filho (*ibid.*, p. 57-66).

capítulo 4



O AUTORITARISMO PÓS-1964 E A RADICALIZAÇÃO DO PROCESSO

Com o golpe militar de abril de 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o movimento estudantil em geral passam a se confundir com a história da repressão às liberdades no País. A perseguição policial desencadeada contra os estudantes produz um estado de perplexidade numa geração que só conhecera a ditadura por meio dos livros. Essa perplexidade é bem explicitada por dois membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que, em depoimento, afirmam:

No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou instantaneamente sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada, num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. (Noronha Filho e Meira, 1966)

A posição do governo militar em relação aos estudantes está bem sintonizada com a posição do então ministro Roberto Campos: “tratamento de choque para acabar com a subversão” (Poerner, 1979, p. 219). Como parte dessa ferocidade, diante das câmeras de televisão, arde em chamas, na Praia do Flamengo nº 132, o edifício-sede da União Nacional dos Estudantes.¹

Segundo Carpeaux, “tratava-se, como num ritual da Inquisição, de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais” (Carpeaux, 1969, p. 132). O que é simbolizado na definição do então ministro Juracy Magalhães: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Essa percepção se estende e se aplica à universidade.

A título de oferecer pequena amostra do que ocorre em termos de protestos, passeatas estudantis e choques com a polícia, logo após o golpe procuramos acompanhar, mediante jornais da época, os acontecimentos em vários pontos do País. Verificamos que, logo no dia 1º de abril, dois estudantes são mortos por soldados do Exército em Recife; em Belo Horizonte, o DCE e a UNE são fechados; no Rio, soldados da polícia entram em choque com estudantes nas proximidades da Faculdade Nacional de Direito, resultando em sete feridos e um morto; em Brasília, passeata é dissolvida por tropas do Exército (“Ministro da Educação declara que nada tem com o Calabouço”, 1968, p. 28).

Tal situação torna-se uma constante nos meses subsequentes. A reação dos estudantes, entre os anos de 1964 e 1966, foi das vaías aos boicotes – no caso da Lei Suplicy – às greves e às passeatas, como a do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), da Faculdade Nacional de Direito, contra o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que estabeleceu a eleição indireta para a Presidência da República, extinguiu os partidos políticos, voltou a autorizar a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão de direitos políticos e facilitou a intervenção federal nos estados. Com base nesse ato, foram baixados mais de trinta atos complementares, um dos quais decretando o recesso do Congresso por trinta dias.

Passada essa primeira fase, o movimento estudantil volta às ruas com nova palavra de ordem: reagir à violência policial. Logo no início de março de 1967, em Belo Horizonte, a passeata de calouros acaba dentro de uma igreja, o que não impede o lança-

mento, por policiais, de bombas de gás lacrimogêneo no interior do templo. No dia 13, nova passeata de protesto contra a repressão também termina com violência e muitas prisões. Ainda nesse mês, em Pernambuco, três estudantes são presos durante outra passeata de protestos. Manifestações semelhantes ocorrem em Goiás, Brasília, São Paulo e no Rio, como demonstração de solidariedade aos mineiros.²

Apesar da violenta repressão policial, as manifestações estudantis continuam durante todo o ano de 1966, e dezenas de estudantes são detidos. No início de 1967, a situação se agrava: no dia 23 de fevereiro, no Rio, trezentos estudantes são presos ao tentarem realizar o Congresso da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Ames). Em março, a Ames anuncia seu congresso no Rio, em local sigiloso. Todas as vias de acesso à cidade são fechadas e há um policiamento ostensivo. No mês de abril, em Brasília, os estudantes se manifestam contra a presença do embaixador americano na Universidade de Brasília (UnB), e são espancados por duzentos policiais que cercam e invadem a universidade. Desse triste episódio resulta um total de cinquenta estudantes presos e dois hospitalizados. Em maio, no Ceará, registra-se uma greve contra o Acordo MEC–Usaid para o ensino superior, e, no Rio de Janeiro, uma passeata de repúdio a esse mesmo acordo termina com 32 estudantes detidos e 6 hospitalizados. Nova passeata é realizada em Minas Gerais, em junho de 1967, contra o Acordo MEC–Usaid, e novos espancamentos e prisões acontecem e se repetem nos meses subsequentes.

Com a preocupação de ampliar suas bases, o governo parece não pretender apenas conter o movimento dos estudantes, mas também angariar a sua participação, daí a adoção de iniciativas como o Projeto Rondon, cuja origem mais próxima remontou à teorização política, centrada na Doutrina da Segurança Nacional, segundo a formulação da Escola Superior de Guerra, então dirigida pelo general Golbery do Couto e Silva, bem como a posicionamentos do I Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado em outubro e novembro de 1966, na então Universi-

dade do Estado da Guanabara, tendo como um de seus maiores defensores o professor Wilson Choeri. O Projeto Rondon tem como base a filosofia dessa escola definida em termos de segurança e desenvolvimento. Ainda com a preocupação de atrair a participação dos estudantes, cria-se um Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.³

Preocupado em conter o movimento estudantil, no final de 1967, por meio do decreto nº 62.024, de 29 de dezembro daquele ano, o governo institui uma Comissão Especial, presidida pelo coronel Meira Mattos, para propor medidas relacionadas com os problemas dos estudantes (Fávero, 1991).

O ano de 1968 fica na história como o ano de protestos da juventude. É preciso não esquecer que esse ano foi marcado por sérias crises e violentas manifestações estudantis em vários países. Esse movimento, em plano quase mundial, certamente tem suas repercussões no Brasil. Do ponto de vista interno, outros fatores conjugam-se e contribuem para reforçá-lo. De um lado, a situação econômica vivida pelo Brasil e os problemas dela decorrentes, de outro lado, a tendência à privatização do ensino superior, a cobrança de taxas nas escolas públicas e as anuidades, cada vez mais elevadas, nas instituições particulares também contribuem para agravar a situação. No plano político, o governo manobra com a pretensão de ampliar sua base de sustentação, tendo como resposta, apesar da repressão, a luta contra o regime (Guedes, 1980, p. 52).

A partir daí, sobretudo as manifestações de vulto do movimento estudantil se voltam para o ataque global à política do governo. As passeatas desse ano revelam organização bem maior, e as manifestações não têm lugar fixo. Por segurança, trocam de posição de acordo com a disposição do policiamento. O ano letivo inicia-se com manifestações em vários pontos do País, as instituições de ensino mobilizam-se com o problema das verbas, contra os acordos estrangeiros e contra a repressão. Um fato, contudo, muda qualitativamente o caráter das mobilizações e do próprio

movimento estudantil, com repercussões na vida política brasileira. Dia 28 de março de 1968, quinta-feira, às 18,20 horas, em meio a um tiroteio, a polícia assassinou um estudante secundarista de 16 anos, no restaurante do Calabouço. Seu nome era Edson Luís de Lima e Souto, menino pobre que viera para o Rio a fim de estudar e lutar pela vida. A morte desse estudante convulsiona o País e traz à tona problemas políticos candentes.⁴ Por esse triste episódio, o povo brasileiro, pela primeira vez, depois do Golpe de Abril de 1964, toma consciência de seu repúdio ao regime e ao poder militar que o oprime. Graças a essa tomada de consciência, o povo começa a sair às ruas, enfrentando a repressão e o terror (“Sangue no banquete ditatorial – morte e ressurreição de Edson Luís”, 1968).

No dia seguinte ao assassinato, os estudantes do Rio entram em greve, várias notas são distribuídas pelos diretórios acadêmicos firmando posição de irrestrito apoio ao movimento estudantil, e declara-se luto oficial. Entre os pronunciamentos, merece destaque o *Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da PUC–Rio*, assinado por todos os presidentes de diretórios acadêmicos:

O atual regime, instituído pelo Golpe de 1º de Abril, acaba de mostrar definitivamente a sua verdadeira face. Pena que isto custasse tão caro. Não bastava a repressão total, violência indiscriminada a todas as ideias defendidas pelos estudantes; não bastava a supressão dos nossos órgãos de representação; não bastava nada disso. Começaram agora assassinatos. Não é forte a palavra. Quando matam estudantes indefesos, qualquer que seja o motivo de sua manifestação, é um assassinato que praticam.

Esperamos que, a esta altura, ninguém tenha mais dúvidas sobre o caráter odioso do regime de força da ditadura. Porque a ditadura está definitivamente desmascarada. Já está a tão propalada abertura democrática. Um regime que permite a morte de um estudante não merece mais do que a nossa repulsa.

E nem mesmo se tenta manter as aparências. Assassina-se estudantes na porta da Assembleia. A mesma que deveria representar o povo, a mesma que não o representa.

Não temos medo de afirmar, sem tom demagógico, que este fato assinalou, objetivamente, a implantação do terror. O crime de pensar, de querer alguma coisa melhor não será mais punido com a simples violência física. Aberto o precedente, a morte poderá passar a ser, a qualquer momento, o castigo oficial.

Diante disso, a PUC não pode se omitir. O protesto não é mais uma veleidade – é um dever.

O DCE, conjuntamente com os DAs [Diretórios Acadêmicos] da PUC, decreta greve geral, convocadas as assembleias em caráter permanente.

Esperamos que a revolta e a vergonha que nos atingiram neste episódio sejam a vergonha e a revolta de todos os brasileiros. (“Estudantes do Rio de Janeiro entram em greve”, 1968)

Encontrando-se em Porto Alegre, o ministro Tarso Dutra foi inquirido pelo *Jornal do Brasil* a respeito da morte do estudante e de acusações que lhe haviam sido feitas pelo governador Negrão de Lima. O ministro recusa-se a dar entrevista e prefere redigir duas notas. Na primeira, assinala:

Embora sejam muito remotamente atribuídas ao governador Negrão de Lima declarações que atingem a área de atuação do Ministério da Educação e Cultura, devo acudir ao assunto e definir, de uma vez por todas, as responsabilidades.

O restaurante do Calabouço não pertence mais, há quase dois anos, à administração do MEC. Decreto-lei do governo anterior e despacho do presidente da República vincularam esse setor de atividade à Cobal, que não é órgão da Educação e sim empresa de economia mista.

Durante alguns meses do ano passado, apenas para que o restaurante não fechasse, o MEC consentiu, a título de colaboração, em dar um auxílio de Cr\$ 100 mil mensais para o funcionamento daquele serviço antes de passá-lo em definitivo para a Cobal.

Nada, portanto, tem que ver o MEC com o restaurante do Calabouço. Envolver o ministério no assunto, atribuindo encargos que não lhe pertencem, será consequência de lamentável desinformação ou, o que seria mais grave, tentativa de confundir a opinião pública, em ocorrências de tão grave repercussão. (“Ministro da Educação declara que nada tem com o Calabouço”, 1968, p. 28)

Na segunda nota, entre outras colocações, afirma:

Nenhuma providência cabe ao meu ministério que exija a presença do titular no Rio, em face do lamentável episódio do Calabouço. Estudante, para o MEC, é o aluno de classe, dentro da universidade, frente ao professor. Suas atividades de rua, relacionadas com o exercício dos direitos civis, ficam situadas na área de trabalho da polícia do estado, pois nenhum ministério da República, e muito menos o da Educação e Cultura, tem atribuições políticas ou de controle da ordem pública.

O inquérito decorrente dos delitos praticados é da competência específica das autoridades policiais, e o julgamento dos crimes, atribuição dos órgãos jurídicos próprios. (Ibid., p. 28)

A conduta por parte das autoridades maiores do sistema educacional brasileiro de lavar as mãos em relação à morte de um estudante não ocorre apenas por parte do ministro Tarso Dutra. O reitor da Universidade Federal do Paraná e membro do Conselho Federal de Educação, Flávio Suplicy de Lacerda – ministro da Educação no Governo Castelo Branco e mentor da

lei nº 4.464/1964, que extinguiu as entidades de representação estudantil –, entrevistado pela imprensa, afirma ter estado o CFE reunido e “nem tocou no caso do conflito da semana passada, porque isso era assunto de polícia” (“MEC foi policiado pelo Dops e soldados da PM”, 1968, p. 20).

Dois dias após a publicação da nota do ministro, o presidente da Companhia Brasileira de Alimentação (Cobal), general Teotônio Vasconcelos, distribui uma outra, esclarecendo que a empresa é responsável apenas pelo fornecimento de refeições aos estudantes do Calabouço (“Cobal se responsabiliza só pelo cardápio do Calabouço”, 1968, p. 19).

No mesmo dia em que é divulgada a nota do presidente da Cobal, 2 de abril de 1968, publica-se reportagem no *Correio da Manhã* intitulada “Polícia fecha o Calabouço”, na qual se informa que os estudantes são impedidos de entrar no restaurante a partir das 10,30 horas do dia anterior, por setenta policiais da PM, os quais, desde as primeiras horas da manhã, permanecem concentrados nas imediações. Segundo a reportagem, estabelece-se verdadeira guerra de nervos, principalmente a partir das 10 horas, quando alguns estudantes se dirigem para o local e são alertados: “Ninguém almoça aqui hoje, dizia um policial” (“Polícia fecha o Calabouço”, 1968, p. 12).

Nova matéria é publicada pelo *Jornal do Brasil* em 4 de abril de 1968, segundo a qual a Cobal divulgara na véspera nota oficial mantendo fechado, até ulterior deliberação, o Calabouço e alegando que os fatos não trazem prejuízo aos verdadeiros estudantes, porque suas escolas possuem locais adequados para suas refeições. A nota insiste também no fato de as finalidades do restaurante virem sendo desvirtuadas por seus usuários (“Cobal comunica que Calabouço ficará fechado até ulterior deliberação”, 1968, p. 5). Observa-se que, em meados de 1967, já se revela a necessidade de ser desimpedida a área ocupada pelo restaurante, a fim de ser construído no local o atual trevo viário. Essa pressa em demolir o Calabouço é justificada pelo governo do estado da Guanabara com o argumento de que, em breve,

a cidade sediaria a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI). Algum tempo depois, o restaurante dos estudantes foi extinto.

O protesto continua, apesar do forte dispositivo de segurança acionado em todas as capitais. O Exército usa todas as forças: cavalaria, tanques blindados, carros de combate para dispersar concentrações e passeatas. No Rio de Janeiro, onde o Exército assume o controle por solicitação expressa do ministro da Justiça, Gama e Silva, a cidade se assemelha a uma praça de guerra.

Com o apoio de grande massa popular, em São Paulo, no dia 1º de abril de 1968, aniversário do golpe militar, milhares de estudantes paulistas promovem, segundo dados colhidos na imprensa, a maior passeata desde a que precedeu o movimento militar de 1964, agora para protestar contra a morte do estudante Edson Luís. Durante toda a passeata, os universitários usam braguesas de luto e recebem apoio popular a seus protestos, inclusive de numerosos intelectuais, artistas e parlamentares. Encabeçado por Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, João Cruz Costa, Alberto Muniz da Rocha Barros, Paulo Mendes de Almeida, frei Benevenuto Santa Cruz, Florestan Fernandes, Chico Buarque de Holanda, Lygia Fagundes Telles, Roberto Schwartz, Octavio Ianni entre outros, lança-se um manifesto dos intelectuais de São Paulo, contendo mais de trezentas assinaturas, de texto conciso, a seguir reproduzido:

Professores, advogados, arquitetos, artistas, engenheiros, escritores, jornalistas, médicos de São Paulo, unidos no sentimento de revolta pela morte do jovem Edson Luís de Lima e Souto e por outras violências ocorridas na Guanabara e em Brasília, vêm, de público, manifestar sua solidariedade aos estudantes do Brasil, vanguarda da resistência à ditadura.

Ao mesmo tempo, fazem um apelo ao povo de nossa terra para que se congregue na luta pela democracia do País. ("São Paulo: Sodrê garante que passeata sai sem incidente", 1968, p. 14)

A situação, no entanto, se agrava ainda mais quando da realização da missa de sétimo dia em intenção do estudante Edson Luís. Sobre a realização desse ato religioso, o ministro da Justiça, Gama e Silva, lança nota oficial advertindo:

[...] após reunião com os três ministros militares, o governo considera como perfeitamente integrados nas tradições cristãs do povo brasileiro os ofícios religiosos que serão realizados, por intenção do estudante, mas averte mas adverte que se não for dentro da ordem as autoridades públicas estão firmemente dispostas a mantê-la a qualquer custo. ("Governo admite missa, mas sem desordem", 1968, p. 2)

Nem a ocupação da cidade do Rio de Janeiro por tropas do Exército, nem as cenas de violência registradas desde o dia 28 de março de 1968 impedem que cerca de 2.500 pessoas lotem a Igreja da Candelária para assistir à missa. A saída do templo foi marcada por novas agressões.⁵

Depois disso, não são mais apenas políticos, intelectuais e professores condenando publicamente a violência policial, mas a Cúria Metropolitana do Rio, por meio de manifesto.⁶

A respeito das violências policiais ocorridas após a missa da Candelária, praticamente toda a Assembleia Legislativa da Guanabara manifesta repulsa, considerando não ter classificação o procedimento da PM. O mesmo ocorre nas duas casas do Congresso em Brasília, onde vários protestos são registrados.

A partir de abril de 1968, recrudesce a crise estudantil com manifestações de rua e choque entre estudantes e policiais. O governo restringe as verbas das universidades. Entre as reivindicações específicas dos estudantes universitários, destacam-se reforma universitária, mais verbas, rejeição da proposta de transformar as universidades autárquicas em fundações.

São constituídos, na maioria das instituições, grupos de professores e de alunos visando analisar, em conjunto e com maior

profundidade, a situação da universidade, não apenas em face das medidas impostas, mas, também relacionando-as com o processo político global. Do trabalho desses grupos amplia-se a consciência de que a contestação da situação universitária implica a contestação das estruturas dominantes na sociedade brasileira.

Na UFRJ, por exemplo, mesas-redondas foram organizadas, congregando diretores das faculdades e vários de seus professores para debater com os estudantes a política educacional do governo. Segundo o depoimento de professores, só agora foram ouvidas as críticas feitas há um ano pelos alunos à política federal. O corte de verbas, provocando achatamento no salário dos docentes, é apontado por eles próprios como motivo precipitador de seu engajamento. “Para os professores, quando os alunos começaram a denunciar o Relatório Atcon, os Acordos MEC–Usaid e a política de corte de verbas, é que perceberam que a ideia de transformar a universidade estava tomando corpo” (Graúdo, 1968).

A partir desse momento, muitos resolvem tomar posição acima de seus interesses pessoais, em defesa da universidade no País. Passados mais de quarenta anos, reconhece-se que essas mesas-redondas tiveram um papel histórico para o movimento docente da UFRJ: nessa ocasião, surgiu a ideia de criação, na universidade, de uma Associação de Docentes (fato que se concretizou mais de dez anos depois).

No decorrer de 1968, o movimento estudantil é bastante castigado pela repressão violenta em todo o País. No Rio de Janeiro, a situação se agrava ainda mais quando, no dia 20 de junho daquele ano, choque da PM e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) cercam o prédio da Reitoria da UFRJ, na praia Vermelha, em virtude de uma assembleia geral dos estudantes marcada para 10,30 horas daquele dia, mas só iniciada uma hora depois. Os estudantes são encurralados, espancados e efetuam-se centenas de prisões (“Exército vai manter a ordem e punir todos os responsáveis”, 1968, p. 15). Esse fato repete o já ocorrido no ano de 1967, quando, na Faculdade de Medicina da UFRJ, no mesmo *campus*, os alunos foram massacrados pela po-

lícia, registrando-se inúmeras prisões. Na história do movimento estudantil, este episódio é conhecido por *O Massacre da Praia Vermelha*.

O palco da barbárie continua funcionando em todo o País. Como no Rio, as coisas se passam de forma também violenta na capital federal, onde, em uma operação, trinta carros da Polícia Civil, duas companhias de Polícia Militar, agentes do Dops e do Serviço Nacional de Informações (SNI) e mais treze batalhões de choque da Polícia do Exército invadem a UnB, arrombam as salas de aula e laboratórios, espancam alunos, professores e parlamentares. Houve quem indagasse, na época, o que existia na UnB para aguçar tanta fúria e intervenção policial-militar, numa verdadeira operação de guerra: apenas cinco estudantes subversivos, entre os quais Honestino Monteiro Guimarães, dirigente da UNE, cuja captura torna-se importante para a segurança nacional. Mais tarde, Honestino é assassinado pela ditadura (Poerner, 1979, p. 301).

Segundo Poerner (*ibid.*, p. 297-298), a morte de Edson Luís constitui um marco na história brasileira – despertando forças de oposição e protesto até então aparentemente adormecidas. Entre as manifestações pacíficas mais importantes realizadas no Rio, após 28 de março de 1968, cabe destacar as Passeatas dos Cem Mil.

Essas “passeatas” criaram um clima de esperança quanto à perspectiva de uma fase de abertura democrática no País. Profissionais diversos ficam menos atemorizados: jornalistas escrevem mais artigos contendo denúncias ao regime; livros são lançados; na música popular, as canções de protesto aparecem, criando certa euforia. Em 1968, Geraldo Vandré apresenta, para público de mais de 30 mil pessoas, no Maracanãzinho, sua canção “Caminhando” ou “Para não dizer que não falei das flores” (*ibid.*, p. 299).

Entre a morte de Edson Luís e a decretação do AI-5, a UNE realiza o XXX Congresso Nacional dos Estudantes, no dia 14 de ou-

tubro de 1968, em Ibiúna, no qual são presos quase todos os congressistas – cerca de oitocentos estudantes. Entre eles, encontram-se os quatro principais líderes estudantis: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos e Jean-Marc Frédéric Charles von der Weid – este eleito durante o Congresso para dirigir a entidade por um ano, substituindo Travassos (ibid., p. 303).

Com os líderes estudantis presos, os sindicatos sob intervenção, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tenta assumir no Congresso a vanguarda da oposição. A situação é bastante tensa na cúpula militar, o que se agrava com o discurso do deputado Márcio Moreira Alves de repúdio à invasão da Universidade de Brasília (UnB). Sentindo-se atingidos pelas críticas feitas pelo parlamentar, os militares, em represália, exigem a punição do deputado, rejeitada pelo Congresso, que, naquele momento, tenta recuperar sua independência.

Mas, como se tratava, na verdade, de exigência militar, a reação não se fez esperar: no dia 13 de dezembro de 1968 foi outorgado o AI-5, o mais drástico de todos os atos institucionais. Entre outras medidas, decreta-se o fechamento do Congresso; intervém-se em estados e municípios e nomeiam-se os respectivos interventores; intensificam-se os decretos de suspensão de direitos políticos de opositores pelo prazo de dez anos; cassam-se mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (o que significa novo expurgo no Congresso); suspende-se a garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos; suspende-se a garantia do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Com a promulgação desse ato, em dezembro de 1968, e do decreto-lei nº 477, em fevereiro de 1969, cessam todas as manifestações no meio estudantil. Muitos de seus líderes, ainda encarcerados, começam a se agrupar e a se armar em organizações clandestinas da luta armada.

NOTAS

¹ Após trinta anos, em 17 de maio de 1994, o governo devolve aos estudantes o terreno da Praia do Flamengo, nº 132.

² A respeito da onda de autoritarismo que envolveu a Universidade de Brasília, ver Ribeiro, 1978.

³ A respeito do Projeto Rondon, ver Nascimento, 1966. Para melhor compreensão do Crutac, ver Paiva, 1986.

⁴ O assassinato de Edson Luís, passados vinte anos, foi lembrado, em 27 de março de 1988, como um marco do movimento estudantil, em missa na Candelária e com “showmício”, ambos promovidos por antigas e atuais lideranças estudantis, bem como por suas diferentes entidades representativas (“A paixão nas ruas, o Golpe na gaveta”, 1988, p. 4-5).

⁵ Para se ter ideia desse clima, ver a matéria “Cobertura nacional, uma semana de violência” (*Fatos e Fotos*, Rio de Janeiro, n. 376, 18 abr. 1968).

⁶ Ver “Cúria condena violência policial” (*Jornal do Brasil*, 6 abr. 1968, Primeiro Caderno, p. 5).

capítulo 5



ENFRENTAMENTOS: LEI SUPLYCY E ACORDOS MEC-USAID

A partir de 1964, além do repúdio à repressão policial-militar, as discussões no meio estudantil centraram-se na Lei Suplicy e contra os Acordos MEC-Usaid, principalmente o relativo ao ensino superior, assinado em 23 de junho de 1965.

Se a repressão geral foi institucionalizada no País com o AI-2, editado em 27 de outubro de 1965, em relação aos estudantes, o Governo Castelo Branco promulgou a lei nº 4.464, de 1964, conhecida como Lei Suplicy, de autoria do então ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Passados alguns anos, ironizando, observa Altino Dantas Júnior, ex-dirigente da UNE: “essa lei acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes” (Dantas, 1980, p. 32).

Tentaremos recuperar o ocorrido antes da promulgação dessa lei. Em 5 de junho de 1964, o *Jornal do Brasil* publicou matéria cujo título é bem expressivo: “Suplicy pede extinção da UNE e de todas as organizações estudantis nos estados”. Um tópico da reportagem assinala:

Em expediente ontem, enviado ao presidente da República, o ministro da Educação sugeriu o envio de mensagem ao Congresso Nacional extinguindo a União

Nacional dos Estudantes, as uniões estudantis ou metropolitanas de estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundários, as uniões estaduais de estudantes secundários e outros órgãos de representação estudantil de grau superior ou médio, que não previstos na referida mensagem.

No anteprojeto, o ministro Suplicy de Lacerda sugere a criação de órgão de representação dos estudantes de ensino superior, DA [Diretório Acadêmico], em cada estabelecimento de ensino superior; DCE [Diretório Central dos Estudantes], em cada universidade; DEE [Diretório Estadual dos Estudantes], em cada capital de estado ou território onde houver mais de uma universidade e um ou mais estabelecimentos isolados de ensino superior. ("Suplicy pede extinção da UNE e de todas as organizações estudantis nos estados", 1964)

No dia 7, o mesmo jornal publicou telegrama do presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME) ao presidente Castelo Branco, solicitando a recusa da sugestão do ministro da Educação relativa à aludida extinção. O texto do telegrama é o seguinte:

Universitários cariocas, através de seu órgão representativo, dirigem-se respeitosamente a V. Ex^a face a sugestão ilustre ministro da Educação extinção entidades estudantis, a fim de ponderar sobre fato inédito nossa vida política. Acreditamos patrióticos princípios e ideais democráticos grande maioria estudantes nacionais. Apelamos V. Ex^a evitar marginalização juventude brasileira permitindo sejam reorganizadas suas entidades representativas.

Lembramos ilustre presidente continuamos disposição de V. Ex^a conforme entendimento verbal Rio, a fim de apresentar sugestões relacionadas entidades estudantis. ("Presidente da UME pede a Castelo para não fechar as entidades", 1964)

Com as lideranças perseguidas ou exiladas, as entidades fechadas ou sob intervenção, a Lei Suplicy vem para acabar com

a participação política dos estudantes, destruindo a autonomia e representatividade do movimento e tentando transformar as entidades estudantis em órgãos dependentes do MEC, no que se refere a verbas e orientação. Sob a acusação de servir como ponto de referência para movimentos subversivos e testa de ferro dos agitadores, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, e as Uniões Estaduais, pelos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE).

Segundo a lei nº 4.464/1964, que dispõe sobre a atuação dos estudantes nas escolas:

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

[...]

Art. 17. O diretor de faculdade ou escola e o reitor de universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta lei.

Os anos de 1964 e 1965 constituem um difícil período para a universidade e para o movimento estudantil. O ímpeto gerador de reformas parece ter arrefecido. Nesse clima, em entrevista à imprensa em 28 de agosto de 1965, o ministro Suplicy coloca-se abertamente contra o debate político dos problemas nacionais nas universidades, afirmando: “Os estudantes são os homens de amanhã, mas nós somos os homens de hoje”. E acrescenta:

“Primeiro o estudante deve estudar, depois, se aperfeiçoar na prática democrática no sentido amplo”. Admite, porém, que os estudantes podem fazer política dentro dos partidos que estão envelhecendo, sem líderes para a renovação do pensamento político nacional. (“Suplicy não quer debate político na universidade”, 1964)

Os líderes estudantis evidentemente não concordam com a posição do governo, por considerá-la antidemocrática e por limitar sua ação. Baseados nestes pontos, reivindicam a imediata revogação da Lei Suplicy, a qual, segundo eles, pode ser entendida como mais uma arma utilizada pelo governo para boicotar o movimento.

O repúdio dos estudantes à Lei Suplicy se apresenta sob dois aspectos: a) de um lado, a rejeição a esse dispositivo se faz por entender que o mesmo desfigura frontalmente as entidades estudantis, em todos os níveis, criando órgãos contra a vontade manifesta dos universitários, com funcionamento limitado; b) de outro, por se considerar que a lei contraria os princípios básicos do funcionamento de qualquer entidade de representação: direito de autonomia, de organização interna, de livre manifestação de pensamento e de associação. Para as lideranças estudantis, essa lei contém apenas um ponto positivo: o voto obrigatório dos alunos de uma faculdade nas eleições para o Diretório Acadêmico, conforme disposto no artigo 4º, § 2º.

Em julho de 1965, a UNE realiza o XXVII Congresso Nacional de Estudantes, reunindo 313 representantes para um total de 450 existentes no País. É o primeiro congresso da entidade após o golpe militar. Como revelam tópicos de uma reportagem, o Congresso adota “como decisão mais importante o boicote à Lei Suplicy de Lacerda, transformando o 16 de agosto no Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação” (“Congresso dos estudantes decide boicotar a Lei Suplicy”, 1965).

Após o Congresso dos Estudantes, o ministro dá nova entrevista cujo conteúdo bem expressa a posição dos detentores do poder educacional no País. Referindo-se ao cumprimento da lei implantadora da disciplina no meio universitário, adverte: “a simples discussão do assunto está a demonstrar que há ainda colônias de vírus entre estudantes a ameaçar o futuro de um povo inteiro” (“Suplicy enérgico: estudantes usam pretexto da lei para subversão”, 1965). Em seguida, ressalta:

[...] não é a lei em si que tem importância capital, mas o pretexto da lei para se continuar a subversão nos meios universitários, garantindo-se, assim, a contrarrevolução capitaneada por ladrões que fugiram da política, por corruptos e corruptores e por comunistas de várias totalidades. (Ibid.)

O ano de 1965 é marcado principalmente por greves de repúdio e boicote à lei. O plebiscito nacional com a lei nº 4.464/1964, promovido pela UNE, apresenta um percentual de 92.5% de estudantes universitários em posição contrária. Diante das dificuldades de entendimento com o governo e partindo do pressuposto de que o diálogo com a ditadura será sempre um monólogo, a UNE lança um manifesto assinado pelos dirigentes da entidade, nos seguintes termos:

A União Nacional dos Estudantes, hoje cada vez mais perseguida por representar o pensamento dos estudantes, ao se recusar a compactuar com a traição à democracia praticada continuamente pelo Governo Federal, manifesta a sua posição, repudiando as recentes manobras da ditadura, que se pronunciou pelo diálogo com os intelectuais, estudantes e trabalhadores.

Tal diálogo é apenas uma tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros, porque estes têm consciência de que sua vontade não é respeitada e que a democracia inexistente no País.

1) Desde abril de 1964 vem o governo mantendo a nação em permanente clima de terror. A perseguição aos representantes de nossa cultura continua sendo uma realidade. Vimos recentemente a prisão de oito dos mais expressivos intelectuais brasileiros, pelo simples motivo de se terem manifestado por democracia e liberdade. Ao mesmo tempo, assistimos ao desmantelamento de nossas universidades e da autonomia universitária, como aconteceu recentemente na Universidade de Brasília.

2) Pretenderam suprimir aos estudantes suas entidades representativas, através de intervenções em diretórios acadêmicos e UEEs e por meio da lei nº 4.464, que criava o peleguismo no movimento estudantil, reconhecendo como lideranças e acenando com a bandeira da corrupção através da promessa de um bilhão de cruzeiros a oportunistas sempre repudiados nas eleições estudantis.

3) Mas são aqueles a quem o Governo Federal mais tenta envolver com suas manobras e demagogia, os trabalhadores, os mais perseguidos e reprimidos pelo governo da ditadura. Seus sindicatos foram fechados ou submetidos a intervenções que ainda perduram. O direito de greve foi praticamente suprimido. As consequências da política econômica da ditadura recaíram sobre os trabalhadores, agravando o desemprego e levando à miséria mais crítica grande parte da população.

São pois os autores da perseguição e da violência que hoje falam em *diálogo*. Falam de aproximação. Falam de entendimento. [...] O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3 mil universitários presos, expulsos, expatriados, desde 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara.

O que na verdade propõem é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude. Moldá-la fascista, violenta, corrupta, transformá-la em força de peleguismo e não de renovação.

E é conscientes do compromisso assumido e do risco que daí advém, que continuamos exigindo a liberdade e o respeito aos direitos humanos. Permanecemos lutando por democracia, embora sabendo que espancamentos serão nossas medalhas. Queremos justiça, mesmo que injustamente sejamos presos.

Por isso nos dirigimos aos intelectuais, hoje, no sentido de que se unam a nós, na recusa deste diálogo, que

não passa de um monólogo de imposições. Que, conosco, só aceitem o diálogo, na medida em que cessem as perseguições e violências. Na medida em que haja anistia. Na medida em que se respeitem os direitos fundamentais da pessoa humana.

Voltamo-nos aos intelectuais, para que só aceitem diálogo verdadeiro, e isto quando de fato, e não de promessas, se crie um clima de liberdade política e cultural.

Queremos lembrar-lhes que a história é irreversível, e que o julgamento das gerações é severo. E que os ideais se conquistam lutando, resistindo e sofrendo. (“UNE quer anistia antes do diálogo com presidente”, 1965)

No mesmo dia do lançamento desse manifesto dos estudantes, o ministro da Justiça, Juracy Magalhães, declara-se disposto a fechar a entidade por considerá-la “francamente subversiva”.

A lei nº 4.464/1964, por meio do artigo 22, legalmente extingue a UNE ao revogar o decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, que reconhecia a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior de todo o País. Na realidade, a UNE continua atuando mesmo quando considerada ilegal até sua extinção em 1973, quando é assassinado seu último presidente, Honestino Guimarães, e mais três diretores – Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado.

O ano de 1966 é marcado por um clima de protesto. O movimento estudantil tem de enfrentar sérias questões: a Lei Suplicy, os Acordos MEC–Usaid, a questão das anuidades e o Relatório Atcon (1966). Além de cassetes e gás lacrimogêneo, os estudantes enfrentam nova trama do governo: a criação do Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes). Este, segundo o jornalista Hermano Alves, passa a ser uma espécie de *Peace Corps* interno. Além de criar o Mudes, o governo faz uma doação de Cr\$ 20 bilhões em obrigações do Tesouro à nova

sigla. O presidente Castelo Branco, referindo-se a esse movimento, diz ser o mesmo “um desafio ao idealismo de nossa juventude”, oferecendo aos jovens “a oportunidade de transformar o protesto vazio [*sic*] e a vocalização de *slogans* em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade construtiva da comunidade” (apud Poerner, 1979, p. 274).

A reação dos estudantes contra o pagamento das anuidades não é pela quantia a ser paga (Cr\$ 28 mil cruzeiros cobrados, em 1966), em si irrisória, mas por uma questão de princípios. Viam nisso uma forma de privatizar a universidade pública e torná-la cada vez mais frequentada por elementos provindos das classes sociais mais abastadas.

Voltando à Lei Suplicy, podemos assinalar o fato de o posicionamento dos estudantes, naquele momento histórico, constituir dado importante. O problema maior surge internamente, dentro do movimento estudantil: uns são a favor do boicote total – essa é a posição da diretoria da UNE –, outros defendem certa adaptação à lei, argumentando não haver condições de o movimento assumir posição mais radical. Segundo Altino Dantas Júnior, ex-dirigente estudantil, a vida e a prática mostram prevalecer a posição de negação total da lei. E acrescenta:

É claro que houve evolução da proposta original de boicote, pois embora ela tenha prevalecido no fundamental, desmoralizando a imposição governamental, em alguns locais onde as condições eram muito difíceis houve uma adaptação para evitar que o controle das entidades caísse em mãos estranhas ao verdadeiro movimento estudantil. (Dantas, 1980, p. 43)

Em 13 de janeiro de 1966, o ministro Moniz de Aragão, ao entregar ao presidente uma exposição de motivos sobre a reestruturação das universidades brasileiras, declara à imprensa contra a exposição o propósito de manter a Lei Suplicy, porque, embora possa ser melhorada, é democrática e terá de ser aplica-

da. Na mesma entrevista, comentando a repressão policial nas universidades do Rio e de São Paulo, o ministro declara não ter sido atingida a autonomia universitária, porque as forças policiais foram chamadas por diretores e reitores (“Aragão anuncia reforma e diz que vai manter Lei Suplicy”, 1966).

A resposta não tarda. Em 28 de fevereiro de 1967, o presidente Castelo Branco revoga a lei nº 4.464/1964, com o decreto-lei nº 228/1967, conhecido também no meio universitário como Lei Suplicy-Aragão. Com esse dispositivo, passam a ser órgãos de representação estudantil apenas o Diretório Acadêmico (DA), organizado em cada estabelecimento de ensino superior, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), organizado em cada universidade (art. 2º). Ou seja, o decreto-lei nº 228 deixa de contemplar o disposto no artigo 2º da lei nº 4.464/1964, que previa não só a instituição de DAs e DCEs, mas também a existência de órgãos de representação estadual e nacional dos estudantes de nível superior: o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), organizado em cada capital de estado, território ou no Distrito Federal, e o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na capital federal.

Esses dispositivos são retomados dois anos depois, por meio do decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou privado.

Nesses anos, surgem para o movimento estudantil outros enfrentamentos. Em meados de 1966, começam a ser questionados os Acordos MEC-Usaid, principalmente o firmado em 25 de junho de 1965 entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Usaid) sob o título *Planning Advisor – Higher Education*, com vigência prevista até 31 de dezembro de 1967.

Esse acordo permanece em sigilo até fins de 1966, quando, sob grande pressão, sobretudo dos estudantes, o governo por

fim o publica. Com base nos termos nele contidos, aumentam os protestos, já então com apoio de professores e intelectuais.

A UNE, preocupada em aprofundar o debate sobre os Acordos MEC–Usaid, realiza um seminário nacional sobre o tema, em janeiro de 1967, num convento perto de São Paulo. Desse seminário sai um documento com o programa de lutas (com reivindicações de mais verbas para a educação), incluindo sérias denúncias sobre a atuação de organismos norte-americanos na orientação do ensino brasileiro. Entre as denúncias, destacam-se: a transformação das universidades públicas em fundações e sua privatização e a entrega do ensino superior ao controle de capitais estrangeiros. Nas recomendações, é enfatizado o boicote às medidas concretas de aplicação dos acordos e à reforma universitária a ser realizada pelo governo. Os estudantes não estranharam a reforma da universidade empreendida pelo governo militar, inspirada nos acordos e no Relatório Atcon, que expressavam, no campo do ensino, propostas cujo objetivo era o aumento cada vez maior de nossa dependência cultural.

O movimento de repúdio entre os estudantes atinge seu clímax quando o ministro da Educação, Tarso Dutra, admite na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que “os 16 acordos firmados pelo Ministério da Educação com a Usaid serão revistos em todos os pontos considerados inconvenientes aos interesses do Brasil, mas [que] ainda não teve tempo de examiná-los”. Afirma: “Nos acordos entre o MEC e a Usaid está incluída a formação de líderes, considerada da maior importância para a política norte-americana pelo chefe da Organização de Operação e Investigações Especiais de Washington” (“Acordo MEC–Usaid será revisto”, 1967).

Por sua vez, o diretor do Ensino Superior, professor Carlos Alberto Del Castilho, afirma logo a seguir, perante uma delegação de estudantes, terem sido destituídas todas as comissões dos acordos para revisão geral dos documentos. Na entrevista com o diretor de Ensino Superior, os estudantes reivindicam a revogação do Acordo MEC–Usaid relativo ao planejamento do

ensino superior, assinado em 1965, a revogação da cobrança de anuidades e das punições, a melhoria das condições de estudo e a criação de novo restaurante para a classe estudantil.

Como decorrência do seminário nacional sobre os Acordos MEC–Usaid realizado pela UNE, a União Metropolitana dos Estudantes (UME) realiza um outro, de caráter regional, no Rio de Janeiro, nos dias 13, 14 e 15 de junho de 1967, com o tema “Imperialismo, MEC–Usaid”. O principal objetivo desse seminário regional é realizar estudo crítico sobre os acordos, relacionando a política educacional do governo à política geral do País, de imediato, espaço para estudo dos documentos em questão e, a longo prazo, para análise de outros aspectos da realidade. Com a mesma finalidade, também é recomendada a organização de grupos permanentes de estudo dentro das turmas e das faculdades, objetivando o conhecimento e a discussão sobre essas questões, como também o encaminhamento de formas de superação de problemas relacionados com a universidade.

Somente após estudos realizados dentro das unidades universitárias e de discussão em assembleias, os estudantes chegam a ter conhecimento e condições para encaminhar uma luta mais consequente em relação aos Acordos MEC–Usaid. Durante o seminário, além da denúncia contra a infiltração imperialista no ensino brasileiro, em todos os níveis, em especial no terceiro grau, é objeto de discussão e de repúdio a institucionalização do pagamento de taxas e anuidades, vistas como um dos passos para privatizar a universidade e torná-las cada vez mais frequentada por elementos provenientes das classes sociais mais abastadas, para transformar as universidades públicas em fundações, de acordo com a orientação prescrita no Relatório Atcon (Atcon, 1966; Fávero, 1991).¹

Como resposta à intensificação da crise, o governo institui, pelo decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968, um grupo de trabalho encarregado de estudar e propor, em caráter de emergência, as medidas a serem tomadas para resolver a problemática da universidade. São convidados a participar do grupo

dois estudantes: Paulo José Possas e João Carlos Moreira Bessa, ambos alunos de Engenharia no Rio de Janeiro. A 6 de julho de 1968, antes da instalação dos trabalhos pelo ministro Tarso Dutra, Paulo José Possas, usando da palavra, explica porque ele e seu colega não participariam do Grupo de Trabalho (GT). Dada a importância desse depoimento para se entender as razões que levaram os estudantes a declinarem do convite, faz-se mais adiante sua transcrição. Antes, é oportuno esclarecer o registro feito no Relatório do Grupo de Trabalho, instalado oficialmente em 10 de julho de 1968, a respeito dessa recusa:

Não obstante os esforços empreendidos, não foi possível assegurar a participação dos estudantes. Por decisão tomada logo na primeira sessão, o senhor ministro da Educação telegrafou aos presidentes dos diretórios centrais de todas as universidades solicitando a apresentação de listas e nomes a fim de que o senhor presidente da República indicasse dois estudantes para compor o grupo, na forma prevista pelo decreto que o criou. Infelizmente, o apelo não teve a acolhida desejada. Cumpre desde logo acentuar que, sendo a universidade primordialmente destinada ao estudante, sua participação nos estudos da reforma universitária era considerada essencial pelo governo e por todos os membros do grupo. Espera-se, contudo, da crítica construtiva dos estudantes às soluções propostas, a contribuição decisiva para efetivação da reforma da universidade, obra comum de alunos e mestres, bem como do Estado e das forças vivas da comunidade que a fazem nascer e lhe dão os meios de existir. (Reforma Universitária, 1968, p. 9)¹

Chamamos a atenção para o fato de o governo ter procurado encontrar um modo eficaz de conter as reivindicações estudantis, não mais por meio de seus aparelhos repressivos, mas tentando cooptar os estudantes por meio do convite de dois universitários, a fim de participarem do grupo de trabalho para a elaboração de novo projeto de reforma da universidade no País. Este fato, em geral, não é discutido, e muitos se limitam a re-

petir: os estudantes declinaram do convite. Poucos interrogam por suas razões. Outros esquecem ter sido o regime militar o exterminador das entidades de representação estudantil, substituídas por outras, voltadas para o fortalecimento político de lideranças estudantis comprometidas com o poder.

Eis a transcrição da exposição do estudante Paulo José Possas aos integrantes do grupo:

[...] deixava claro o seu reconhecimento à honra que lhe foi concedida com a designação para o grupo, louvando também os esforços da Igreja, na pessoa de dom José de Castro Pinto, pelo diálogo, pelo confronto entre duas linhas de pensamento, duas gerações que vislumbram diferentemente o futuro do País.

Este preâmbulo visa definir a minha posição justa de não aceitar honrosa incumbência, como uma colocação meditada em profundidade. Infelizmente, os impasses prevalecem e me condicionam. Não recebemos, eu e o outro colega designado, qualquer delegação dos estudantes para tal, e sem esse tipo de procuração nossa presença não faz sentido. Não podemos falar em nome da classe e seria uma pretensão, uma fatuidade, julgar que o convite foi dirigido ao cidadão Possas, e consequentemente, participar dos debates em nome pessoal. Outro fator relevante é a falta de definição dos propósitos da própria comissão de alto nível e, apesar das explicações do Sr. Ministro, os trinta dias continuam insuficientes para a própria caracterização do que ele chama setores de urgência. ("Tarso instala o grupo que preparará a reforma", 1968, p. 29)

Continuando, afirma o estudante:

[...] o meu conhecimento no assunto é honesto, mas limitado, salientando-se ainda que eu e o meu colega Bessa somos estudantes de Engenharia na Guanabara, impossibilitados de opinar sobre a universidade no inte-

rior e nos demais setores, estreitando a faixa em que podemos colaborar. Estes fatores caracterizam bem a comissão como uma iniciativa política de emergência para atender a pressões explosivas, altamente improvisada e indefinida. O principal é a devida compreensão da parte do governo da importância da educação no desenvolvimento do País como instrumento único e decisivo de justiça social, levando à prática o conceito de igualdade de oportunidades. Nesse sentido, esta comissão é uma vitória.

Ademais, as divergências entre estudantes e governo se agravam, e nossa posição aqui é insustentável em face da unidade do movimento estudantil, que deve ser compreendido a partir das reivindicações justas, da denúncia do anacronismo das estruturas da universidade, da falta de visão política do governo em torno da educação, a exemplo dos anteriores. Não há unidade em torno da pregação da luta, nem em torno de *slogans* bombásticos e ingênuos que não deixam qualquer opção concreta. O encaminhamento das críticas pode inclusive ser distorcido pelas lideranças na medida da abstenção pessoal de cada estudante. A participação deve ser global. A irresponsabilidade e a alienação são igualmente desastrosas num país sofrido como o nosso.

Nesse sentido, ponho-me à disposição deste grupo de trabalho, porém, de ora em diante, considero-me excluído do mesmo. (Ibid.)

Não obstante a recusa dos estudantes ter servido para mostrar não ser possível colaborar com o governo, somente mais tarde, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, e com o decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, é que se fecha totalmente qualquer possibilidade de diálogo entre as partes, cessando quase todas as manifestações de reivindicação no meio universitário. De 1969 a 1979, as atividades do movimento estudantil estão praticamente restritas à clandestinidade; o movimento ressurgiu lentamente como

organização a partir do XXXI Congresso da UNE, realizado em 1979 (Barbosa, 1989, p. 121-122).

José Serra, presidente da UNE quando se deu o golpe militar de 1964, na fala de abertura, determinou a linha desse congresso:

Em nome dos estudantes que construíram a UNE, na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo;

Em nome dos estudantes de minha geração, que lutaram por um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia para o povo brasileiro;

Em nome da UNE que presidi e que foi devastada e incendiada pelas forças da repressão, como baluarte que era da resistência democrática e antigolpista;

Em nome dos estudantes que durante quinze anos de prepotência, arbítrio e violência repressiva souberam manter viva a chama da resistência e do protesto;

Em nome dos estudantes que foram mortos, companheiros de ideal democrático que legaram a todos nós o protesto mudo e generoso dos seus corpos mutilados;

Em nome de todos nós, estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a nação das amarras destes quinze anos de regime ditatorial,

DECLARO ABERTO O XXXI CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES. (Serra, 1980, p. 113)

NOTA

¹Embora o decreto presidencial que designa os membros do grupo de trabalho (Reforma Universitária, 1968, p. 119), assinado na mesma data do decreto nº 62.937/1968 (mas sem número), registre o nome Paulo Bouças como um dos representantes dos estudantes, o *Jornal do Brasil*, na matéria “Tarso instala o grupo que preparará a reforma” (7 jul. 1968, p. 29), registra o nome Paulo José Possas, divulgando a declaração do mesmo em que justifica sua não participação no grupo de trabalho. A respeito da composição do grupo de trabalho, ver, entre outros estudos, Cunha, 1988.

capítulo 6



CHEGANDO AO TERMO

Afirmamos que nenhuma categoria social possui isoladamente a história nas mãos. O movimento estudantil dos anos 1950-1960 deve ser entendido como uma das dimensões de um projeto de reforma social proposto por frações da classe média urbana progressista. Foi uma tentativa, na esfera da sociedade civil, de definir uma nova hegemonia.

A marcha da UNE, desde reivindicações de caráter mais pedagógico-acadêmico, associadas ao repúdio quase universal ao nazifascismo durante o Estado Novo, até o protesto constante e organizado contra uma política antidemocrática do Estado militarista, não foi feita em um caminho alcatifado ou uniforme. Egressos de distintas frações de classes para formar uma entidade nacional, os estudantes ora foram cooptados pelo poder, ora a ele reagiram, segundo pressões externas e internas ao movimento.

Um dos pontos culminantes da atuação política da UNE – os Seminários Nacionais de Reforma Universitária (SNRU), realizados em 1961, 1962 e 1963 – corresponde ao momento social brasileiro da luta dos progressistas pelas reformas de base, na verdade uma luta contra-hegemônica pela formação de um novo bloco histórico de configuração democrático-socialista. Essa tentativa sucumbe diante do poder político e econômico dos grupos dominantes, que chegam a apelar para a manipulação de mean-

dros legais e para a violência policial-militar quando os riscos de transformação se tornam maiores. É o que se verifica no período compreendido entre o primeiro e o quinto atos institucionais, ou seja, entre 1964 e 1968.

O tratamento de choque – expressão tão enfatizada por alguns arautos do poder – dado aos estudantes e a outros segmentos da sociedade civil instaura a repressão governamental. Às penalidades impostas pela ação militar, reage-se com protestos públicos – greves ou passeatas – que vão perdendo suas forças e desaparecendo entre o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, e o decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Este decreto deixa patente a punição severa de professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, cujas ações sejam consideradas subversivas. Da leitura do citado decreto, depreende-se ser subversivo todo o cidadão que se oponha ao novo regime. As portarias ministeriais imediatamente subsequentes, de nº 149-A, de 28 de março de 1969, e de nº 3.524, de 3 de outubro de 1970, aprofundam ainda mais o processo de paralisia dos membros das instituições de ensino ao determinar a ação persecutória dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino aos seus subordinados.

A “operação limpeza” determinada pelo governo da Doutrina da Segurança Nacional ativou as forças repressivas, controlando todos os movimentos, de democratas, de liberais ou de socialistas, varrendo qualquer suspeito de compromisso com o governo anterior, principalmente os intelectuais e os estudantes – resistentes práticos e teóricos ao movimento militar –, bem como sindicatos trabalhistas e as Ligas Camponesas (Sanfelice, 1986).

Procurando apresentar-se como democratas, os que assumiram o poder pós-1964 permitem à oposição consentida manifestar-se via Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – que, bem ou mal, age contra a repressão. Em contrapartida, institucionalizam a criminalização das oposições um pouco mais veementes, colocando em seu encalço o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) – aterrorizante grupo a agir intra e extramuros universi-

tários –, a Tradição, Família e Propriedade (TFP), os serviços de informações e/ou assessorias de segurança e informações, e tantos outros tentáculos, cujos esforços bem-sucedidos não anulam de todo o conjunto de concepções ideológicas construídas ao longo de mais de trinta anos de movimento estudantil. Por outro lado, a ação predatória constante da coerção estatal veio debilitar em muito o movimento dos estudantes. As tentativas de reorganização da UNE e os esforços da categoria docente, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, para que suas reivindicações fossem atendidas, pertencem ao momento presente, ao “em-se-fazendo” de um possível movimento contra-hegemônico que exigirá novos acordos entre diferentes frações de classes dominadas; uma guerra de posição pela construção de nova hegemonia.

Este e outros estudos nossos têm-se direcionado no sentido de interpretar os movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos no âmbito do mundo acadêmico. Este processo de interpretação é, ele também, uma reconstrução. Para realizá-la, procuramos, com os olhos do presente, entender o passado, na esperança de que daí resulte uma contribuição à melhor compreensão de certos aspectos da instituição universitária ainda hoje pouco conhecidos ou intocados.

Muitas das questões dos anos 1960 continuam em aberto para nós e para tantos outros estudiosos e/ou atores do mundo acadêmico: autonomia universitária, ensino superior público e gratuito, representação e participação na estrutura de poder da universidade e do ensino de modo geral etc. São questões que a universidade de hoje tem de responder, bem como de se propor, de modo a resolver e construir o futuro.

Podemos arrematar este trabalho, uma tentativa de esboço da luta dos estudantes brasileiros contra o autoritarismo, retomando o convite poético de Geraldo Vandré em “Para não dizer que não falei das flores”:

Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer.

referências bibliográficas

A PAIXÃO nas ruas, o golpe na gaveta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1988. Caderno B, p. 4-5.

ACORDO MEC–USAID será revisto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1967.

ARAGÃO anuncia reforma e diz que vai manter Lei Suplicy. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 set. 1966.

ARANTES, Aldo. A resistência da UNE à tentativa de golpe em 1961. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE (depoimentos de ex-dirigentes)*. São Paulo: Livramento, 1980. V. 1, p. 13-21.

ATCON, Rudolf. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior, 1966.

BARBOSA, Ângela Maria de Souza Coelho. *Avaliação das universidades brasileiras*. A polêmica dos nossos tempos. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

CAPANEMA, Gustavo. Discurso pronunciado em 12 de dezembro de 1937 na solenidade comemorativa ao 1º centenário da fundação do Colégio Pedro II. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Realizações 1*. Panorama da Educação Nacional. Rio de Janeiro: MES, 1937.

- CARPEAUX, Otto Maria. *O Brasil no espelho do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- COBAL comunica que Calabouço ficará fechado até ulterior deliberação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 5.
- COBAL se responsabiliza só pelo cardápio do Calabouço. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 19.
- COBERTURA nacional, uma semana de violência. *Fatos e Fotos*, Rio de Janeiro, n. 376, 18 abr. 1968.
- COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. *Relatório geral*. Rio de Janeiro: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, 1954. V. 1.
- CONGRESSO dos estudantes decide boicotar a Lei Suplicy. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º ago. 1965.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 155, aprovado em 1º de agosto de 1962 e declarações de voto. *Documenta*, n. 7, p. 57-66, set. 1962.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. *A universidade reformanda: o Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CÚRIA condena violência policial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 5.
- DANTAS JUNIOR, Altino Rodrigues. A organização da UNE após o Golpe de 1964. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE (depoimentos de ex-dirigentes)*. São Paulo: Livramento, 1980. V. 1, p. 31-47.
- ESTUDANTES do Rio de Janeiro entram em greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968. Primeiro Caderno, p. 1.
- EXÉRCITO vai manter a ordem e punir todos os responsáveis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1968. Primeiro Caderno, p. 15.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

- _____. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.
- FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.
- GOVERNO admite missa, mas sem desordem. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 2.
- GRAÚDO, Paulo César. Professores afirmam que ouviram tarde as denúncias de alunos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1968. Primeiro Caderno.
- GUEDES, José Luís. A resistência à Ley Suplicy e ao Acordo MEC–Usaid. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE (depoimentos de ex-dirigentes)*. São Paulo: Livramento, 1980. V. 1, p. 49-53.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. V. 1: Da Europa de Marx à América Latina de hoje, p. 225-242.
- JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC). *Reforma universitária*. Belo Horizonte, 1963.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas - São Paulo: Papyrus, 1987.
- MEC foi policiado pelo Dops e soldados da PM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 20.
- MINISTRO da Educação declara que nada tem com Calabouço. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1968. Primeiro Caderno, p. 28.
- MOREIRA, João Roberto. *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Claps, 1960.
- NASCIMENTO, Ilma Vieira do. *Interiorização do ensino: o caso de Imperatriz/MA*. 1966. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1966.

NORONHA FILHO, Antônio; MEIRA, Pedro A. A verdade do movimento estudantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1966. Caderno Especial.

OS EDUCADORES e a escola pública. *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1959.

PAIVA, Vanilda. Extensão universitária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 67, n. 155, p. 135-151, jan.-abr. 1986.

POERNER, José Artur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLÍCIA fecha o Calabouço. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 12.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina (1918-1938)*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1978.

PRESIDENTE da UME pede a Castelo para não fechar as entidades estudantis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1964.

PRIMEIRO Seminário de Reforma Universitária da Região Sul. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 36, n. 83, p. 242-246, jun. 1961.

REFORMA UNIVERSITÁRIA. *Relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto nº 62.937/1968*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1968.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminhos*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 64*. São Paulo: Autores Associados, 1986.

SANGUE no banquete ditatorial – morte e ressurreição de Edson Luís. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1968.

SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE (depoimentos de ex-dirigentes)*. São Paulo: Livramento, 1980. V. 1.

SEGANFREDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

- SERRA, José. Abertura do XXXI Congresso Nacional dos Estudantes. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE (depoimentos de ex-dirigentes)*. São Paulo: Livramento, 1980. p. 113.
- SODRÉ, Nelson W. *A verdade sobre o Iseb*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SÃO PAULO: Sodré garante e passeata sai sem incidentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 14.
- SUPLICY enérgico: estudantes usam pretexto da lei para subversão. *Diário de Notícias*, Belo Horizonte, 13 ago. 1965.
- SUPLICY não quer debate político nas universidades. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1964.
- SUPLICY pede extinção da UNE e de todas as organizações estudantis nos estados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1964.
- TARSO instala o grupo que preparará reforma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1968. Primeiro Caderno, p. 29.
- TOLEDO, Caio. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- UNE quer anistia antes do diálogo com o presidente. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1965.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). *Carta do Paraná: resoluções do II Seminário Nacional da Reforma Universitária*. Rio de Janeiro: Universitária, 1962.
- _____. Declaração da Bahia. *Jornal Critério*, Recife, 1961. Suplemento.
- _____. Luta atual pela reforma universitária. *Cadernos de Coordenação Universitária*, Guanabara, n. 4, 1963.
- UNIVERSIDADE em crise. *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1960. Editorial.



DECLARAÇÃO DA BAHIA I SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA*

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

O I Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU), reunido em Salvador, em maio de 1961, elaborou suas conclusões, sob a responsabilidade exclusiva dos que, dele participando, constituíam os porta-vozes do estudantado brasileiro. Mensagem da juventude, seus postulados tinham que ser enérgicos e avançados. Sem temor de qualquer espécie.

Pretendendo levar este trabalho ao conhecimento de todos os que se interessam pela Reforma Universitária, tentamos publicá-lo na gráfica da Universidade do Brasil, por conta do convênio mantido com o Ministério da Educação e Cultura. Todas as providências tomadas, esbarramos com um impasse: o teor “revolucionário” deste documento não permitia sua publicação pelos órgãos do governo. De nada adiantou assumirmos a responsabilidade pelo conteúdo. A Universidade do Brasil e o

* Publicado originalmente no suplemento especial de agosto de 1961 do jornal *Crítério*, órgão oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. O texto aqui apresentado reúne as conclusões do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes em maio de 1961, na cidade de Salvador, Bahia.

Ministério da Educação temeram comprometer-se. E a posição conciliadora que adotaram, propondo revisão e censura do texto, foi recusada por chocar-se com a dignidade que julgamos necessária para assumir atitudes corajosas. E, por incrível que pareça, o assunto levado ao conhecimento do presidente da República motivou o recuse-se do sr. Jânio Quadros.

O documento está aqui, na íntegra. Desagradando aos poderosos, mais valor parece ter, na clareza de suas afirmações, na lucidez de seus conceitos, na coragem da posição de combate que propõe. É o pensamento dos universitários do Brasil.

ROTEIRO

Os relatórios e conclusões finais do I Seminário Nacional de Reforma Universitária [SNRU] foram aqui dispostos de forma a serem os mais fiéis às deliberações daquele conclave. Assim, teremos três títulos básicos, correspondendo aos três temas fundamentalmente abordados:

- 1) a realidade brasileira;
- 2) a universidade no Brasil;
- 3) a reforma universitária.

Ao final, em adendo, as conclusões do seminário sobre o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cada um dos títulos consta não apenas da análise da situação, quer socioeconômica, quer universitária ou ainda do modelo de reforma, mas de diretrizes básicas reivindicadas pelos estudantes brasileiros, para a solução dos problemas apontados.

A REALIDADE BRASILEIRA

Ao pretender a formulação de uma reforma universitária, cumpre a este I SNRU situar a perspectiva em que coloca a ques-

tão. De maneira alguma atrairia a consideração de uma universidade tomada abstratamente, retirada do processo histórico que a Nação atravessa. Incumbe esboçar a missão de uma universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro, universidade historicamente datada e sociologicamente situada na segunda metade do século XX, num país em fase de desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, é necessário ensaiar uma análise crítica da realidade brasileira e da inserção da universidade no seu contexto.

I – REALIDADE SOCIOECONÔMICA

Brasil, Nação Capitalista em Fase de Desenvolvimento – apesar de apresentar uma unidade política e territorial, o Brasil se apresenta, do ponto de vista econômico, como um bloco descontínuo, no qual coexistem ao mesmo tempo fases históricas de desenvolvimento socioeconômico não contemporâneas. Podemos distinguir uma área geográfica ocupando dois terços do território nacional, formada por um imenso vazio econômico. A terça parte restante seria constituída por dois sistemas bastante diferenciados: o “sistema nordestino” e o “sistema sulino”.

O sistema sulino, que ocupa a área que vai do estado de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, já apresenta um grau de desenvolvimento bastante elevado. Até 1930, a base da economia sulina estava na agricultura de exportação, principalmente no café, o que permitia aos exportadores e à burguesia rural uma acumulação de capitais concentrados em suas mãos. Tratava-se de uma economia reflexa; a uma prosperidade nos centros industriais que importavam nossos produtos, correspondia uma melhoria no padrão de vida do povo, decorrente de um reflexo nas exportações nacionais. Em 1930, surge a grande “depresão”, que provoca uma diminuição na capacidade de importar do País, em que já se criara o hábito de consumo de produtos industrializados.

Em decorrência dessas circunstâncias, surgiram condições para a criação de uma indústria nacional com os recursos daqueles grupos que detinham o capital acumulado. O Estado político, no momento em que se iniciou a industrialização, permitia um liberalismo econômico, de modo que o processo de desenvolvimento industrial fosse feito e aproveitado por aqueles que possuíam os bens de capital necessários.

Esse desenvolvimento industrial de base capitalista trouxe para o Sul modificações sociais profundas: formação de uma verdadeira classe proletária urbana; êxodo rural com a criação rápida de grandes centros urbanos; formação de uma burguesia industrial; transformações do poder político (a burguesia industrial cria suas próprias forças de pressão); diminuição da classe média a curto prazo; desenvolvimento cultural acentuado; aparecimento de um mercado de trabalho especializado.

O sistema nordestino não chega mesmo a constituir um sistema, sendo baixo o nível de industrialização e a atividade econômica básica sendo constituída pela extração de matéria-prima e pela produção agrícola, cujos produtos são exportados para o sul do País e para o exterior. Cerca de 70% da mão de obra ocupada se encontra na atividade primária de subsistência ou exportação. A produção agrícola é extensiva e de baixa produtividade. O setor industrial encontra como “barreiras” para a sua dinamização: escassez de capital; ausência de pessoal técnico; mercado consumidor pequeno; infraestrutura econômica deficiente. A disparidade de desenvolvimento entre os dois sistemas pode ser facilmente percebida pelas diferenças de renda *per capita*: enquanto esta é de apenas Cr\$ 7.066,00 na região nordestina, em São Paulo chega a Cr\$ 30.571,00. Além do mais, a riqueza, que já é escassa no Nordeste, apresenta-se de modo geral mal distribuída.

A imensa área do “vazio econômico” é particularmente caracterizada pelo fato de sua economia natural apresentar condições negativas à integração nacional, transparecendo um raio de esperança com a transplantação da capital federal para o

“centro” desta região. A escassa população dessa área se divide em uma classe dominante (a burguesia latifundiária e especuladora) e uma classe dominada (numericamente significativa, composta de seringueiros, lenhadores etc.). Esta classe proletária rural está condicionada a uma vida antimunicipalista, fruto da dispersão latifundiária.

Apesar das diversas situações observadas nas regiões brasileiras, pode-se afirmar que globalmente o nosso país é subdesenvolvido ou se encontra em fase de desenvolvimento.

Comprovaríamos o que dissemos acima, tendo em vista:

a) Infraestrutura agrária, de base latifundiária, da nossa economia – a economia primitiva natural do “vazio econômico”, o regime imperante da monocultura, a completa falta de assistência técnico-financeira, implicando numa baixa produtividade agrícola (ponto de estrangulamento de nossa atual evolução industrial) – em resumo, a própria infraestrutura agrária a fazer do homem brasileiro um ser alienado, sem a menor visão crítica da realidade –, são os fatores que legitimam o reclamo de uma urgente e radical reforma agrária.

b) Dependência econômico-financeira de potências estrangeiras – vimos que a nossa economia está quase toda entregue a poderosos grupos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, verdade definitivamente constatada desde que foram desmascaradas as “empresas nacionalizadas”, e a partir do momento em que foi comprovado o seu grande número. A farsa das “nacionalizações” nada mais é do que uma forma mais aperfeiçoada e menos ostensiva – em síntese, o método técnico-legal – de devoramento de nossos recursos. E isso acontece não só pela atuação dos grupos estrangeiros, mas também pelas próprias atitudes que assumimos, uma vez que temos cometido o grave erro de seguir servil e totalmente a orientação de teorias econômicas alienígenas e de alimentar o receio injustificado de efetuar negociações com potências socialistas, para melhorar nossa balança econômica.

c) Insuficiência dos padrões de vida – derivado dos fatores econômicos (baixa renda de produção per capita), vemos o baixo padrão de vida do brasileiro a condicionar o alto índice de mortalidade infantil no País e a precariedade alarmante das condições médico-sanitárias.

AS CONTRADIÇÕES FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

À medida que se processa a evolução do desenvolvimento brasileiro, podemos distinguir certas contradições fundamentais que indicam a falência da estrutura liberal-burguesa de nossa Nação.

DESEQUILÍBRIO REGIONAL

Constata-se que o grau de desenvolvimento do sistema nordestino e sulino é bastante desigual e, mais ainda, que o sistema sulino incrementa a sua taxa de crescimento às custas mesmo do subdesenvolvimento nordestino. Todo o capital acumulado pelo sistema nordestino se escoia através da rede bancária e da iniciativa privada para ser empregado no Sul, principalmente em São Paulo, onde conseguem uma remuneração maior e mais segura. A mão de obra especializada também emigra na medida em que os sistemas sulinos funcionam como um polo de atração, por meio de níveis salariais mais altos. E quanto mais cresce a economia do Centro-Sul, mais fatores apresentará para atrair os novos investimentos que se criarem no País. Além do mais, os grupos de pressão se organizam, influenciando na própria orientação política, econômica e fiscal do Estado, que irá privilegiar as regiões desenvolvidas, em detrimento das áreas subdesenvolvidas.

ESTADO OLIGÁRQUICO E CLASSISTA

Numa economia em que a propriedade privada dos bens de produção cria um antagonismo de interesses entre a classe bur-

guesa e o proletariado, há uma coincidência entre os detentores do poder econômico e os titulares do poder político. A classe economicamente dominante também nas decisões do Estado, que passa a funcionar no sentido da manutenção do *status quo* vigente. O Estado liberal-burguês, pretendendo oferecer liberdade igual para grupos sociais economicamente desiguais, culmina por privilegiar as classes dominantes, transformando o trabalho humano em mercadoria de capital e fazendo do operário um ser alienado no seu trabalho, valorizado apenas pelas leis do mercado.

DESENVOLVIMENTO EM BASES CAPITALISTAS

A opção que o Brasil fez por um desenvolvimento inflacionário trouxe como consequência fundamental uma maior espoliação do proletariado e uma proletarização crescente da classe média. A inflação, aumentando o volume de pagamentos, provoca um acréscimo no nível geral de preços, que cria uma poupança forçada nas classes assalariadas, que não podem fazer suas rendas crescerem concomitantemente com o custo de vida. Se a massa monetária criada fosse utilizada para financiar projetos que recomendassem a imediata promoção do proletariado, uma nova perspectiva poderia ser aberta. Contudo, o fato de o Estado ter aumentado a sua intervenção no campo econômico não implica nenhuma tendência socializante, pois, na maioria das vezes, o Estado brasileiro age no sentido de subvencionar a burguesia industrial, cria a infraestrutura para a implantação da iniciativa particular, ou, mesmo ainda, para sustentar uma política fruto da pressão de grupos poderosos, como, por exemplo, vultuosa compra de café para estocagem, ignorando-se mesmo a possibilidade de haver mercado para sua colocação.

Além de o desenvolvimento que se processa incrementar mais as disparidades regionais, traz também o problema da desnacionalização crescente do nosso setor industrial. O volume de capitais estrangeiros que se dirige para o Brasil se agiganta na medida em que o mercado nacional aumenta as suas dimensões. As em-

presas estrangeiras no Brasil (filiais organizadas segundo a lei das sociedades anônimas) têm-se constituído como ponto de estrangulamento da economia nacional. Atuam em setores em que o lucro é certo e volumoso, mas não respondem às necessidades da promoção nacional (hotéis, empresas de decoração, locação de toalhas, refrigerantes, companhias de seguros, agências de propaganda, fábricas de sorvetes etc.). Os seus lucros, que às vezes ultrapassam a ordem de 3.000%, são remetidos para incrementar o desenvolvimento das áreas econômicas de onde provieram. Vejamos o que dizem os dados sobre as remessas de lucros:

Investimentos estrangeiros no Brasil e suas rendas:

Capitais particulares

período: 1939/1952

unidade: US\$ 1.000.000

Investimentos privados a longo prazo

Liquidação de investimentos estrangeiros	82,8
--	------

Remessa de rendimentos	806,9
------------------------	-------

(*Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*, 1954, t. 1, p. 100.)

DIRETRIZES

Ao fim desta sumária reflexão crítica sobre a realidade socioeconômica brasileira, o I SNRU acredita poder formular algumas diretrizes fundamentais para a evolução brasileira:

I - Promoção do desenvolvimento, entendido como reformulação total da estrutura socioeconômica do País, tendo como conteúdo, no setor econômico:

- a) criação de sólida infraestrutura de indústrias básicas;

- b) desenvolvimento do sistema de transportes;
- c) uma reforma agrária que possibilite o desenvolvimento diversificado da produção agrícola;
- d) eliminação imprescindível das disparidades regionais.

II - Colocamos na base deste desenvolvimento a “promoção da classe operária”, tanto urbana quanto rural. Para isto, é indispensável superarmos a estrutura econômica liberal-burguesa e elaborarmos um sistema em que a economia anárquica do lucro seja substituída por uma economia planificada, que vise:

- a) à satisfação das necessidades do povo, oferecendo-lhe padrões de vida mais humanos;
- b) à eliminação da exploração do trabalho humano pelo capital particular e pelo Estado oligárquico e classista;
- c) à superação da condição proletária, enquanto por este nome se entenda aquele grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho em troca de um salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo;
- d) à socialização dos setores fundamentais da economia, que geram a alienação do proletariado (rede bancária, indústria de base etc.).

Todas essas diretrizes só serão realizadas à medida que superemos a estrutura capitalista dominante, vencendo a opressão imperialista e criando uma nova estrutura social, que dê a todos possibilidades iguais de uma vida humana.

II - REALIDADE POLÍTICA

Situação internacional

A humanidade atravessa um período crítico de sua história; o processo social da evolução política cresce não só horizontal,

mas também verticalmente. De fato, o homem cada vez mais toma consciência do social e busca aprimorar a sua dimensão política, sua dimensão criadora por excelência, conseguindo uma forma de se dirigir, fazendo desaparecer a exploração do homem pelo homem.

Saindo do período colonialista, os povos buscam a sua emancipação econômica e política. Nesta busca, enfrentam o sério problema de exageros e falhas dos dois grandes sistemas políticos em luta: o capitalista e o socialista. O capitalismo retrógrado e classista recorre ao imperialismo para tentar manter-se. O socialismo, dentro desta luta que lhe é imposta, acaba por adotar a mesma arma. Dentro da vida dos povos, trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo, e mais de escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade.

O Brasil, dentro do contexto internacional, de colônia portuguesa passou para a dominação econômica imposta de início pela Inglaterra e, logo a seguir, pelos Estados Unidos da América do Norte, e sob a qual permanece até hoje, apesar de sua ilusória independência política.

Todos os setores da nossa realidade política estão extremamente envolvidos pela grande potência da América do Norte, especialmente as nossas Forças Armadas, que a todo momento fazem concessões políticas e mesmo territoriais ao Departamento de Estado norte-americano.

O povo brasileiro, no entanto, apesar dos compromissos de seus dirigentes, irmana-se com os povos que lutam pela sua independência política e econômica, buscando a sua autodeterminação.

Coloca-se ainda ao lado dos povos oprimidos por ditaduras e daqueles que procuram atuar no sentido de evitar consequências negativas, no momento atual, da vinculação a qualquer dos blocos em choque.

SITUAÇÃO NACIONAL

A democracia que existe no nosso país é evidentemente uma farsa. Basta dizer que 52% de nossa população não possui o direito de participar na política diretiva da nação, não tendo incentivo algum à educação e ao progresso. Além disso, sabemos que se trata de uma democracia em que o poder econômico prevalece em todos os setores, trazendo graves desigualdades e uma grave injustiça social. Baseia-se esta democracia numa Constituição importada e completamente inadequada, em função da qual as classes dominantes defendem a manutenção de seus privilégios. Com efeito, essa Constituição baseia-se nos princípios liberal-burgueses oriundos da Revolução Francesa e que, tendo originado o capitalismo, servem agora para sustentá-lo. Na sua estrutura governamental encontram-se falhas gritantes nos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, que evidentemente não guardam a sua autonomia. Os fatos confirmam as deficiências destes órgãos em quase todos os estados, e, na própria União, encontramos exemplos a todo momento.

Os homens são quase sempre frutos dos vícios da estrutura. A mentalidade dos nossos dirigentes é corrompida gradativamente pela estrutura, levando o povo brasileiro a um estágio de indiferença e de apolitismo que colabora para que os grupos dominantes se mantenham no poder. Pouco a pouco, conseguem aumentar a alienação política já existente com a falta de cultura do povo brasileiro.

Em suma, trata-se de um regime político falido, que ludibria o povo com o estandarte de democracia e de liberdade, nada possuindo concretamente destes dois princípios.

A vida política

A vida política brasileira apresenta-se não como setor de realização das aspirações de todo o povo, mas como um instrumento de poder das classes dominantes.

Funciona como uma engrenagem colocada a serviço de grupos econômicos ligados a interesses capitalistas internacionais.

Especificamente, apresenta uma série de características decorrentes dessa linha geral:

1) individualismo e competição, que o atual regime capitalista desenvolve ao máximo, obrigando as forças políticas a entrarem no jogo dos interesses econômicos de pequenos grupos açambarcadores dos meios de produção e consumo;

2) domínio das classes economicamente privilegiadas sobre a grande maioria do povo, usando-o como objeto na luta pela conservação e consolidação do poder;

3) formação dos quadros políticos atuantes por elementos saídos quase exclusivamente das classes donas do poder econômico e que, por isso mesmo, representam não o povo mas essas classes;

4) os partidos existentes pertencem todos à burguesia, havendo variações conforme essa se subdivida em industrial e agrária;

5) ausência de ideologias dos partidos, que não apresentam unidade de informação na sua linha de atuação, mas *slogans* fragmentários e demagógicos, que jogam com a boa-fé do povo, com vistas à aquisição de poder político, já que controlam o poder econômico;

6) multiplicidade de partidos políticos, e que caracteriza bem a falta de unidade de pensamento informativo das forças políticas, havendo ainda sensíveis variações na orientação de cada partido, conforme a região e situação eventual;

7) heterogeneidade dos grupos políticos, que se fracionam internamente em diferentes alas, formadas por elementos provenientes de camadas diversas, a partir da pequena burguesia à alta aristocracia, grupos que muitas vezes se chocam quanto à forma de conseguir votos;

8) pouca possibilidade de representação das classes menos favorecidas, e corrupção progressiva dos raros elementos realmente voltados para os interesses do povo, em consequência de seu engajamento a uma estrutura política fundamentalmente viciosa.

9) impossibilidade de formação, nos quadros políticos partidários, de autênticos líderes catalizadores das aspirações populares e aparecimento de pseudolíderes, interessados em fazer carreira política ou em adquirir prestígio pessoal, o que os torna compromissados com os grupos detentores do poder;

10) compromissos dos partidos políticos com grupos econômicos, aos quais facilmente vendem legendas, transformando-se em vanguardas defensoras dos seus interesses e, consequentemente, em freio das legítimas reivindicações populares;

11) inautenticidade do poder político, que não representa a síntese da participação consciente e livre de todos os homens na vida da comunidade nacional, mas é a súpula das alienações de uma minoria exploradora do proletariado;

12) ausência absoluta de preocupação pela formação política do povo, que se expressa pela pouca atenção dispensada ao problema da erradicação do analfabetismo, condição mínima para que o povo ascenda às fontes de informação e formação, que lhe permitam um julgamento livre e pessoal das linhas políticas;

13) controle de opinião pública pelos meios de propaganda que manipulam as mentalidades por meio da apresentação de chavões, que constituem uma obstrução à apreensão da verdade, nas variáveis circunstâncias políticas;

14) manobras partidárias nos movimentos grevistas, conseguindo sufocar as reivindicações e apresentar soluções acomodáticas que atendem não aos interesses dos explorados mas dos exploradores.

A atuação efetiva dos governos se traduz sempre em concessões, na medida em que a situação de vida das classes dominadas se agrava, evitando com essas concessões qualquer possibilidade de movimentação destas classes. As medidas governamentais são quase sempre demagógicas e enganosas quanto à sua eficiência, sempre em detrimento das camadas populares.

As medidas efetivas necessárias e urgentes, tais como a reforma agrária, a reforma urbana etc., são substituídas por soluções paliativas, como a revisão agrária, a propaganda das leis existentes etc.

15) no setor educacional, encontramos um fato gritante na distribuição do orçamento público. Sabemos que uma das características do subdesenvolvimento é o alto índice de analfabetos, caso típico do Brasil. No entanto, a verba destinada à educação é criminosamente de apenas 10% do orçamento da União, enquanto as Forças Armadas são aquinhoadas com cerca de 40%. Na nossa atual situação, a destinação de tal verba para o setor militar é completamente sem sentido, fato agravado por sabermos que o serviço militar obrigatório tem acarretado por vezes danos sociais e econômicos para a população. Além disso, a própria situação mundial no aspecto bélico torna obsoleta as nossas condições militares, pois só poderíamos enfrentar outro país subdesenvolvido, coisa que, decididamente, não aproveitaria nem a nós nem a qualquer país subdesenvolvido.

O Projeto de Diretrizes e Bases da Educação visa apenas à oficialização da situação do ensino no Brasil. Entra em profunda contradição com a necessidade de atual reformulação da estrutura do ensino em nosso país. Este projeto em nenhum momento atende aos pontos fundamentais da realidade brasileira: o desenvolvimento econômico, a democratização do ensino, o planejamento global da educação, a erradicação do analfabetismo, e outros aspectos estruturais;

16) uma das características da realidade política nacional é a completa ausência de participação do proletariado brasileiro

na estrutura governamental. Assim, vemos que nas empresas estatais ou paraestatais, nas organizações nacionais ou regionais voltadas para a planificação do desenvolvimento econômico (Sudene, por exemplo), nos órgãos controladores do curso de vida etc., estão ausentes os que mais interesse têm por esses problemas: as classes trabalhadoras;

17) o Ministério do Trabalho, por outro lado, não cumpre a sua missão de favorecer o surgimento de organizações sindicais, atrofiando as já existentes: o “peleguismo” não é outra coisa senão o reflexo dessa situação.

O mesmo acontece com as organizações camponesas, encaradas por alguns setores como foco de subvenção¹ da ordem, e nunca de representação do trabalhador rural.

Alia-se a este fato a campanha de descrédito que forças reacionárias lançam sobre as tentativas de aliança operário-estudantil e estudantil-camponesa, querendo identificá-las com os movimentos de agitação, a serviço de facções ou de grupos.

Para o cumprimento destas e de outras medidas que o momento histórico irá exigir, cumpre que os estudantes, principalmente os universitários, colocados numa perspectiva proletária, aliem-se às classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo que forneçam a estas subsídios para o aceleração do seu processo emancipatório, sofram, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, atualmente, podem exercer.

Na política internacional

1) reatamento comercial, cultural e diplomático com todos os povos do mundo;

2) posição efetiva de neutralismo, diante dos dois blocos internacionais, cerrando fileiras com os países que defendem a mesma política, atuando no sentido de harmonia entre os povos;

3) autodeterminação dos povos, na sua mais plena acepção, condenando qualquer forma de agressão econômica, política ou armada;

4) anticolonialismo e anti-imperialismo, em todos os seus aspectos;

5) repúdio a todas as formas de ditadura;

6) independência econômica e política do Brasil.

Na política nacional

1) extensão do direito de voto aos analfabetos;

2) condenação do regime capitalista, causador de nossa situação de dependência econômica em relação aos Estados Unidos da América do Norte;

3) uma reforma agrária efetiva, com assistência técnica e planejamento, atendendo às necessidades dos camponeses;

4) mudança de toda estrutura sociopolítica vigente.

Setor educacional

1) rejeição total do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualmente em tramitação no Senado;

2) aumento das verbas destinadas à educação;

3) necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação diferente do atual projeto, que venha atender concretamente às exigências e necessidades do povo brasileiro, aproveitando-se dos estudos efetuados por entidades estudantis, por professores e técnicos;

4) erradicação do analfabetismo;

5) formação da consciência política do povo brasileiro.

Setor operário-camponês

1) participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais de caráter primordial para o nosso desenvolvimento;

2) criação de condições, pelo governo, para o completo desenvolvimento das organizações proletárias, tais como: ligas camponesas, unidade do movimento operário em uma confederação etc.;

3) ausência de qualquer tipo de coação política, econômica e, principalmente, policial, sobre o movimento operário-camponês;

4) busca de formas de organização que reúnam os elementos dinâmicos da nação: operários, camponeses, estudantes, numa luta comum pelas reivindicações da classe proletária e visando à transformação da estrutura social vigente.

DIRETRIZ FINAL

PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Revolução entendida com posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sociopolítica ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições.

Aos jovens brasileiros, principalmente a partir da universidade, cabe iniciar essa grande tarefa. São eles, e os oprimidos, os elementos dinâmicos por excelência que precisam romper uma série de alienações, de preconceitos e de deficiências, oriundas da sua própria formação; tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma atuação política concreta ao lado dos operários e dos camponeses por uma revolução brasileira.

Declarar posições ousadas é fácil; difícil é assumir concretamente estas posições.

A UNIVERSIDADE NO BRASIL

I - CULTURA E SOCIEDADE

A sociedade humana tem, através da história, ampliado continuamente o exercício de sua liberdade, pelo domínio crescente da natureza. Assim é que o homem, à procura da satisfação de suas necessidades e em busca de um constante aprimoramento, forma e cria os bens necessários à sua superação. Amplia o cabedal de seus conhecimentos pelo trabalho de transformação que vai executando, para dominar os fatores do meio ambiente – assim se veio constituindo a cultura universal.

A escola é uma conquista sociocultural neste processo da evolução humana. Ela aparece quando o nível de conhecimento é muito elevado para a simples transmissão familiar ou individual espontânea, quando o conjunto das experiências humanas exige uma sistematização tal que somente uma organização do tipo “escola” poderia possibilitar.

Com a evolução cultural, condicionada pelo desenvolvimento socioeconômico, os conhecimentos se multiplicam, tornando-se também mais complexos, o que vai exigir uma igual modificação da instituição escola. A universidade surge como uma expressão dessa realidade – um estágio superior da escola.

Seu caráter diletante – o de mero transmissor da cultura acumulada – tende a desaparecer quando o homem se volta para a pesquisa. Daí em diante, a comunidade universitária se transforma em instrumento do desenvolvimento histórico. Com a divisão cada vez mais especializada do trabalho, conquista da sociedade moderna, tende a tornar-se cada vez mais complexo este organismo social que é a universidade.

Em nossos dias, as transformações socioeconômicas se processam de forma tão rápida que a universidade, para acompanhá-las e nelas influir, deve:

1) estar totalmente integrada na sociedade e no meio que a criou, e para o qual deve voltar-se;

2) ter uma estrutura verdadeiramente flexível, para acompanhar as transformações sociais.

Em síntese, dever-se-á cuidar de democratizar a universidade, do ponto de vista da sociedade e da comunidade de trabalho.

II - CRÍTICA DA UNIVERSIDADE

Conhecemos o problema cultural de uma Nação como resultante de problema social, ou pelo menos como uma de suas partes mais significativas. Universidade e sociedade se interpenetram e se interinfluenciam individualmente. Uma sociedade deformada conterà uma universidade igualmente mutilada. Reciprocamente, uma universidade infiel às suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto-superar-se, insensível à autocrítica, vedada à evolução.

Nossa universidade não tem sido mais do que uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente, desumana enfim. Essa crítica evidenciará como a universidade não atende ao projeto histórico brasileiro – o desenvolvimento na perspectiva do proletariado.

1 – A UNIVERSIDADE É UM PRIVILÉGIO

Acusam as estatísticas do ano de 1959:

a) a população em idade escolar (primária) era de 12,7 milhões;

b) no curso primário, apenas 6,9 milhões conseguiram matrícula;

c) no ensino médio, apenas 1.076.201 conseguiram matricular-se.

“Apenas” 15.985 alunos concluíram o curso superior, no ano de 1958.

Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a universidade se situa em seu topo. Em qualquer país, evidentemente, “toda” a juventude não atingirá necessariamente os bancos universitários. O universitário brasileiro é, entretanto, altamente privilegiado, porque:

- a) o sistema discriminatório se fundamenta em critérios extraeducacionais, de base econômica e social;
- b) o ensino é gravemente oneroso para a população.

Para o orçamento de 1961, foram solicitados para:

Universidade do Brasil – Cr\$ 3.900 bilhões;

Universidade de Minas Gerais – Cr\$ 4.449 bilhões;

todas as universidades – Cr\$ 35 bilhões;

orçamento federal de educação – Cr\$ 28 bilhões.

Caso fosse concedida a verba solicitada – o que é impossível, como provam os números –, um estudante custaria anualmente ao povo, na Universidade de Minas Gerais (3.600 alunos), a quantia de Cr\$ 600 mil (anualmente, repetimos);

c) os profissionais, formados a este custo, não atendem às exigências da realidade nacional;

d) os profissionais formados por esta universidade estão insensíveis ao drama social brasileiro, não cogitando retribuir ao operário o ensino gratuito que lhe proporcionou, mas, coerentes com a mentalidade burguesa individualista que a universidade lhes infundiu, cuidando de aumentar por quaisquer meios os seus ganhos.

2 – A UNIVERSIDADE FALHA EM SUA MISSÃO CULTURAL

a) não chega a ser repositório da cultura nacional, cultura como compreensão de problemática do homem, considerado em suas dimensões integrais, historicamente datado e sociologicamente situado no Brasil; cultura como consciência do processo histórico em que vive o povo brasileiro; cultura como elaboração de um pensamento brasileiro, atento à totalidade do ser humano;

b) não tem iniciativa de pesquisa, nem científica, nem tampouco cultural e artística. Alimenta-se de esquemas importados, invariavelmente inadequados à nossa realidade;

c) falha em sua missão de esclarecer ao povo o conteúdo de uma cultura popular, entendida como o despertar das classes populares para a consciência de sua destinação histórica dentro dos quadros brasileiros.

3 – A UNIVERSIDADE FALHA EM SUA MISSÃO PROFISSIONAL

a) não forma profissionais competentes, devido ao caráter formalista de nossa educação universitária: programas e currículos com a pretensão antes de “esgotar o assunto” ou de dar uma “visão geral”, do que a de formar uma consciência da problemática dos cursos; aulas e frequências obrigatórias substituindo uma pesquisa que desenvolva a iniciativa criadora do estudante e não o reduza a repetidor de fórmulas aprendidas com o professor; um curso voltado para os exames, provas e trabalhos, meios formais de conquistar diplomas, cuja manifestação mais vergonhosa é o uso de apostilas em muitos institutos de ensino universitário; um sistema de cátedra vitalícia que significa a aposentadoria intelectual do professor;

b) não forma os profissionais que a realidade nacional e a realidade regional necessitam: uma engenharia desatenta às verdadeiras exigências de nosso desenvolvimento técnico e industrial; o direito insensível às novas modalidades de convi-

vência econômica e social; uma faculdade de filosofia indiferente à formulação de um pensamento crítico, alheia à realidade educacional brasileira, incapaz de colaborar na formação de um pensamento brasileiro; a medicina sem a pesquisa e adequação às parcas condições médico-sanitárias de cada uma das regiões; a arquitetura ignorante do problema habitacional do povo, alienada em projetos suntuários e inadequados às necessidades coletivas;

c) a universidade não atende às necessidades particulares de cada uma das regiões e ao desenvolvimento: não se forma para o estudo dos minerais, na região central; da seca e do subdesenvolvimento, no Nordeste; do petróleo, na Bahia; da vastidão inexplorada da Amazônia.

4 – A UNIVERSIDADE FALHA EM SUA MISSÃO SOCIAL

a) inicialmente, porque inserida no conjunto do processo educacional brasileiro, globalmente oligárquico;

b) porque não assume o seu papel de liderança social. Nos países subdesenvolvidos, a classe operária e a estudantil representam a área de atrito entre as reivindicações populares e o poder econômico e político que as quer sopitar. A universidade brasileira ainda é ingênua e parcamente politizada para assumir esse papel insubstituível;

c) porque forma profissionais individualistas, mantenedores da ideologia do *status quo*: advogados para os que podem pagar custas astronômicas; médicos para uma clínica de alto preço, incompatível com os recursos da maioria da população; arquitetos para empreendimentos faraônicos, a serviço de uma clientela refinada de alto poder aquisitivo; economistas preparados para servir, sem escrúpulos, à empresa capitalista, exploradora da mão de obra;

d) pelo emprego perdulário e ostentatório dos recursos orçamentários, num país de maioria analfabeta.

A REFORMA UNIVERSITÁRIA

SEU VERDADEIRO SIGNIFICADO

Não se pode pretender uma reforma válida na universidade, enquanto ela for apenas uma peça de um conjunto globalmente alienado. Uma universidade ótima só será possível numa sociedade ótima.

A Reforma Universitária só não será um mero retoque de fachada desde que seja vista como um momento do processo mais vasto, que é a revolução brasileira. Se não se pode esperar por enquanto uma universidade inteiramente consonante com sua verdadeira missão, pelo menos é possível que ela deixe de ser uma das peças de sustentação do *status quo*, e um obstáculo ao projeto histórico brasileiro. De obstáculo, ela deve transformar-se num fator de impulso à evolução social.

DIRETRIZES PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA

COMPROMISSO COM AS CLASSES TRABALHADORAS E COM O POVO

a) lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação, em todos os graus;

b) abrir a universidade para o povo, por meio da criação nas faculdades de cursos acessíveis a todos; utilizar os diretórios acadêmicos como organizadores (ou as próprias faculdades) de cursos de alfabetização de adultos (ao alcance de qualquer faculdade), de cursos de mestre-de-obras nas escolas de Engenharia, cursos para líderes sindicais nas faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das escolas, como em favelas, circunvizinhas de fábricas e bairros operários. Na América Latina essas iniciativas recebem a denominação de universidades populares;

c) colocar a universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo do interior dos estados. Promover, por exemplo,

o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgotos, realizar pesquisas demográficas etc. Isto pode ser realizado como trabalho curricular, ou levado a efeito nos períodos de férias;

d) colocar a universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistências judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas) etc. Que isto não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É necessário, sobretudo, despertar a consciência popular para seus direitos. Entretanto, enquanto se vai lutando, não podemos deixar que milhares de pessoas morram ao nosso lado;

e) fazer da universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, por meio da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa.

CORPO DOCENTE, CÁTEDRA VITALÍCIA. TEMPO INTEGRAL

CONSIDERAÇÕES

l) - Considerando que para a real eficiência do ensino superior são indispensáveis ao professor universitário os seguintes requisitos:

a) ter consciência do processo educacional do qual o elemento central é o estudante e conhecer as modernas técnicas pedagógicas;

b) compreender a realidade social em que se insere o processo de educação;

c) ter conhecimento das ideias que vitalizam a sociedade em que vive, base de uma cultura geral integrada;

d) possuir conhecimento profundo e sempre renovado da matéria de sua especialização, o que implica dedicação contínua à pesquisa;

e) conhecer especificamente o futuro campo de ação de seus alunos, a realidade da profissão e sua função no momento histórico brasileiro;

f) impregnar toda a sua vida de um autêntico senso de responsabilidade e dignidade.

II) - Considerando, por outro lado, que os nossos professores, salvo honrosas exceções:

a) ministram aulas excessivamente teóricas e acadêmicas;

b) desconhecem métodos pedagógicos ou utilizam os já ultrapassados;

c) não valorizam devidamente a pesquisa, raramente a praticam e não fornecem aos alunos elementos para que eles a realizem;

d) estão desatualizados no que diz respeito ao progresso científico e no que toca às necessidades reais da época, da região e do País;

e) não consideram a inter-relação das diversas matérias tornando o ensino inorgânico e dispersivo;

f) exercem diversas atividades, o que é quase sempre condicionado pelo baixo nível salarial.

III) - Levando em conta, ainda, as seguintes falhas estruturais, no tocante:

a) ao sistema de cátedras que:

1) não prevê o desenvolvimento de possíveis futuros elementos docentes;

2) confere ao catedrático o direito de dispor de seus assistentes, admitindo-os ou demitindo-os, independentemente da capacidade deles e das necessidades reais das diversas faculdades;

3) possibilita que alguns coloquem o seu próprio interesse acima do interesse geral da sociedade;

4) dá a esses mesmos professores a exclusividade de orientação do ensino em suas cadeiras, o que lhes possibilita toda a sorte de abusos na escolha dos seus métodos de trabalho.

b) à vitalidade,² que é um entrave à evolução do ensino, pois os catedráticos, em sua maioria, uma vez aprovados não mais se dedicam ao estudo e à pesquisa, deixando de aprimorar os programas, incorrendo nas falhas que desejarem, pois lhes é assegurada a permanência no cargo;

c) aos concursos, que:

1) são formais e deficientes, pois não é dada a devida ênfase à qualidade dos trabalhos e publicações dos candidatos, sendo feita, apenas, uma apreciação, de caráter quantitativo;

2) são alienados da realidade, pois que artificiais as situações vividas nas provas pelos candidatos;

3) não comprovam a capacidade do candidato naquilo que é mais necessário ao professor;

d) ao regime de tempo parcial, que, após exigir do professor apenas uma parte de seu tempo de trabalho, faz com que o ensino se torne apenas uma atividade a mais, nem sempre considerada com a devida importância.

O I SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

Conclui:

que o atual sistema de cátedras, a sua vitalidade,³ as deficiências de formação do professor universitário, a atual estrutura da carreira universitária e sua hierarquia, e o regime de dedicação parcial de tempo dos docentes e discentes são em grande parte responsáveis pela não realização dos objetivos fundamentais da universidade brasileira.

Resolve:

1) exigir que se sustenha⁴ imediatamente o provimento de cátedras, seja por concurso ou por nomeação simples;

2) manifestar o firme desejo de ver alterados o artigo 168, item VI, e o artigo 187, da Constituição Federal, bem como revogado o decreto nº 19.851, no seu artigo 59, dispositivos esses que garantem a vitalidade⁵ dos catedráticos;

3) sugerir o estabelecimento do regime departamental nas universidades, nos moldes em que o presente relatório abaixo se refere;

4) sugerir a adoção do regime de tempo integral, satisfazendo as seguintes condições:

a) que sejam dadas condições de trabalho a professores e alunos na universidade;

b) que seja fixada uma remuneração mais justa para o cargo de docente;

c) que seja criado um eficiente sistema de assistência ao estudante;

5) insistir na necessidade de se regulamentar a carreira do magistério, de acordo com o espírito das alíneas b, c, d, do capítulo que segue.

Propõe:

a) que seja extinto o atual sistema de cátedras, substituindo-o por outro mais eficiente: o de departamentos. Os departamentos são as unidades constituintes das faculdades ou institutos. Cada departamento se dedicará a um determinado setor da cultura; assim, o departamento referente a uma determinada matéria congregará todos os ramos fundamentais desta, bem como as suas especializações. A direção do departamento cabe ao conjunto de professores assistentes, associados e titulares, representantes dos instrutores e representantes do corpo discente, que devem eleger entre eles um diretor apenas administrativo, ficando as outras funções diretivas subordinadas ao colegiado citado. Assim, por exemplo, as modificações nos currículos que se tornassem necessárias seriam estudadas e executadas por esse colegiado, ou por uma comissão por ele escolhida para este fim.

Os departamentos devem estar plenamente entrosados entre si e devem ser as unidades básicas das faculdades e institutos nas universidades e nas faculdades isoladas.

Justificando, verifica-se que no sistema atual todos os assuntos que dizem respeito à cátedra são controlados e orientados pela vontade de um único indivíduo – o catedrático. Isso é antidemocrático e vem entravar a revelação de ideias novas e vitalizadoras, desde que o catedrático, em geral, é um indivíduo conservador. Além disso, nas universidades, a criação de institutos, subdivididos em departamentos, possibilitará a concentração de verbas, de pessoal e aparelhagem nos institutos, o que não é possível atualmente, com várias escolas mantendo departamentos análogos. Para o funcionamento eficiente do sistema departamental, é necessária a estruturação da carreira do magistério.

b) que (como já foi experimentado em vários países, tendo dado bons resultados) se estabeleça o seguinte sistema:

- 1) instrutor (com três subdivisões para permitir aumentos salariais automáticos por tempo de serviço);
- 2) professor assistente (idem);
- 3) professor associado (idem) – quando então atingiria a estabilidade;
- 4) professor titular;

c) que se designe uma comissão competente para estudar aprofundadamente as leis que darão ao professor a necessária segurança econômica que o incentive a seguir a carreira magistral;

d) que, para a admissão de seus docentes, a universidade promova a integração de elementos jovens, por meio de cursos de pós-graduação, seminários etc. A categoria de instrutor deve ser constituída de um elevado número de elementos em relação ao número de estudantes, escolhidos entre aqueles que nos seus estudos deixarem entrever acentuada aptidão para o magistério.

A promoção na carreira universitária deverá processar-se mediante a satisfação de certas condições de tempo de serviço, de capacidade pedagógica e de realizações profissionais. Todo elemento que não conseguir satisfazer tais condições deverá ser afastado. As admissões e promoções dos docentes devem ser julgadas por uma comissão especial, constituída por professores e alunos da própria universidade, destacados dos demais por qualidades morais notáveis, ou por suas realizações no setor do ensino e da educação. Deverá ser condição necessária à promoção do quadro do instrutor ao de assistente a aprovação em curso de preparação, o qual deverá constar de matérias específicas de sua disciplina, de estudos sobre a função social de sua profissão, do exame dos recursos pedagógicos do candidato ao magistério, e de estudos sobre a realidade regional e nacional. Uma melhor especialização seria possibilitada por meio de bolsas de estudo em centros culturais mais evoluídos.

Assim, a carreira do magistério universitário determinará a criação de um corpo docente de alta competência e capaz de executar com eficiência a tarefa de formar profissionais que orientem o desenvolvimento do País;

e) que – como requisito indispensável ao pleno cumprimento das finalidades da universidade brasileira – seja adotado o sistema de tempo integral pelos corpos docente e discente. É evidente, no entanto, que o regime de tempo integral é apenas viável quando são satisfeitas condições fundamentais:

- 1) a universidade dar condições de trabalho aos professores e estudantes;
- 2) ser fixada uma mais justa remuneração para o corpo docente;
- 3) ser instalado um sistema eficiente de assistência ao estudante.

Examinado o problema da aplicação do tempo integral nas universidades, cumpre reconhecer as dificuldades que existem para integração imediata de todos os professores neste regime, dada a demanda de profissionais competentes, particularmente nos setores industriais.

Deve-se considerar, entretanto, que a adoção de tal regime terá de ser feita, embora progressivamente, iniciando com os professores que atualmente estão ingressando na universidade. É de acreditar que apenas devem ter ingresso em nosso ensino superior os candidatos que desde já se submetam ao regime de tempo integral. Este deve ser adotado logo, também por determinados professores indicados pelos departamentos, após a apresentação de planos de trabalho eficientes e verificadas as condições exigidas para a realização dos mesmos. É ainda necessário condicionar o tempo integral à produção científica, e, para isto, é preciso conceder-se meios à investigação e incrementar a criação de fundos específicos. Para os professores de cadeiras de aplicação, o regime de tempo integral deverá ser tal que pro-

porcione um contato direto com os problemas mais recentes da sua profissão, isto é, da futura profissão dos seus alunos. Isso poderia ser efetivo mediante o atendimento, por parte da universidade, de consultas feitas pelo Estado ou por particulares, além de trabalhos encomendados.

É imprescindível à formação do estudante a dedicação exclusiva à universidade e disponibilidade integral do seu tempo à mesma. Para tanto, leve-se em conta que a universidade deve estar aparelhada, e que existam condições de trabalho para o estudante, além de uma orientação eficiente por parte dos professores e instrutores.

O principal óbice à aplicação do regime de tempo integral ao corpo discente consiste na baixa condição econômica da maioria dos estudantes universitários, que precisam trabalhar para garantir o próprio sustento e, às vezes, o de suas famílias. É de crer, então, que só seria possível o regime de tempo integral se as universidades concedessem bolsas de estudo a todos que delas necessitassem, comprovadamente, como também maior assistência (alimentação, alojamentos) e possibilidades de um campo de trabalho dentro da universidade.

No regime de tempo integral, deverá ser prevista uma série de atividades extracurriculares que terão como objetivo a formação integral do estudante. Este regime não será necessariamente exercido na escola, mas em diversas entidades da universidade (institutos etc.).

ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Verifica-se que as cúpulas dirigentes da universidade:

- a) manifestam um inegável caráter oligárquico e classista;
- b) estão comprometidas com a estrutura colonial e alienada do Brasil, ora em fase de superação;

c) configuram-se como impotentes ou desinteressadas na criação de uma verdadeira comunidade universitária.

O GOVERNO DA UNIVERSIDADE

Considerando:

1) que a reforma deve visar à criação de uma comunidade e à democratização da universidade;

2) que em uma comunidade democrática a responsabilidade do governo deve cair sobre os setores principais que a constituem;

3) que o ensino se destina primordialmente aos estudantes com os quais necessário se torna um diálogo criador, possibilitado pela longa militância estudantil nas lutas populares e pela maturidade que vem alcançando o movimento reformista;

4) que a participação estudantil é essencial a uma constante renovação do ensino e dos valores da universidade, por serem os estudantes a sua parcela mais comprometida com o futuro, mais aberta aos novos ideais;

5) que a participação dos mestres é essencial, desde que sobre eles recaia a tarefa de formar e orientar a juventude;

6) que a participação dos profissionais anteriormente integrantes do todo universitário é imprescindível, pelo que de experiência prática eles podem trazer à organização que os formou.

O I Seminário Nacional de Reforma Universitária

Conclui:

a) pela participação dos discentes, docentes e profissionais, com direito a voz e voto, em todos os órgãos técnico-administra-

tivos da universidade, assim como nas comissões e departamentos a serem criados;

b) pela necessidade de se manter, nesta distribuição, as percentagens de 40% do total para membros do corpo docente, 40% para o corpo discente, e 20% para representantes dos profissionais. Somente um critério semelhante será capaz de assegurar a organicidade, harmonia e democracia que devem reinar no governo da comunidade universitária;

c) pela necessidade de se objetivar um crédito de escolha que selecione os elementos mais representativos de cada grupo. Os representantes dos estudantes e dos profissionais devem ser indicados por seus órgãos de classe. Os profissionais devem ser escolhidos entre os egressos das faculdades ou universidades em que se fariam representantes e não exerceriam cargos docentes.

REELEIÇÃO DE REITORES E DIRETORES

Considerando:

1) a rotinização da direção da universidade e das faculdades, com o perigo de formação de grupos, ou favorecimento de alguns, em detrimento do interesse comunitário;

2) a personificação da universidade ou faculdade nos seus dirigentes, que os levaria a considerá-las como suas propriedades;

3) a negação de novos valores e o impedimento mesmo do seu aparecimento pela falta de oportunidade a que conduz a reeleição de reitores e diretores.

O I Seminário Nacional de Reforma Universitária

Conclui pela reeleição, por mais de um período, dos reitores das universidades e dos diretores das faculdades.

Publicidade dos atos universitários

Explicitando o natural direito dos membros de uma comunidade de conhecerem o andamento dos negócios de seu interesse, o I SNRU fixa como imprescindível a divulgação integral de todos os atos universitários.

AUTONOMIA

Considerando:

1) que se deve dar às universidades mobilidade legal para resolver em tempo e de acordo com o interesse do ensino os seus problemas, visualizando a reforma como um processo de contínua adequação das universidades à realidade socioeconômica;

2) que se deve possibilitar à universidade atender às novas exigências sociais e impedir interferências estranhas de grupos políticos e econômicos;

3) que se deve libertar a universidade de “modelos” pseudo-nacionais, para que ela possa responder à carência dos mercados de trabalho de regiões diversas;

O I SNRU

Conclui reivindicando um maior grau de autonomia administrativa, didática e financeira, que se obteria pela transformação das universidades em autarquias e fundações.

Conclui mais

1 - Quanto à autonomia administrativa

a) A escolha dos membros que compõem a cúpula administrativa deve ser feita democraticamente pelos próprios membros da comunidade universitária, cabendo à autoridade governamental apenas a nomeação.

b) A universidade terá o poder de mudar os seus estatutos, cabendo ao Poder Federal apenas a formulação de uma série de princípios mínimos a serem estabelecidos na legislação específica ou na Constituição.

2 - Quanto à autonomia didática

a) Terá a universidade poder de criar ou suprimir matérias de currículo, salvaguardadas algumas consideradas por lei como definidoras do curso.

b) Terão maior autonomia os próprios institutos componentes da universidade, de modo que possam modificar currículos e programas, experimentar novos métodos de ensino, reformar estatutos e regimentos, modificar sistemas de ingressos e aprovação.

A universidade precisa de uma maior autonomia didática para que se desenvolva nela um espírito de diálogo e possa funcionar bem nos diversos estágios socioculturais-econômicos que compõem o nosso país. Por isso, entretanto, não queremos entender o exagero do ensino livre.

3 - Quanto à autonomia financeira

Defendemos a extensão do princípio da dotação global, cabendo à universidade a livre elaboração do seu orçamento e a pública prestação anual de contas às fontes mantenedoras.

Se não podemos entender reformas senão como um processo global de contínuas modificações de estrutura e mentalidade, não podemos desligar autonomia de reforma, ou vice-versa.

Conceder autonomia à universidade sem um planejamento de reforma é consolidar ainda mais sua situação de feudo; é dar título de propriedade aos que se consideram seus donos; é dar-lhe raízes para que permaneça reacionária, conservadora, oligárquica; é perpetuar sua condição de trincheira do privilégio e sua estrutura superada.

Reformar uma universidade sem lhe dar o grau de autonomia por nós reivindicado é frustrar o processo iniciado de contínuas mudanças, adequações e depurações; é impedir o prosseguimento do movimento.

DIRETRIZES E BASES

Considerando de grande importância um estudo sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, no que tange à participação dos alunos no governo da universidade, administração e autonomia da universidade, o I SNRU resolve dar o seu parecer sobre esses itens.

Art. 78 - O corpo discente terá representação com direito a voz e voto nos conselhos departamentais, CTA e congregações das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades.

O I SNRU resolve rejeitar este artigo, e isto porque não fala da proporção dessa representação que deverá, dentro do projeto, ser determinada pelos estatutos das universidades, o que – de maneira alguma – vem atender aos anseios de democratização que deve a comunidade universitária buscar.

Art. 80 - As universidades gozarão de autonomia didática, administrativa e financeira.

§ 2º - Autonomia administrativa:

b) de indicar o reitor, mediante lista tríplice, para aprovação ou escolha pelo governo, nas universidades oficiais, podendo o mesmo ser reconduzido duas vezes.

O I SNRU rejeita este item, pois deve ser a congregação, formada de professores, alunos e profissionais – na proporção de 40%, 30% e 20%, respectivamente –, que elegerá o reitor, nomea-

do pelo presidente. Não concorda o I SNRU com a lista tríplice. Em segundo lugar, o reitor não deve ser reconduzido por mais de uma vez, conforme as razões já apontadas.

Considerando que o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação, no que tange à representação de alunos e à autonomia da universidade em seus diversos aspectos, não atende absolutamente aos mínimos reclamos de todo o povo brasileiro, interpretados pelo I Seminário Nacional de Reforma Universitária, no que toca à democratização da universidade, somos, portanto, de parecer que o projeto, pelo menos no que se refere ao assunto aqui estudado, deve ser rejeitado e reestudado.

DO EXAME VESTIBULAR

– Considerando que cerca de 30% das vagas de nossas escolas não são preenchidas;

– considerando que a maioria das escolas não tem condições financeiras para aumentar o número de suas vagas;

– considerando que a grande parte dos vestibulares exige apenas erudição, deixando de lado a verificação das possibilidades que têm os candidatos de acompanhar seus cursos e objetividade que os mesmos devem ter;

– considerando que não são pesquisadas as aptidões vocacionais dos candidatos, o que traz, em consequência, desequilíbrio social a muito deles;

– considerando que atualmente é do máximo interesse instituir cursos de preparação objetivos, que visem dar ao aluno condições de melhor aproveitamento no decorrer de seu curso superior, reconheceu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária a necessidade de que:

a) seja estabelecido no regimento interno de cada faculdade o seu número mínimo de vagas;

b) sejam dadas às escolas públicas necessitadas, especialmente às técnicas, condições que permitam ampliar seu número de vagas;

c) seja o curso universitário desmembrado em dois tempos: um, pré-universitário, e outro, que seria o universitário propriamente dito.

Ao primeiro, com duração de um ano, deve ter acesso a totalidade dos estudantes que concluam o curso secundário, suprimindo-se deste o último ano do segundo ciclo. Sejam em tal curso ministradas as matérias do curso secundário que tenham ligações com a faculdade preferida pelo candidato.

d) seja instituído em todas as escolas um prévio exame vocacional, para proporcionar ao estudante maior conhecimento de suas aptidões e maior tranquilidade na escolha.

DO PROGRAMA E DO CURRÍCULO

Considerando que os programas e currículos de nossas universidades se acham desarticulados da realidade nacional e não atendem às necessidades do País, resolveu o Seminário propor as seguintes medidas:

a) que a Comissão de Reforma Universitária da UNE coordene, por meio de equipes regionais, os estudos para as modificações dos programas e currículos;

b) que se recomende às faculdades o estudo, em particular, da reforma dos seus programas e currículos, devendo as conclusões serem apresentadas à referida comissão;

c) que tanto os programas quanto os currículos sejam elaborados de modo a que possam acompanhar o desenvolvimento do País, voltados para a integração nacional;

d) que os programas e currículos sejam ajustados às particularidades regionais, enquanto a realidade regional for diversificação da realidade nacional;

e) seja garantida ao professor liberdade de iniciativa, respeitadas as diretrizes gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação;

f) as disciplinas tenham seus programas devidamente entrosados;

g) que as cadeiras básicas sejam fixadas nas duas primeiras séries, para que se possa obter uma especialização objetiva;

h) que seja introduzida nos currículos uma cadeira para o estudo de problemas brasileiros;

i) estudar a possibilidade de ministrar em dois períodos letivos certas disciplinas que já constituam uma especialização, atualmente lecionadas em um só período;

j) descentralização na elaboração dos programas e currículos, fixadas as diretrizes gerais.

SISTEMA DE APROVAÇÃO

Depois de uma análise, observou o seminário que o atual sistema de aprovação vigente no Brasil é um sistema arcaico, estruturado sobre um processo educacional superado e que se limita apenas a verificar a erudição ou capacidade de decorar dos candidatos. Nada para perceber a maturidade dos alunos, a qualidade de seus conhecimentos. Abandona-se por completo o fator social e psicológico do candidato, muitas vezes decisivo. Concluindo, propôs o seminário que seja abolido o atual sistema de aprovação, da maneira como se vem processando, isto é, unicamente com exames e provas, por considerá-lo obsoleto, injusto e prejudicial ao ensino no Brasil.

*PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS DO ESTUDANTE***1 - CONSTATAÇÕES****Problemas financeiros**

O I Seminário Nacional de Reforma Universitária observou que, dentro do atual contexto brasileiro, situado na espiral inflacionária, o estudante, embora sabendo-se que provém das classes mais favorecidas, padece ainda dos graves problemas decorrentes de nossa estrutura socioeconômica.

– Manutenção – constitui-se uma das mais sérias dificuldades para os estudantes cujas famílias não dispõem de recursos para mantê-los, bem como para aqueles que procedem do interior.

– Livros – não apenas a carência de livros didáticos, mas sobretudo o seu preço, tem ocasionado distorções bastante graves, permitindo na maioria das escolas o uso exclusivo ou exagerado de apostilas. Nas bibliotecas, geralmente desatualizadas, não encontra o estudante os livros de que necessita.

– Instrumentos técnicos – também aqui se percebe que, em carreiras como Odontologia, Medicina, Engenharia, Belas-Artes, Arquitetura e outras, a aquisição desses instrumentos é completamente inacessível ao estudante pobre.

– Assistência – as iniciativas neste setor são as mais diversas: nacionais e estrangeiras, do poder público e de entidades particulares, das universidades, faculdades e organizações estudantis. O problema assume aspectos diferentes em cada região. De qualquer maneira, o sistema de bolsas e demais formas de assistência é extremamente precário.

– Trabalho – tendo em vista a constante elevação do custo de vida, quase sempre se vê o estudante obrigado a trabalhar. Deve-se reconhecer a eficiência da formação pelo trabalho. De pouco valem conhecimentos teóricos sem a vivência de um trabalho prático. Todavia, o que se lamenta no caso é o fato de o

estudante, premido pelas necessidades, ter de aceitar qualquer emprego. Verifica-se, no Brasil, que a grande maioria dos estudantes trabalha, exercendo funções que nada têm a ver com o que estudam.

A existência de tais problemas contribui cada vez mais para que a universidade se mantenha como privilégio de alguns.

MENTALIDADE INDIVIDUALISTA

É possível que a maioria dos estudantes pretenda utilizar seu curso para fins de realização profissional. Entretanto, essa realização profissional raramente é compreendida no sentido do bem comum, de considerar a dimensão social do homem, tão importante quanto sua dimensão individual ou de pessoa. Em recente inquérito realizado entre setecentos estudantes da Universidade de São Paulo, apenas 2% viram utilidades para o bem comum na sua preparação profissional.

Tal afirmação pode ser reforçada com o estudo da distribuição dos efetivos de profissionais pelo país. No caso dos médicos, por exemplo: na Guanabara, a proporção é de 1 para 425 habitantes. Já no Maranhão, é de 1 para 14.476 habitantes. A tendência é que se concentrem nas cidades, atraídos pelas melhores condições técnicas e econômicas de exercício de profissão, em detrimento de outras áreas mais necessitadas.

ALGUMAS CONDICIONANTES DO PROBLEMA

– O mercado de trabalho proporcionado pelas condições socioeconômicas do meio é bastante limitado. Tomem-se como exemplo os casos dos técnicos rurais de nível superior – agrônomos e veterinários: suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho restringem-se aos cargos públicos, de vez que as empresas rurais, funcionando em bases técnicas primárias, não se interessam em empregá-los.

– Da parte da universidade:

- não funciona como comunidade de trabalho;
- não oferece vagas nem cursos em número suficiente. Verifica-se hoje grande procura dos alunos pelos cursos mais ligados ao desenvolvimento. Contudo, o número de vagas para estes cursos é muito inferior ao número de candidatos. Sabe-se, por exemplo, que de Geologia existem no Brasil apenas seis escolas. Em 1960, o número de candidatos no Recife passava de 100 para 20 vagas somente. O mesmo se repetiu na Guanabara: 52 candidatos para 24 vagas.
- a formação profissional do estudante é deficiente em todos os cursos, nos quais a parte que diz respeito à especialização é gravemente esquecida. Especialização entendida em seu duplo sentido: em certo ramo da ciência e para o meio social. A ausência da pesquisa criadora dentro da universidade cerceia a dinamização da cultura e impede sua adaptação à realidade. Direito e filosofia são as faculdades que mais necessitam de uma reformulação nesse sentido.

Reivindicações

Tendo em vista que a educação é direito de todos e que, por outro lado, milhares e milhares de estudantes no Brasil não têm possibilidades de acesso à educação, por falta de condições econômicas, reconheceu o seminário a urgente necessidade de se intensificar a assistência ao estudante, por meio de:

- bolsas de estudos;
- restaurantes;
- habitação;
- assistência médico-odontológica-farmacêutica;
- assistência social;

- para aquisição de livros e material técnico: cooperativas de livros e material técnico organizadas pelos próprios estudantes; participação do governo na aquisição do livro didático, vendendo-o a preço de custo. Elaboração e renovação periódica de um livro-texto pelo professor.

- bibliotecas – centrais ou isoladas, conforme o caso;

- trabalho remunerado na própria universidade ou no campo profissional correspondente ao estudo (empresas etc.). Possibilitaria ao estudante eficiente formação pelo trabalho, ao mesmo tempo em que lhe daria oportunidade de produzir enquanto estudante, para manter-se e já ir sendo útil à comunidade;

- concessão de crédito ao estudante: criação de um fundo especial ou abertura de carteiras de crédito nos bancos existentes. Esta assistência poderá ser estendida aos profissionais nos primeiros anos de vida prática;

- cidade universitária. Coloca-se esta reivindicação como a maior de todas. No entanto, vale ressaltar que de nada vale uma estrutura, por melhor que ela seja, sem um conteúdo. Reivindica-se antes de tudo a Reforma Universitária. Reivindica-se a cidade universitária como condicionamento material para a instalação da universidade autêntica;

- o serviço de assistência deverá ser planejado pelo MEC, através de seus departamentos especializados. O MEC deverá controlar a distribuição de bolsas, tanto as de organizações públicas quanto particulares, nacionais e estrangeiras.

Deve ser dada prioridade às bolsas para os cursos ligados ao desenvolvimento:

- formação para o meio, no ensino primário e médio;

- formação para o meio, no ensino superior.

Dar ao currículo o sentido desta formação para o meio, através de:

- incentivo à pesquisa;
- estudo de problemas nacionais e regionais;
- incentivo à especialização.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

O Projeto de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, tal como ficou após as emendas que se lhe acrescentaram, possui como linha central uma concepção liberal-burguesa incompatível com o verdadeiro significado de educação.

Reconhecendo isso, o I SNRU aprovou por unanimidade uma moção a ser dirigida a deputados, senadores e ao presidente da República, firmando a posição dos universitários sobre o assunto, nos seguintes termos:

Dentre os problemas nacionais de maior gravidade, pelas repercussões negativas que tem sobre a vida do País, salientamos a situação calamitosa do ensino, em seus diversos níveis. Em face das exigências criadas com as transformações econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira, quando a nação entra em sua etapa de civilização científica, torna-se cada vez mais evidente a configuração estrutural negativa do sistema tradicional do ensino.

Conscientes de nossas responsabilidades, reunimo-nos neste momento em Seminário Nacional de Reforma Universitária. As contribuições positivas deste seminário correm o risco de serem postas de lado, exatamente no instante em que os problemas se tornam mais agudos e impõem soluções urgentes. O Projeto sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora em tramitação, não atende àquelas exigências das transformações econômicas, sociais e culturais do País, pois revigora muitos aspectos negativos do sistema tradicional e obsoleto de ensino, preservando o seu caráter seletivo e antidemo-

crático. Nosso país apresenta-se com um vasto índice de analfabetismo, característica marcante dos países sub-desenvolvidos. A atual verba governamental destinada à educação não satisfaz nem às exigências da erradicação do analfabetismo, que o País exige.

Conscientes da nossa situação de universitários privilegiados, manifestamo-nos veementemente contra o Projeto de Diretrizes e Bases, por ser o projeto a oficialização do atual estado de coisas do setor educacional. O nosso protesto, longe de constituir mera expressão verbal de repúdio, confirmar-se-á por um movimento de opinião pública, a partir das entidades estudantis, no sentido de se esclarecer o nosso povo sobre os obstáculos que a aprovação do projeto trará para a nossa educação.

Nestes termos, não pode ser outra a posição da juventude brasileira, que a de exigir a rejeição total e veto ao atual Projeto de Diretrizes e Bases, de maneira a possibilitar, pelo reexame do assunto, que sejam incorporadas à futura Lei Básica do Ensino os princípios verdadeiramente reformadores e capazes de fazer de nossa universidade aquela instituição reclamada pelo povo brasileiro.

Sala das Sessões, Salvador, 27 de maio de 1961.

NOTAS

¹ Registra-se um lapso gráfico no texto: a palavra deve ser “subversão” e não “subvenção”. [N. da A.]

² Por lapso, não se registra o termo adequado: “vitaliciedade”. [N. da A.]

³ Ver nota 2.

⁴ A expressão correta seria “que se suste”. [N. da A.]

⁵ Ver nota 2.

CARTA DO PARANÁ
RESOLUÇÕES DO II SEMINÁRIO NACIONAL
DE REFORMA UNIVERSITÁRIA*
CURITIBA, MARÇO DE 1962

De 17 a 24 de março, em Curitiba, reuniu-se o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Seis delegados de cada estado credenciados pelas respectivas Uniões Estaduais dos Estudantes, além de dezenas de observadores, estiveram presentes ao conclave que teve por fim traçar as diretrizes da luta estudantil pela reforma universitária, diretrizes estas a serem seguidas pelos universitários do Brasil sob a orientação da União Nacional dos Estudantes.

Várias comissões estudaram os problemas relacionados com a universidade; sua inserção na realidade brasileira, sua função cultural, suas conotações político-ideológicas e sociais, sua relação com as regiões geoeconômicas, as influências que sobre ela se exercem.

Finalmente foi traçado, por uma comissão especial, o roteiro tático pelo qual será possível, na atual conjuntura brasileira e dentro do ordenamento jurídico na recente Lei de Diretrizes e Bases, conseguir vitórias sobre o passadismo que caracteriza o ensino superior brasileiro.

* Reproduzido de: UNE. *Carta do Paraná*. Resoluções do II Seminário Nacional de Reforma Universitária – Curitiba, 1962. [s.l.]: Editora Universitária, 1962. (Cadernos da UNE, 2).

A luta estudantil pela reforma universitária já tem uma história. E isto no duplo sentido de, primeiramente, ser possível relacioná-la com urgência temporal de fatos, e, por outro lado, de estes fatos se relacionarem uns com os outros possuindo um sentido, conformando um processo.

O primeiro movimento de reforma que tivemos em nosso país surgiu há pouco mais de dois anos. Os estudantes baianos foram à greve e a transformaram em greve nacional. Os fatos revelados durante a greve eram chocantes: uma simples análise do orçamento da universidade revelava o grau de alienação a que havia chegado o ensino brasileiro. Vários movimentos se sucederam em todo o País e, em maio do ano passado, a União Nacional dos Estudantes promovia, em Salvador, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária. A *Carta da Bahia*, daí resultante, obteve enorme repercussão: as autoridades governamentais voltaram-se para o problema prometendo encaminhar uma solução. Pouco depois, porém, as mesmas autoridades afirmavam ser praticamente impossível o que os estudantes desejavam, ainda mais porque, na sua opinião, a *Carta da Bahia* continha preceitos “subversivos”. Evidentemente, outra não era a intenção dos estudantes – em realidade, desejamos tão só subverter, no sentido exato do termo, a estrutura universitária que aí está, caduca e alienada, e sabemos que só poderemos fazê-lo, de modo integral, ultrapassando a estrutura total que caracteriza a sociedade brasileira.

O simples passar de olhos pelo noticiário das últimas crises estudantis nos revela, por outro lado, que a situação vem se agravando: praticamente todas as greves estudantis são greves contra a má situação do ensino. Em Pernambuco, Minas, Bahia, Paraíba, em todos os estados, com maior ou menor repercussão, as greves se sucedem, ganham as ruas, e com elas se forja uma consciência da inarredável necessidade da reforma universitária.

O seminário de Curitiba foi por assim dizer o ponto de encontro de estudantes de todo o País, unidos por um mesmo pro-

blema, em busca de uma mesma solução. Ali, as conclusões do conclave anterior, de Salvador, foram desenvolvidas e revisadas. Ali já se condenou, formalmente, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como simples ratificação jurídica da situação vigente. Ali, finalmente, traçou-se uma linha comum de luta para o movimento universitário.

Muito mais importante, no entanto, foi que, em Curitiba, os universitários souberam refletir e concluir que a reforma da universidade é, como as outras, uma mudança de estrutura. Como todas as chamadas Reformas de Base, a reforma da universidade interessa fundamentalmente ao povo, pois somente para o povo o ensino superior é realmente problema, tanto quanto não tenham as chamadas classes populares acesso à universidade brasileira. Por isso mesmo, souberam os estudantes repelir as falsas reformas: “nem tecnicismo desumanizante, nem humanismo alienado”, ou seja, nem “desenvolvimentismo”, nem o falso humanismo da conservação social. A reforma universitária, concluiu-se, não passa de uma tarefa da revolução brasileira, de um *front* da luta anti-imperialista e popular em que os estudantes estão engajados.

Para a União Nacional dos Estudantes é da maior importância a tomada de posição do II Seminário [Nacional] de Reforma Universitária. Ao mesmo tempo em que este se desenvolvia, iniciava-se seu programa UNE Volante, levando a todo o País a mensagem da entidade máxima dos estudantes brasileiros. Com ela, vai agora também esta *Carta do Paraná*, síntese orgânica dos resultados do conclave de Curitiba, baseada nas conclusões de suas diversas comissões. Carta que passa a ser a orientação básica do movimento estudantil, a forma mais elevada da consciência a que chegaram os estudantes – consciência que percebe ser a reforma da universidade apenas um episódio da história que o povo contará no dia em que for concretamente livre, em nosso país. No dia em que o Brasil-povo for uma realidade.

I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

A) SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Progressivamente, o mundo marcha para a sua definição histórica, não obstante a dramaticidade em que vive gerada pelos conflitos das conquistas do espírito e da ciência, bem como pelas alienações existentes. Assim precisamos, em linhas gerais, esboçar a realidade internacional:

1) a configuração de dois blocos em luta: o ocidental e o socialista, em torno dos quais se estende toda uma periferia subdesenvolvida, apresentando contradições econômicas com o primeiro;

2) instabilidade das instituições, das estruturas até há pouco solidamente estabelecidas;

3) agonia do colonialismo no mundo;

4) crescimento, na América Latina, Ásia e África, da consciência anti-imperialista e revolucionária;

5) exploração internacional, agravando a situação econômica dos países mais fracos, os quais têm sua economia penetrada pelos capitais alienígenas, oriundos de países economicamente mais fortes;

6) valorização e intervenção crescente das entidades internacionais (ONU, Unesco etc.);

7) fenômeno da explosão demográfica em algumas regiões do globo;

8) conscientização dos povos até então mantidos em estado de inconsciência, a qual se faz a partir da necessidade de seu desenvolvimento.

B) SITUAÇÃO NACIONAL

Inserido na geografia econômica dos subdesenvolvidos, o Brasil reflete todas as características de dependência, que determina grande parte de suas alienações internas.

Desde logo, porém, é preciso entender o desenvolvimento brasileiro e suas bases capitalistas.

O desafio proposto pelo subdesenvolvimento foi logo aceito por toda a nação. O povo adquiriu a consciência de que o desenvolvimento era um imperativo histórico e que, sem ele, estaríamos impedidos de nos libertar e determinar nosso próprio destino. Contudo, face ao desenvolvimento, havia duas posições a assumir. De um lado, se colocaram representantes da classe dominante, para os quais o desenvolvimento, entendido apenas como a intensificação da atividade econômica, ou, melhor ainda, como crescimento do volume dos serviços e bens produzidos pela coletividade, traria a elevação do bem-estar social. De outro, as forças progressistas do País, para as quais o desenvolvimento por si só não repararia as incorreções e injustiças sociais, ressaltando a necessidade de, juntamente com o crescimento da renda nacional, melhorar a distribuição da riqueza, para que o desenvolvimento se fizesse para o povo, e não indiferentemente ao povo e contra o povo.

A concepção burguesa do desenvolvimento se traduziu na ideologia do desenvolvimento do presidente Kubitschek. Na verdade, segundo essa ideologia, o simples desenvolvimento traz consigo o bem-estar de toda a coletividade, num raciocínio simplista e desprovido de profundidade científica. Todavia, forçoso é reconhecer que, dentro de sua vivência histórica, tal ideologia prestou algum serviço ao desenvolvimento nacional, no sentido de que despertou no povo uma euforia quanto às nossas possibilidades, derrubando o antigo pessimismo brasileiro.

O desenvolvimento brasileiro operou-se, então, em bases capitalistas. Diante do problema preliminar da formação do ca-

pital, havia uma série de soluções diferentes. Ou se utilizavam os empréstimos externos, ou os capitais privados internacionais, ou se recorria à inflação, ou, finalmente, à política fiscal. Os empréstimos externos, ou seja, os financiamentos de nação a nação, mostraram-se inviáveis. Em primeiro lugar, porque a burguesia nacional se veria contrariada em seus interesses se seu desenvolvimento se fizesse pelo Estado. E, ainda mais, as nações do bloco capitalista não recorrem comumente a esse tipo de financiamento às nações subdesenvolvidas, desde que tais empréstimos, efetivamente, não as escravizem.

Não se recorreu, igualmente, à política fiscal, por meio da qual se poderia captar uma poupança adicional, que existe em toda comunidade. A ela não se recorreu pelo simples fato de que, por meio da fiscalidade, o governo poderia fazer dos economicamente fortes os financiadores do desenvolvimento, em benefício das classes proletárias. Isso contrariava, de igual modo, os interesses da classe dominante.

Recorreu o governo principalmente à inflação e aos capitais privados internacionais.

Os capitais estrangeiros trazem dois inconvenientes, que são fundamentais: de um lado, ameaçam a soberania da nação, desde que se implantem em setores básicos da economia; por outro lado, através da remessa de lucros, dividendos, *royalties*, para o exterior, desequilibram a balança de pagamento, diminuindo as disponibilidades cambiais da nação, tornando-se fator de empreendimento.

A inflação, de outra parte, embora em determinadas condições possa ser usada para financiar com vantagens o desenvolvimento, configura claramente um desenvolvimento capitalista. De fato, sendo uma expansão dos meios de pagamento, ela se traduz por uma pressão muito geral dos preços, o que, em última análise, vai onerar as classes desfavorecidas. Na verdade, a inflação é um processo de poupança forçada das classes assalariadas, que veem reduzido o salário real, isto é, o seu poder aqui-

sitivo, ficando, em consequência, restringido o seu poder de consumo.

Dentro desse quadro, vê-se claramente que estamos nos desenvolvendo sem elevar o padrão de vida dos trabalhadores. Nosso desenvolvimento pesa apenas na renda nacional, não se traduzindo numa promoção das classes proletárias.

Outra incorreção grave de nosso processo de desenvolvimento, fruto ainda da opção capitalista, reside nas contradições do desenvolvimento regional. Na verdade, o sul do País, principalmente São Paulo, funciona, dentro da realidade econômica brasileira, como um centro de atração de capitais de todo o País, que para ali afluem certos de maior remuneração. Assim, o processo de desenvolvimento brasileiro só se restringiu até agora ao sul do País, permanecendo o Nordeste e o Norte brasileiros imersos num baixíssimo grau de subdesenvolvimento. Essa contradição pode gerar conflitos políticos de gravidade, sendo, contudo, apenas uma das distorções de nosso desenvolvimento.

Em tais circunstâncias, situa-se uma universidade que, por força dessa realidade, é colocada a serviço das classes dominantes, que não têm compromissos regionais, que não serve, enfim, aos interesses do País.

Cumprindo igualmente, a partir de uma perspectiva histórica, analisar *a realidade política brasileira*.

O que é fundamental para a compreensão da dinâmica da sociedade política brasileira é o estudo do comportamento das diversas correntes do pensamento político. Por isso que essas correntes não se reduzem ao seu significado imanente. Elas decorrem de situações existenciais, representam o interesse de uma classe ou de um grupo social. Investigar-lhes o comportamento é, pois, abranger o vasto campo da realidade política nacional.

Numa estrutura capitalista, as posições assumidas pelos grupos sociais podem ser, simplificada, reduzidas a três: a dos grupos em ascensão, a da classe dominante e a das classes em decadência.

Cada posição ambiciona formas específicas de pensamento político. Assim, as classes ascendentes são eminentemente dialéticas, concebendo a história como um processo, e este como realizador de sua mais ampla libertação. A partir daí, assumem uma posição política em face do *status quo*, insistindo na precariedade histórica das instituições. Antevendo todas as possibilidades de uma nova estrutura social, arrojam-se agressivamente na condenação das distorções estruturais reinantes, geradores das contradições do regime.

Essas classes ou grupos sociais são essencialmente revolucionários, visto que concebem qualquer reformulação parcial como um abrandamento das contradições reais existentes, o que, em última análise, representa a sustentação da classe dominante. Assim, para elas, mais importante é a desagregação radical da estrutura vigente, com a posterior edificação de uma sociedade nova, na qual vão encontrar sua mais completa realização. Essas *classes ascendentes* são, em nosso tempo, o *proletariado*, marginalizado no processo social, e que, embora participe do processo produtivo, dele não extrai qualquer benefício.

Numa fase posterior de sua evolução, essas classes vão receber a adesão de certos setores da classe dominante, já a esta altura desagregada em frações que ora aderem às classes em ascensão, ora às decadentes.

Em verdade, porém, somente quando as contradições sociais e econômicas se aguçam, é que as classes dominadas, na periferia do poder, se tornarão, conscientemente, classes em ascensão.

Até 1930, no Brasil, a classe dominante era de composição de certo modo homogênea, identificando-se com a burguesia latifundiária, com pequena interpenetração da burguesia mercantil. Com efeito, toda a economia nacional se reduzia ao setor agrícola. Portanto, dentro da lógica do regime capitalista, o poder cabia aos detentores dos meios de produção. À medida que crescia a nossa exportação de produtos tropicais, bem como aumentavam os seus preços no mercado internacional, foi apare-

cendo um mercado interno de razoáveis proporções que exigia uma soma de artigos manufaturados. Foi o início de um parque manufatureiro, que, com o desenvolvimento de nossa economia, encontrou oportunidades para se transformar em indústria de grande porte.

Com isto, foram aparecendo duas novas classes: a burguesia industrial e o proletariado, permanecendo este em relativa imobilidade até 1945, quando começa a tomar consciência de sua força.

Por outro lado, a classe média (representada pelo tenentismo), com a Revolução de 1930, aliada à incipiente burguesia industrial e a setores do tenentismo, passou a participar do poder, até então quase exclusivamente nas mãos dos representantes da classe latifundiária. Seria normal que houvesse um alijamento radical da classe latifundiária como classe dominante. Mas o que se observou com o correr do tempo foi menos polaridade do que ambiguidade nas relações políticas, visto que não raro recursos da agricultura financiavam empreendimentos industriais. Somente mais tarde, a burguesia industrial, mais segura de seus interesses, procurou se desligar da companhia dos latifundiários. Tal composição heterogênea das classes dominantes irá explicar o comportamento dos partidos, seus agentes políticos, constituindo, em última análise, o próprio governo.

Esta composição se voltará, alternativamente, ora para a defesa dos interesses da agricultura, ora da indústria. Após 1955, data que pode marcar o desligamento, pelo menos parcial, dos proprietários de terra como classe dominante, é que o governo se orienta no sentido de industrializar o País, sob a égide do chamado desenvolvimentismo. De qualquer forma, entre as forças que têm elegido nossos sucessivos governos, constata-se setores populares, o que vem de certa maneira demonstrar a adesão ou conformidade a que é levada parte das classes populares pelos manipuladores da máquina político-eleitoral.

As classes em decadência, por outro lado, são aquelas que aspiram à regressão do processo histórico, forcejando-o para com-

porém novamente a estrutura de poder que é a ela favorável. *São compostas geralmente por elementos da classe média, retrógrados*, que não se conformam com o curso normal da história. São os que lamentam o presente, aludindo, a cada momento, às maravilhas do passado. São os marginais da história, principal força a que se apegam a classe dominante quando sua *débâcle* é iminente.

Esta análise ficaria enormemente prejudicada se não aludíssemos aqui às ponderáveis transformações operadas no comportamento das forças políticas nacionais após a crise de agosto de 1961. Encerrados os episódios que culminaram com a adoção do parlamentarismo, assistimos a uma *radicalização progressiva das nossas forças políticas*. Sentindo, em virtude das manifestações populares, que o povo se aglutinava em torno das forças progressistas, a classe dominante aliou-se às classes decadentes, na chamada “aliança dos partidos do centro”. Por outro lado, a opinião pública vem obtendo vitórias memoráveis, como a aprovação pela Câmara Federal da lei que regulamenta as remessas de lucros para o exterior, ou, ainda, a tentativa de adoção de uma política externa independente.

Sem dúvida, percebe-se, com o desenrolar dos acontecimentos, uma aceleração brusca do processo brasileiro, ou seja, a aproximação cada vez maior de horizontes que há bem pouco tempo permaneciam inatingíveis em nossa imaginação.

Importante é frisar, porém, que toda esta sequência histórica se configura sob a égide da dominação externa, quer por meio do colonialismo, quer, como ainda em nossos dias, através do imperialismo, nota permanente da realidade brasileira. De tal forma que, condicionada por todas as características de país subdesenvolvido, onde a propriedade dos meios de produção está iniquamente distribuída, por nossa estrutura social, ao longo da história, vem sendo marcada por um conjunto de contradições multiformes, dentre as quais, na atualidade, avultam as seguintes:

a) a dominação da nação brasileira pelos países desenvolvidos da esfera capitalista, tendo como consequência uma exploração do País pela metrópole;

b) exploração capitalista – a luta de classes;

c) o latifúndio.

C) TEORIAS VIGENTES SOBRE A UNIVERSIDADE

A percepção de que se desenvolve a consciência do povo, que dia a dia passa a pressionar o aparelho do poder, que marcha rapidamente para desmontá-lo dos seus alicerces capitalistas, autoriza-nos a afirmar que o processo revolucionário brasileiro se acelera. Toda revolução é um processo de construção histórica que se orienta no sentido da superação de qualquer divisão compartimentada do homem, em busca de sua total fisionomia. Neste sentido, faz apelo a um realismo que atenda ao mesmo tempo às exigências totais de sua natureza e de suas exigências históricas.

Nisso se firma uma reforma universitária que não pretenda ser apenas mera formulação de horários e currículos. *Para que a universidade possa atingir a sua missão revolucionária, deverá:*

1) *ser a expressão do povo.* Daí ser absolutamente predatória ao interesse coletivo uma universidade que discrimine. Critérios econômicos, sociais, políticos, ideológicos, jamais poderão prevalecer na seleção dos candidatos à escola em qualquer grau do ensino. A universidade revolucionária será aquela que aproveitar as virtualidades de cada um, pondo em comum sua originalidade, distribuindo-a em benefício do todo social. É a única maneira de ser positivamente democrática;

2) *ser por todas as formas antidogmática.* Terá sempre em vista sua perspectiva crítica constante, estando aberta a toda a reformulação que se processe no dinamismo histórico;

3) *ser uma frente efetiva do processo revolucionário*. Não admitindo, portanto, qualquer forma de espoliação do homem pelo homem, justificada por razões econômicas e políticas, ideológicas ou sociais. Trata-se da realização de todas as exigências da pessoa, na caminhada histórica, no processo de humanização, no conjunto homem–natureza por que se constrói a sociedade.

TECNICISMO DESUMANIZANTE E HUMANISMO TOTAL

A teoria burguesa de reforma universitária, atuando de acordo com os pontos de vista e interesses desta classe, pretende fazer da universidade um instrumento de formação de operários qualificados que iriam trabalhar (e alienar as suas mais-valias) em suas fábricas, ou em serviços do interesse desta mesma classe. Daí a intensidade com que essa teoria exige uma total tecnicização do ensino e, infelizmente, estudantes sérios, mas desavisados, se engajam nesta reivindicação desumanizante, concedendo primazia à instalação de escolas técnicas, como a de engenharia, sobre o pretexto de criar universidades para o “desenvolvimento”. Mas resta saber que desenvolvimento é este. Irá ele se efetuar dentro dos quadros das relações de exploração capitalista? A fim de contrastar com o “beletrismo” da velha universidade, essa teoria postula um “tecnicismo pragmático”, isto é, uma integral alienação do homem às pequenas especialidades práticas de interesse da burguesia, nos moldes das teorias pedagógicas “instrumentalistas” em voga. Mas, ao assim proceder, entifica a técnica, faz dela um “fetiche”, um instrumento autômato e dependente. Os homens que se tecnizam tornam-se autômatos, perdem a visão do conjunto da sociedade, fazendo de sua “práxis” produtiva (de seu trabalho), algo exterior, individualizado, mecânico. O homem volta a se alienar, torna-se um especialista de alguma subespecialidade, deixa de ser homem para ser máquina ou escravo dela; é para essa direção (vide o exemplo dos Estados Unidos) que conduzirá fatalmente este furor de técnica que domina o pensamento reformista burguês.

Nos primeiros estágios da formação da consciência reformadora entre os estudantes, esta teoria teve grande aceitação e foi

mesmo veiculada como pensamento estudantil, conforme atesta a memorável greve da Bahia. Isto se deve ao processo de formação de consciência de classe, que começa particularista para só depois se alargar e compreender uma visão global da realidade (no caso, a universitária).

Trata-se, nos primeiros momentos, da crise universitária, de negar a estrutura falsamente “humanista” e recolocar a técnica como trabalho produtivo em seu devido lugar. Os exageros e a unilateralidade iniciais, perfeitamente normais então, já se fazem, entretanto, óbices ao melhor encaminhamento do problema.

Contra esta desumanização e alienação do homem, se volta a teoria totalizante (humanismo e técnica como momentos de um só processo) da cultura e da reforma. O homem é um ser disperso que se manifesta em várias “práxis” ou atividades, e é preciso que ele reencontre sua própria unidade. Para isso, entre outras coisas, é necessário que a educação a ele ministrada se preocupe em dotá-lo de uma visão de conjunto destas manifestações. Isso não se confunde com “cultura geral” no velho sentido do termo: é uma visão totalizante da sociedade e de si próprio, como parcela dela, integrado e vivendo em função dela. Somente com essa visão de conjunto o homem poderá se situar na totalidade social e compreender o sentido de sua atividade (o engenheiro não se desgarrará do conjunto da sociedade: ele compreende seu papel dentro dela, por exemplo), e, com isso, orientá-la em função dos interesses de toda a coletividade.

Esse humanismo total não exclui a técnica. Antes, pelo contrário, ele a repõe em seu devido lugar, na totalidade sociocultural, pois a compreende como momento de execução do humanismo, da cultura, e do homem (de suas aspirações, de seus interesses etc.). Mas, neste sentido, a técnica não se confunde com algumas manifestações do campo do saber, porém com todo saber, no sentido de que toda realização humana necessita de uma técnica para ser concretizada. Não haverá, por exemplo, uma técnica teatral ou filosófica? E não haverá um humanismo social e uma cultura na aplicação da técnica da engenharia? Bas-

tará, para que se tenha uma visão perfeita desta função humanismo-técnica, o ensino da arquitetura, no qual estas duas manifestações humanas se apresentam tão distintamente apesar de entrelaçadas, existindo uma em função da outra.

Esta função humanizante da cultura e da universidade não afasta também, é claro, a necessidade da especialização. Mas o homem especialista é aquele que tem uma visão clara e global da cultura em que está inserida como momento a sua especialidade. Só assim ele terá condições de exercer um trabalho criador, resolvendo os problemas que lhe vão aparecendo no correr de sua atividade profissional, já que conhece o quadro geral teórico que engloba a especialidade. Qual o valor de um especialista em Direito Constitucional que não conhece as leis globais da evolução da história e da sociedade? Como explicará o fenômeno do surgimento de uma nova Constituição? E como o engenheiro eletrônico explicará os novos fenômenos que surgem nesta especialidade se desconhece as leis gerais da física e da matemática? Em suma, ainda todos eles necessitam de uma visão geral da história humana, sob pena de aplicar seus conhecimentos para objetivos pouco dignificantes, afastados dos interesses da coletividade.

D) ESBOÇO DE UMA UNIVERSIDADE HUMANIZADA

Não podendo aqui esboçar, mesmo sumariamente, o esquema de funcionamento da atual universidade brasileira, pretendemos estabelecer algumas considerações referentes ao esquema de funcionamento da nova universidade. Entendendo humanismo total como uma visão dialética da cultura, que engloba simultaneamente o conhecimento global e a técnica, a visão humanista total e a especialidade, a nova universidade há de ser orientada para, na estrutura do currículo, refletir estas preocupações. Não poderá, é claro, realizar-se sem uma reformulação global de todo o sistema educacional, superando tanto a escola organizada sob o signo do humanismo alienado quanto as mais diversas

variações da escola pragmática e instrumentalista, isto é, desumanizante e pseudotécnica-profissional. Num país em que, pelo menos imediatamente e a curto prazo, se faz impossível a generalização da experiência universitária para toda ou para a maioria da população – donde a democratização deve ter um sentido concreto e não utópico –, neste país, a escola média deve estar aparelhada para suprir a universidade. Longe de ser o mero preparatório desta, num processo seletivo facilmente observável, a escola média deve estar capacitada a fornecer aos seus concluintes uma visão já correta e humanizada de sua própria atuação humana e social. Esta escola unitária – unitária porque já deve praticar a função humanismo–técnica – deve inclusive iniciar um processo de especialização profissional, nos moldes de especialização que tratamos acima. A Lei de Diretrizes e Bases não prevê, isto, e, ao contrário, sanciona a formulação classista acentuada no ensino médio, ao dividi-lo em escolas técnicas (que são as das classes baixas, de operários qualificados) e escolas “humanistas” (mera preparação para conquistar os privilégios universitários). Sem essa reformulação não será possível, historicamente, o estabelecimento da universidade socializante e popular.

Esta universidade, longe de se preocupar apenas com a formação de técnicos, deve voltar-se para o estabelecimento do homem consciente da realidade nacional. Entendemos essa como a concretização de uma personalidade enquadrada na situação histórica, apta a compreendê-la e nela atuar, transformando-a. Isso é impossível num sistema de ensino universitário, inteiramente dispersivo e desvinculado de seu sentido de transformação social, alienado em síntese. A universidade deve formar homens especializados e profissionais que terão uma visão global da sociedade – da qual a ciência é uma interpretação funcional –, da cultura que engloba a sua especialidade escolhida.

Cumpra ainda acentuar que o sistema de faculdades isoladas impossibilita levar essa integração humana e social ao universitário.

II – ANÁLISE CRÍTICA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

1 – DO PONTO DE VISTA CULTURAL

A) PROCESSO HISTÓRICO DA CULTURA BRASILEIRA

A nossa universidade deriva dos processos de transplantação cultural, ou seja, da alienação do pensamento brasileiro. Mas trata-se, a nosso ver, de realizar dois procedimentos interdependentes: retratar o quadro social que deu origem à alienação (e ao qual esta alienação, em ação de retorno, ajudou a consolidar e a manter), e, com o decorrer, extrair o sentido social e de classe dessa alienação.

Busquemos, portanto, as raízes históricas e sociais da alienação brasileira. Economia dependente quando da sua formação, a brasileira condicionou o surgimento de uma classe social ligada diretamente à metrópole exterior, classe esta que passou a vivenciar apenas os problemas desta metrópole, sem nenhuma identificação com a sociedade da qual era uma das coordenadas. Este procedimento de transplantação do modo de vida, e, conseqüentemente, da cultura alienígena, permaneceu inconsequente – não deixando inclusive de ter o seu aspecto prático – enquanto se tratava simplesmente de conquistar o território e fundamentar as bases da economia colonial que se haveria de estabelecer para o Brasil. Afinal, nesta sociedade, a cultura não representava ainda senão uma maneira erudita de os jesuítas doutrinar uma população rarefeita e destituída de preocupação de natureza intelectual. E é a partir do surgimento de uma numerosa classe média – cuja simples aparição já condicionava, por si só, um problema social – que se vai tornar sistemático e amplo um procedimento que, embora velho de dois séculos, ainda não se havia tornado genérico e uniforme a todo o conjunto da produção intelectual do Brasil.

A princípio marginalizada pela rígida e rigorosa hierarquia social de então, a classe média passa, insistentemente, a tentar romper a referida estrutura social. Romper não é bem o termo,

desde quando o que se postulava era uma acomodação com o regime vigente, como é confirmado por aquele sem-número de revoluções do período regencial (inícios do Segundo Império), que não tinha por objetivo nenhuma reforma radical e de base, de estrutura em outra palavra, mas sim, a finalidade de promover, pelo mesmo regime vigente, a absorção daquela parcela que jazia marginalizada e sem perspectivas de subsistência econômica. Como o trabalho físico permanecesse estigmatizado pela existência e generalização dele sob a forma servil, surge a tendência à artificial valorização do trabalho intelectual, daquela forma “nobre” de garantir a subsistência econômica e a elevação na hierarquia social. A absorção postulada pela história em desenvolvimento foi obtida mediante a criação do “Estado Cartorial”, que, criado pela necessidade de regular as instituições administrativas do país independente, serviria também de esquadro para uma população exigente que maus momentos fizera passar aos regentes do Imperador. As classes dominantes – os latifundiários e a burguesia exportadora – pagavam, assim, tributo à sua tranquilidade política.

Como vimos, em observação feita acima, a preocupação intelectual se estrutura não a partir de uma problemática real – a saber, como elaboração teórica de experiências sociais pretéritas, e objetivando um emprego funcional de transformação social –, mas, assim, a partir da falta de necessidade de diferenciar uma camada livre da população – livre, mas não proprietária – daquela humana dos escravos, que, como classe oprimida que era, encarnava em si a problemática brasileira de então. A cultura desvincula-se, assim, do humano, da realidade circundante, e isso constitui a alienação da cultura brasileira, estruturada e fundamentada sobre realidades e pressupostos que escapam à experiência social de seus forjadores, pois refletem apenas condições específicas a outras realidades sociais exteriores. Ao se fundir com as classes dominantes, coloniais, que já há muito haviam assumido a postura alienada, a classe média aliena-se também, não por qualquer maldade interior, mas porque ela não se identificava com o Brasil, constituindo – e frisando o mais pos-

sível este aspecto (a cultura não tinha outra finalidade) – como que uma elite de privilegiados num país condenado à desagregação social pela fatalidade de clima e raça.

É nesse quadro que a nossa universidade se estrutura, e é àqueles interesses de diferenciação social que ela se dirige e visa perpetuar. A cultura brasileira passou a constituir instrumento de promoção social, e o seu sentido profundo e de classe, aquele que visava à perpetuação do *status quo* pela ilusão de que a conclusão de um curso superior (isto era o estágio máximo, pois bastava o curso médio) era o único meio possível de uma promoção na escala social. E como se tratava de promoção para pequenos burgueses, assim era sempre individual e nunca coletiva. A alienação social responde, assim, a uma necessidade funcional da classe latifundiária e da burguesia exportadora e da própria classe média. Às primeiras, porque evita que esta classe média se faça uma inimiga do regime, um germe da sua destruição; no que toca à classe média, notaremos que essa alienação é a sua própria consciência de classe – de uma classe que quer se diferenciar do trabalho físico e do proletariado em geral, pois este é o único meio de ela se manter como classe e conseguir ascensão individual. Só a classe que pode, a partir de sua própria consciência, organizar o conjunto da sociedade em função de seus interesses é capaz de exercer papel de domínio social. Isto não se verifica com a classe média brasileira, cujos interesses restritos levam-na a um mero reformismo, a um enquadramento dentro do mesmo sistema social vigente. É o que atesta, além deste caso exposto da alienação e da universidade, a atual ideologia moralista que manipula.

Ao utilizar a cultura alienada (desvinculada de seu objetivo de formação), como instrumento de diferenciação, a classe média se aliena a si própria e faz da cultura um “fetiche”, um ente abstrato. Em primeiro lugar, desliga-se de seu caráter funcional, vale dizer, da sua instrumentalidade social e, em segundo, como consequência, da técnica confundida com os processos de trabalho físico e produtivo, de que se queria afastar. E a universidade brasileira – cristalização institucional deste processo de

diferenciação, de privilégio – passa a fazer do “humanismo” um ente abstrato, pois que nenhuma ligação tem com o sentido social do mesmo e com a técnica que o executa.

Resta saber se a universidade assim criada serve a tais objetivos. Se tal ocorre, a universidade, que é falida em certo sentido, não o é em outro, sendo, inclusive, *desumana*, porque o humanismo como privilégio e exceção (meio de diferenciação) é *anti-democrático*, porque por sua própria essência e finalidade afasta de si o povo brasileiro, justamente a classe operária, que faz da [truncado no original] coletividade a que pertence. Aí situa-se a sua contradição essencial: pensa e age de maneira antinatural, quando pertence e faz parte de uma sociedade escravizada àqueles interesses.

E denota-se a enorme infiltração imperialista em nosso ensino, por meio do ponto IV, Fundações Ford e Rockefeller, e a nascente “Aliança para o Progresso”. Os institutos de ensino superior subvencionados por tais entidades sofrem uma distorção, e não proporcionam ao estudante conhecimentos que sejam válidos para nosso desenvolvimento. Acresçam-se ainda as exigências que tolhem a liberdade dos alunos, impedindo a sua participação na vida política nacional. Não para aí, porém, o seu processo discriminatório. Nas atuais circunstâncias, os regimes de tempo integral, a limitação de vagas, os vestibulares pouco objetivos, tais como são exigidos por estas entidades, selecionam não os mais capazes, mas os economicamente bem situados ajustáveis aos seus padrões.

B) UNIVERSIDADE E CULTURA NACIONAL. CULTURA POPULAR

Nesta perspectiva, percebe-se bem o caráter alienado da cultura que nos é imposta. Nossa universidade é feita e pensada com velhos pedaços da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. A universidade brasileira, em princípio, limita-se a responder alienadamente à elite do poder. Como instituto de conservação e manutenção da cultura vigente, limita-se a uma

estabilização, sem elaborar produtos culturais autenticamente fundados na realidade brasileira.

A universidade, pela missão que lhe cabe, seria um instrumento na criação de uma cultura nacional. E, para tanto, seria necessário que ela criasse condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência nacional e popular da problemática brasileira. Consciência esta indispensável a uma reformulação da própria universidade, das estruturas vigentes.

Evidentemente, para que tal se dê, coloca-se o problema da reforma e da consciência de sua necessidade, com a participação do povo, promovido da condição de objeto à de sujeito. Essa, a primeira condição para a autenticidade de qualquer reforma que se pretenda em nossa sociedade. Impõe-se, pois, que assumamos as rédeas da técnica e do trabalho, a “sua essência perdurável” de seres humanos.

A atual estrutura universitária do Brasil deriva de uma sociedade colonial, cuja cultura é alienada, e se faz ela mesma veículo de manutenção desta ordem social desumana. O seu sentido funcional de classe é aquele que visa diferenciar a classe média do resto da população (tal diferenciação é a condição de existência da classe média), e seu papel, no processo histórico de nosso país, é aquele de garantir o sistema colonial pró-imperialista vigente, pela integração da classe média nos seus quadros e processos sociais.

Cumpramos ainda acentuar que a par desta alienação nacional, se bem que com importância inferior, não produz a universidade os técnicos necessários, nem os pensadores, à diversidade regional brasileira, tornando mais agudas as chamadas contradições regionais.

C) IMPERIALISMO E UNIVERSIDADE

Desde logo, é importante frisarmos o papel do imperialismo na universidade brasileira.

Os países altamente desenvolvidos, na esfera capitalista, além de exportarem seus produtos manufaturados, exportam também, para as colônias, sua cultura e sua filosofia de vida, cujos padrões são asseguradores do estado de subordinação, estranhos à sua realidade existencial e objetiva (verdade é que existem outras formas de alienação, na realidade nacional, não necessariamente ligadas ao imperialismo). É a alienação nacional, que aflora na superestrutura de nossa sociedade, constituindo-se na mais poderosa arma antinação.

Uma das maiores preocupações deste interesse antinação é, no meio intelectual dos países subdesenvolvidos, a justificação teórica de seus sistemas necessariamente frutos de uma concepção de mundo. Tudo se faz para conquistar a intelectualidade, numa atividade em torno da universidade, que pretende ser o principal foco de pensamento.

A universidade brasileira não poderia estar alheia a este esquema de dominação, e, assim sendo, se constitui para servir interesses que não são os verdadeiros da reforma, marchando para um *trabalho de cultura popular* – que, *através da conscientização, dará condições ao povo de deflagrar um movimento ascensional*. Somente a cultura do povo responderá às necessidades da cultura brasileira. A cultura popular pode proporcionar o desenvolvimento de um pensamento popular, e, como consequência, a explicação de uma ideologia popular.

Não se trata de criar cultura popular para a massa, mas sim, com a massa popular, isto é, deve-se descobrir, no próprio meio popular, seu potencial cultural e valorizá-lo, dando-lhe um ponto de vista político. Trata-se de desalienar a classe dominada, lembrando, entretanto, que existem duas formas de alienação: uma conceitual e uma na participação. Por outro lado, além desta função da universidade no processo de incrementação da cultura popular, competiria à ela, no seu setor de extensão cultural, divulgar em nível popular os avanços da técnica e da ciência em geral.

É, ainda, a desalienação na participação que dá oportunidade e instrumentos para a transposição da situação de classe do-

minada à situação de sujeito, capaz de se autodeterminar conduzindo, conscientemente, como classe ascendente, o processo histórico, em função dos interesses humanos. *Esta luta entre duas culturas e o processo de superação da cultura da minoria dominante pela da maioria dominada, pode-se dizer, é a ideologia da formação de uma cultura popular.* E mais uma vez poderíamos frisar que é também cultura a estrutura política, social e econômica. Por isso, esta superação cultural é uma revolução política. E é política uma vez que oferece às massas populares os instrumentos necessários à sua libertação. Em relação à universidade, a formação de uma cultura popular é uma forma de conscientizar as massas populares, mais concretamente o proletariado e o campesinato, de quem os universitários brasileiros são aliados, na luta, sem conciliações, contra o capitalismo internacional e nacional.

2 – DO PONTO DE VISTA POLÍTICO-SOCIAL

FORMAS ANTIDEMOCRÁTICAS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: SELEÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

O ensino, baseado em pura alfabetização, desligado das condições socioeconômicas e culturais das populações nas regiões em que é ministrado, afasta um grande número de crianças que devem atuar num contexto de que a escola não participa em seu alheamento e de que as alheia, não lhes dando meios de integração, quer pela compreensão, quer pela aquisição do instrumental de atuação conveniente. Não há planejamento na distribuição da rede escolar, e não se empregam ou desenvolvem os métodos pedagógicos adequados às condições de trabalho. As dotações orçamentárias destinadas ao ensino primário são pouco significativas, agravando-se este problema pelo fato de, na realidade, o Estado não cumprir, pelo menos, as leis que determinam a aplicação dos recursos orçamentários previstos em atividades educacionais.

Dentre 15 milhões de crianças em idade escolar, 7 milhões não têm escolas no Brasil; de 8 milhões de crianças que se ma-

triculam no curso primário, apenas 600 mil terminam o curso. Metade da população brasileira é, oficialmente, analfabeta.

*A escola primária brasileira é, conseqüentemente, altamente antidemocrática – não tem procurado se estruturar considerando as diferentes classes sociais, não procura dissolvê-las e atender-lhes as diferentes possibilidades, situações e condições; antes, a generalidade se faz por cima, a escolha se estrutura para servir à classe médio-burguesa, para a manutenção dos seus privilégios. Isto se torna evidente porque esta escola só pode atender àqueles cujo *status* social permita frequentá-las sem maiores sacrifícios econômicos; porque o que se ensina nesta escola se programa e estrutura em função de uma classe dominante, conforme seus interesses e para servir à suas aspirações socioeconômicas e culturais; porque, pretendendo generalizar, fornece apenas à classe dominante um instrumental – o de utilizá-la para permanecer classe dominante.*

Após a triagem forçada no curso primário e a marginalização de mais de 50% da população, não é surpreendente que encontremos no curso médio uma maioria esmagadora de representantes das classes dominantes e um mínimo de oportunidades se ofereça àqueles que provêm da classe operária e camponesa e mesmo de setores mais pobres da classe média.

No curso médio, o quadro é semelhante. A escola média é cara (em 1959, 85% dos estabelecimentos de ensino médio do País eram particulares), e os poderes públicos não a expandem e limitam-se a atender a alguns em seus estabelecimentos padrão, deixando o resto a pagar escola; o curso secundário comercializado e forjado para servir a uma minoria dominante instala-se de um modo mais precário para atender a demanda existente. O ensino enciclopédico, pseudo-informativo, não integra o homem na sociedade, em seu momento histórico.

No Brasil, apenas 4% dos maiores de 19 anos têm curso médio completo; se analisarmos o que representam 1,3 milhão de estudantes matriculados no ensino médio brasileiro para uma população de 70 milhões; e 15 milhões de crianças em idade escolar,

chegaremos à conclusão da necessidade premente de reformulação de nossa política educacional no sentido de democratizar o ensino brasileiro.

Cúpula de sistema educacional deste tipo, a *universidade* tem se constituído obstáculo imenso à revolução brasileira e à própria reformulação do sistema educacional que a antecede. A universidade brasileira passou a ser, antes de tudo, a instituição fundamentalmente mantenedora do *status quo*, quando deve e tem de ser o fator propulsor e impulsor de nossa revolução; tem, no entanto, refletido unilateralmente a situação brasileira, e, deixando de servir ao povo, tem servido a um grupo.

O vestibular implica uma barreira a ser vencida, não por todos os que querem chegar a um estágio cultural superior, mas uma barreira somente transponível por aqueles que podem pagar “cursinhos”, que não precisam trabalhar para se sustentar, que podem comprar livros e morar na capital, que têm as relações e privilégios de classe dominantes, agravando-se o fato nas regiões do País de estrutura econômica mais falha, onde a assistência ao estudante não permite tal promoção.

Em nossos dias, porém, as transformações socioeconômicas têm se processado de forma bastante rápida, e a universidade não pode mais deixar de estar integrada na sociedade e no meio que a criou e de para este meio se voltar; de se fazer estrutural e pedagogicamente flexível para acompanhar e dirigir as transformações – *terá de democratizar-se, do ponto de vista da sociedade e da comunidade de trabalho.*

Ocorre que a universidade não tem se constituído em instituição acessível à grande massa populacional (que, em verdade, a mantém e financia); funciona para conservação de uma elite socioeconômica e, para isto, se faz estática. Universidade e sociedade devem se interpenetrar e interinfluir; entre nós, a sociedade classista e deformada contém uma universidade igualmente mutilada. Reciprocamente, esta universidade para um grupo é infiel às suas responsabilidades históricas, incapaz de se

autossuperar, insensível à autocrítica, vedada à evolução e, portanto, à dinamização.

B) UNILATERALISMO CURRICULAR

O *unilateralismo curricular*, o *desvio de verbas*, o *compromisso de certas instituições com o Departamento de Estado* e a *discriminação político-ideológica* corroem cada vez mais o ensino brasileiro, sabotando a formação de profissionais autênticos, dentro de um contexto global de exploração capitalista, deixando o Brasil num caos político, social, econômico e cultural.

Nossos técnicos são levados a trabalhar em empresas estrangeiras por não existir no Brasil campo para a aplicação de seu “alto nível técnico”. Os monopólios estrangeiros têm todo o empenho em formar profissionais afastados das necessidades do povo.

Nessa atual situação, o Brasil precisa cada vez mais de profissionais que resolvam os nossos problemas mais prementes, uma vez que, ainda, não estamos em fase tão adiantada do capitalismo, que exija técnicos altamente especializados. Outra forma antidemocrática que se verifica na universidade é a *discriminação político-ideológica* que se verifica em nosso sistema educacional classista e oligárquico.

As universidades não permitem que as opiniões discordantes da sua se façam manifestar, impedindo assim o diálogo criador e o entrosamento de opiniões com que só poderiam lucrar.

Reflexo de tais influências é o nosso *unilateralismo curricular* acentuado, a ausência de possibilidade de serem apresentadas as diversas concepções da natureza, da sociedade, do homem etc. A maneira como são apresentadas as matérias fortalece a ideologia da classe dominante, pois currículos e programas são elaborados por essa mesma classe.

Na medida em que nós pugnamos por um humanismo total, a escola é direito de todos. A educação não pode se constituir

em privilégio, seja ele baseada em que critério for. Necessariamente democrática, deve respeitar e apresentar o pluralismo ideológico e cultural.

Ao *estudante brasileiro* se impõe a consciência de sua situação, de suas possibilidades de atuação. Deve firmar sua posição de compromissado com a problemática nacional e com as massas trabalhadoras e aí colocar o ponto de partida para a reforma. Deve estar atento para não se deixar mistificar pelas simples reformas aparentemente democratizantes e, na realidade, tentativas dos mesmos grupos que a dirigem de atenuar a sua ausência e de resolver pela metade problemas que têm de ser resolvidos globalmente. Estas experiências devem ser aproveitadas, mas a reforma universitária significa muito mais. A reforma universitária é ainda um momento de transformação global da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a reforma universitária significa um esforço, uma luta no sentido de uma dinamização da universidade, visando integrá-la no atual processo histórico e torná-la, em decorrência desta dinamização pela participação, o centro cultural e intelectual atuante por excelência no desenvolvimento nacional. Somente integrada dialeticamente no processo histórico é que a universidade poderá ser dirigida e dirigir este mesmo processo. Assim, integrada, a análise do processo fornecerá os elementos para solucionar os problemas daí decorrentes. Toda uma pedagogia nova se imporá e o ensino, ligado a uma nova problemática, deverá pautar-se objetivamente pelo trabalho a ser realizado, em função de situações socioeconômicas culturais.

Colocada a universidade nestes termos, ela abandonará o ensino livresco e acadêmico para buscar o trabalho de aperfeiçoamento, especialização, pesquisa e análise, extensiva e intensiva, adaptada a condições reais, universal, embora sempre partindo para um contexto autenticamente brasileiro. *Democrática, a universidade deve possibilitar a todos uma oportunidade de participação ativa.* Para isso, deve-se ampliar a atuação da universidade nos problemas comunitários e sua consequente colaboração estreita na resolução dos problemas populares; deverá

atuar insistentemente junto às massas trabalhadoras, operárias e camponesas, procurando despertar-lhes a consciência de seus direitos, a consciência da amplitude e extensão de suas possibilidades coletivas e individuais, desenvolvendo-se e estimulando-se, sem discriminações ideológicas e preocupações eleitoreiras. Fazer-se instrumento na luta contra o subdesenvolvimento, na promoção das classes menos favorecidas, e desenvolver sua produção cultural e intelectual como reflexo dos problemas nacionais e como meios também de sua efetiva resolução.

C) DUAS REDES DE ENSINO

As escolas brasileiras dividem-se em duas categorias: públicas e privadas.

As escolas privadas

O Estado subvenciona as escolas particulares, dotando-lhes de verbas polpudas para sua manutenção e ampliação; entretanto, apesar do apoio estatal, retirado do povo brasileiro, estas escolas fazem discriminações e mantêm um caráter seletivo que impede o ingresso daqueles menos favorecidos. Em grande parte orientadas pelos interessados na manutenção do atual sistema social, estas escolas tornam-se um quisto social e fator de alienação da realidade nacional de uma maneira mais acentuada do que as escolas públicas.

As escolas públicas

As escolas públicas, dando o ensino gratuito, permitem maiores possibilidades de ensino à massa popular. A escola pública é mais democrática do que a privada, no sentido de que permite a convivência, embora precária, de várias opiniões e ideologias; entretanto, a verba de origem institucional destinada à sua ampliação e manutenção não é satisfatória, e, além disso, sofre ainda o desvio para subvenção das escolas particulares.

Infelizmente, o ensino público também limita a entrada das massas populares pelo tipo de ensino que ministra, em contradição com as necessidades reais dessas massas.

Diante desses fatos concretos, torna-se necessário que, a partir de uma definição da política educacional brasileira:

1) seja impedido o Estado de manter compromisso de subvenção das escolas privadas. Aquelas que não têm capacidade para manter um padrão razoável de ensino, dependendo continuamente da concessão de verbas, devem ser transformadas em escolas públicas;

2) transformar as escolas públicas em escolas a serviço da massa popular nas quais exista realmente a liberdade de cátedra;

3) pluralidade de ensino, inclusive o ensino convencional, dentro de um planejamento geral da educação que procure atender as atuais necessidades de desenvolvimento do País;

4) planificação do ensino superior.

O movimento estudantil brasileiro sente a necessidade imperiosa da planificação do ensino. É preciso que o estudante seja colocado desde o início de seu estudo diante do painel brasileiro, com o qual ele está comprometido, como cidadão privilegiado, dentro de uma população de 52% de analfabetos que vivem na condição de alienados. Uma reforma universitária, que possibilite a abertura de uma nova perspectiva ao estudante e à massa, deverá ser feita em duas dimensões: uma, *horizontal*, estendendo-se democraticamente a todos os indivíduos sem discriminações de qualquer espécie; outra, *vertical*, abrangendo o indivíduo em todas as suas idades e dimensões, dando-lhe desde cedo uma visão ampla da realidade brasileira e descolocando a universidade da situação de patamar do ensino em que se encontra atualmente. Colocamos aqui o problema de reestruturação profissional numa ordem de prioridade de acordo com as exigências do desenvolvimento. O *planejamento de ensino* atenderá às necessidades da realidade brasileira na medida em

que a *socialização das profissões se fizer dentro de uma perspectiva da classe dominada*. Para tal, exige-se um preparo crítico que dê ao estudante uma visão profissional despida do caráter de comercialização. A personalidade histórica de um povo se constitui quando ele é elevado à aquisição de uma consciência crítica e à percepção dos fatores que o determinam.

Responsável pelo desenvolvimento de sua rede escolar superior, o Estado deverá dirigir todos os seus esforços no sentido de ampliá-la, obedecendo rigorosamente a um planejamento global que atenda às necessidades e às condições nacionais e regionais. É evidente que tal planejamento terá de fornecer à universidade brasileira uma diretriz única e possibilitar-lhe uma autêntica e eficiente autonomia dentro do condicionamento, é óbvio, de suas missões e de seu funcionamento.

A não observância de um planejamento global implicará a criação de faculdades que não atendam às necessidades locais do meio social do qual deveria ser o reflexo. Vemos o proliferar de faculdades atendendo ao jogo político ou a interesses de grupos desvinculados da problemática social do País e divorciada das reais necessidades da massa. É nosso pensamento que devemos lutar contra a proliferação desordenada de faculdades:

1) exigindo que os órgãos competentes planifiquem a instalação de escolas superiores;

2) exigindo a participação de estudantes na elaboração desta planificação. Esta participação visaria à transformação da universidade e da sociedade.

Neste sentido, devemos buscar uma fórmula que possibilite que as decisões do II SNRU possam ser assimiladas por todos os estudantes brasileiros. Não perder de vista o meio onde deve ser travada a batalha de modo que as outras modificações propostas pela reforma universitária sejam também levadas pela universidade.

Levar o interesse do meio estudantil aos fins mediatos atingindo-os pelos imediatos. Só através dos problemas concretos é

que a massa universitária poderá compreender as necessidades das transformações que devem ser processadas dentro e fora do âmbito da universidade.

3 – DO PONTO DE VISTA ESTRUTURAL

Entendida como uma das reformas necessárias no processo de transformação total da nossa sociedade, a reforma universitária apresenta aspectos que exigem uma atenção mais imediata, internos à própria estrutura das universidades, que sedimentam e favorecem seu alheamento do meio brasileiro.

A perspectiva mais justa da reforma universitária é aquela em que, considerando-se a necessidade da transformação total da sociedade e não podendo permanecer numa atitude de expectativa, parte desde já para o atendimento dos problemas inerentes à própria estrutura da universidade – não os tomando como fundamentais, mas como imediatos, dentro de uma visão mais ampla e global que é a própria superação do estado vigente.

Consideramos a universidade falha na sua organização estrutural. Apontamos como fundamentais os seguintes aspectos a serem analisados:

- 1) a estrutura da universidade não é adaptada às necessidades do estudante brasileiro;
- 2) não permite a formação de técnicos e profissionais para o Brasil, por não dispor de material e quadros técnicos que atendam a essa formação;
- 3) sua constituição em faculdades isoladas, impedindo o verdadeiro espírito universitário;
- 4) a não participação do aluno no governo da universidade;
- 5) o sistema de ensino falho no seu currículo e não adaptado às necessidades regionais.

Estes e outros fatores nos levam a denunciar a estrutura das universidades brasileiras e a propor como básicas as nossas reivindicações.

A) DA ESTRUTURA PROPRIAMENTE DITA DA UNIVERSIDADE

Autonomia universitária

A autonomia que se concede às universidades é a de órgãos descentralizados da administração pública que, sem poder legislar para si próprios, possuem bastante liberdade para não consultar a cada passo o poder hierárquico superior.

Considerando:

1) que se deve dar às universidades mobilidade legal para resolverem em tempo e de acordo com os interesses do ensino os seus problemas, visualizando a reforma como um processo de contínua adequação da universidade à realidade socioeconômica;

2) que se deve possibilitar à universidade atender às novas exigências sociais e impedir interferências estranhas de grupos políticos e econômicos;

3) que se deve libertar a universidade dos “modelos” pseudamente nacionais, para que ela possa responder à carência dos mercados de trabalho de regiões diversas;

4) e que, não se podendo entender a reforma universitária senão como um processo global de contínuas modificações de estrutura e mentalidade, entendemos que conceder autonomia à universidade sem um planejamento de reforma é consolidar mais ainda sua situação de feudo, é dar-lhe raízes para que permaneça reacionária, conservadora, oligárquica.

Reformar a universidade sem lhe dar o grau de autonomia por nós reivindicado é frustrar o processo iniciado, de contínuas mudanças; é impedir o prosseguimento do movimento.

Fatores que condicionam a autonomia

A flexibilidade que reivindicamos para a universidade não pode ser absoluta, porque ela é uma comunidade essencialmente vinculada à sociedade, dela dependendo a sua existência e para a qual deve devolver os elementos para renovação dessa mesma sociedade. Por isso, o *meio social* condiciona a autonomia universitária – esta só será válida enquanto atender às exigências desse meio; pois, se tal não se verificar, cairá a universidade num extremo oposto, alienando-se da realidade vigente. Logo, a elaboração dos currículos mínimos pelo Conselho Federal de Educação (CFE) deve assegurar a integração permanente da universidade à realidade, a fim de salvaguardar por lei as características definidoras dos cursos e profissões na perspectiva do Brasil.

Posto que a universidade deve atender ao homem, a sistematização da educação será orientada enquanto permita sua libertação dos fatores que o condicionam, levando-o a uma inserção histórica. Porquanto, se a autonomia não vier atender a essa dimensão, será falha.

Autonomia no texto da lei

Em termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vemos assegurada, no artigo 80, a “autonomia administrativa, didática, financeira e disciplinar a ser exercida na forma de seus estatutos”. Apesar disso, pouco depois, o artigo 84 traça uma limitação não só nos setores de exercício da autonomia, mas nela mesma, concedendo ao CFE o poder de suspender, por tempo indeterminado, a autonomia de qualquer universidade por infração da referida lei ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando o reitor *pro tempore*. Este artigo coloca nas mãos do CFE o poder de exercer, através de um “interventor”, a direção da comunidade universitária – direito por nós reconhecido aos seus membros.

O artigo 80, na atual lei, garante a autonomia. Melhor redação possuía o projeto anterior (1960), que não colocava a auto-

nomia da universidade pendente de seus próprios estatutos. Em nosso entender, isso é uma inversão – os estatutos é que devem estar pautados numa lei e no princípio de autonomia, e nunca o princípio compreendido, limitado, e talvez até deturpado, dentro dos estatutos das universidades.

Além dos artigos já citados, temos o artigo 81: “as universidades serão constituídas sob a forma de autarquias, fundações ou associações. A inscrição do ato constitutivo das pessoas jurídicas será precedida de autorização por decreto do governo federal ou estadual”. Para interpretar tal artigo, recorramos aos conceitos de autarquia e fundação.

Autarquia – “entidades consideradas autárquicas na lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, incluem as pessoas jurídicas especialmente constituídas por lei para execução de serviço de interesse público ou social por tributo de qualquer natureza ou por recursos oriundos do tesouro”. Segundo Pontes de Miranda: “autarquia = paraestatalidade + autonomia”.

Fundação – “no direito brasileiro, o ato criador da fundação é autorizado de forma geral por disposição normativa e acarreta um sujeito de direito, que se liberta definitivamente do fundador em virtude de irrevogabilidade do negócio funcional. Por outro lado, a lei que instituir a fundação deverá preservar-lhe a privativa administração dos fundos providos do Estado”.

Como vemos, o regime de fundação e autarquia tende a garantir, pelo menos financeiramente, bastante autonomia às universidades. A Lei de Diretrizes e Bases amplia de algum modo a autonomia universitária, sendo, contudo, às vezes, confusa e dúbia. No que tange à autonomia, assim como em outros pontos, transfere sutilmente o problema para os estatutos das universidades, o que nos leva às seguintes reivindicações.

Quanto à autonomia administrativa

É necessário todo o cuidado na reivindicação da autonomia administrativa, pois, a par das vantagens que traz, pode facil-

mente transformar-se em elemento de discriminação dentro da universidade, que passa a ser a autoridade máxima no julgamento dos problemas surgidos na esfera da administração, tais como: julgamento de penalidades aplicadas a alunos por qualquer motivo, contratação de funcionários e professores que julgar necessários etc.

Em relação ao problema de indicação de reitor mediante lista triplíce, para aprovação ou escolha pelo governo, nas universidades oficiais, rejeitamos tal proposta (artigo 80, parágrafo 2, letra b), pois deve ser a congregação, formada de professores, alunos e profissionais, que elegerá o reitor a ser nomeado pelo presidente. Além do mais, o reitor não deverá ser conduzido por mais de uma vez quanto à autonomia didática.

A Lei de Diretrizes e Bases dá ao CFE a incumbência de fixar os currículos mínimos dos cursos. Na medida em que tal currículo corresponda às matérias básicas e essenciais, teremos vitoriosas as reivindicações feitas a esse respeito na *Carta da Bahia*, que pedia a supressão de matérias que não fossem definidoras dos cursos.

A autonomia didática só será válida enquanto mantiver um currículo totalmente voltado para a realidade brasileira – pois a verdadeira autonomia é a que possibilita a adaptação dos currículos às necessidades do País e das diferentes regiões.

Deve-se dar ênfase às experiências pedagógicas que representam um esforço na criação de uma escola nova para a resolução de nossos problemas.

Quanto à autonomia financeira

Tal autonomia deve evitar toda e qualquer possibilidade de má inversão do dinheiro público, que acarreta empreguismos e outras distorções. Para tal, a universidade deve obrigar-se à:

- 1) pública prestação anual de contas às fontes mantenedoras;

- 2) criação dos fundos próprios de manutenção;
- 3) aplicação do princípio de dotação global.

Órgãos diretores da universidade – cogoverno

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, distinguimos na universidade:

1) *órgãos de função administrativa* – órgãos coordenadores dos serviços escolares, Conselho Diretor etc.;

2) *órgãos de função deliberativa* – têm por objeto planejar um trabalho a ser executado pela universidade. São eles o Conselho Universitário, Congregação, Conselho Departamental (em substituição do atual CTA [Conselho Técnico-Administrativo]).

Contudo, os órgãos encarregados da direção de nossas universidades em grande parte desconhecem suas finalidades, não conseguindo imprimir a direção mais acertada num rumo concreto – decorrendo daí as seguintes falhas:

- 1) preocupação excessiva com exterioridades;
- 2) prédios luxuosos;
- 3) desentrosamento de faculdades;
- 4) comprometimento da cúpula da universidade com o estado vigente;
- 5) colonialismo cultural, com patrocínio de atividades alienadas à realidade local;
- 6) as reeleições frequentes de reitores e diretores personificam as instituições universitárias, mantendo-se a característica oligárquica de nossa universidade;
- 7) a não publicidade dos atos universitários esconde muitas vezes manobras secretas.

REIVINDICAÇÕES: como de importância fundamental para o atendimento da democratização universitária, a regulamenta-

ção da participação do estudante na direção das universidades, efetivando objetivamente sua influência nas deliberações e posições por estas assumidas. O estudante, membro integrante da universidade, tem esse direito garantido por lei (artigo 78). Tendo em vista a tendência de nossa universidade de refletir a mentalidade liberal-burguesa, que a impede de estar voltada para os problemas mais cruciantes da sociedade, coloca-se o estudante como o agente principal nessa transformação.

Quanto à participação de ex-alunos, é necessária à vivificação da comunidade universitária pelo fato de trazerem eles informações práticas para os problemas que se colocam na universidade.

A *palavra de ordem* quanto ao problema do governo da universidade é que a composição dos órgãos deliberativos, isto é, todos aqueles que levam (ou podem levar) a universidade ao cumprimento de suas funções, deve ser feita com membros do corpo docente, do corpo discente e ex-alunos. Quanto ao corpo discente, propomos a representação de um terço sobre o total de membros com direito a voto, componente dos órgãos de direção da universidade. A participação dos estudantes, dentro de uma perspectiva tática, deve dar preferência ao presidente do DCE, aos presidentes dos DAs, aos representantes de cursos e de turmas.

A participação dos ex-alunos será exigida na medida em que estes participam na vida universitária. Deve-se, imediatamente, fixar o *status* e a participação que poderão ter os pesquisadores (uma característica da universidade nova).

CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Constatam-se na atual universidade brasileira duas aberrações que a deformam:

- 1) sua origem, na maioria, é resultado da reunião nominal de escolas preexistentes que, embora congregadas, permanecem estanques;

2) a existência de faculdades autônomas não filiadas a qualquer universidade. Estas faculdades apresentam o problema da não integração social e humana, trazendo ao estudante a limitação na liberdade de escolha da própria profissão.

Acrescentam-se a isso falhas inumeráveis de estrutura e funcionamento das nossas universidades. Assim, a distribuição de verbas para cada faculdade e dentro de cada faculdade, para os diversos misteres, tem sido injusta e fracionária. As universidades não dão margem ao desenvolvimento de pesquisas que devem ser realizadas por alunos e professores, a não ser quando existe interesse econômico. A cátedra vitalícia, que corta ao aluno o direito de ter professores atualizados e que possam ser renovados, impossibilita a renovação segundo o justo critério. A universidade brasileira mal se dedica à formação profissional do estudante e menos ainda se preocupa em fundamentar os princípios que ele possui e segundo os quais deve viver. Isso porque não há verdadeira integração do estudante nos problemas específicos de sua profissão. A universidade brasileira não corresponde às necessidades do nosso país, por não atingir sua finalidade essencial nem usar os meios de direito para atingi-la.

Colocamos como um dos passos mais avançados para a solução atual destes problemas o sistema de INSTITUTOS E DEPARTAMENTOS – que deverá alcançar pleno dinamismo quanto estiver vigorando, na sua totalidade, o esquema de reforma universitária.

O INSTITUTO DIANTE DESSES PROBLEMAS

A criação de institutos e departamentos virá solucionar os problemas acima enumerados:

Problema financeiro – sendo a universidade um aglomerado de faculdades e possuindo cadeiras em comum, é inconcebível que não exista um modo de englobar tais cadeiras. O instituto viria facilitar, centralizar o ensino da cadeira, combatendo ainda o pesado ônus que o seu funcionamento nas diversas faculda-

des traz para a universidade. O instituto abrangeria a mesma cadeira das diversas faculdades, facilitando inclusive a burocracia, evitando dispersão de verbas.

Conscientização do espírito universitário – dado o funcionamento autônomo das faculdades, nada havendo em comum na sua vida, os estudantes têm atualmente pouca ou nenhuma consciência de seus problemas globais, e o espírito universitário, que entre eles deveria reinar, torna-se, pelo pouco contato que têm, ausente de sua vida. Da facilidade de contato entre os estudantes das diversas faculdades que os institutos viriam proporcionar resultaria a necessária conscientização e formação do espírito universitário de que tanto carecem nossas universidades.

Pesquisas – um instituto que englobe o maior número de estudantes e professores, pelo contato que irão ter, exigirá de ambos maior aprofundamento da matéria que lhes interessa, e um espírito de pesquisa que nossas universidades atualmente não proporcionam, tornando o estudante um simples repetidor de uma cultura importada. Esse espírito de pesquisa teria sua repercussão na adaptação da universidade ao meio, facilitando sua regionalização.

Cátedra vitalícia – não havendo possibilidade de um cate-drático apenas reger a cadeira de todas as faculdades, representadas nos institutos, este decretaria o desaparecimento da cátedra vitalícia.

Institutos são, pois, órgãos de estudo e pesquisa que proporcionam aos estudantes que por eles passam um aprofundamento cultural e científico por meio de pesquisas que os levam à posição de verdadeiros profissionais, integrados no contexto da realidade profissional. Seu funcionamento se faz na base de divisões que se chamam departamentos. Neles se reúnem alunos, professores e pesquisadores responsáveis pelas atividades de estudo em cada ramo das diferentes unidades básicas da universidade. Os diversos ramos de tais unidades constam dos seguintes cursos:

- cursos de matérias básicas profissionais;
- cursos de bacharelado em qualquer das disciplinas de seu departamento;
- cursos para pós-graduados, tanto para doutorado quanto para especialização profissional;
- aperfeiçoamento ou extensão universitária – aberta ao povo.

Podemos citar como exemplo de funcionamento o instituto de ciências sociais. Neste instituto, que deverá ter no mínimo a duração de um terço do curso integral, o estudante deveria ter uma visão global histórica da ciência social como um todo. Depois desse período e munido de uma visão conjunta e global da totalidade da sociedade e da ciência que a interpreta para transformá-la ou mantê-la, o estudante poderá escolher aquele ramo específico da totalidade do conhecimento social.

A mesma estruturação deve ser observada no caso das ciências naturais, físicas, matemáticas e biológicas, que devem ter seus próprios institutos centrais onde estão inseridas as várias especialidades, tais como engenharia (civil, geológica, eletrônica, sanitária etc.) e a medicina (odontológica, farmacêutica etc.). Os estudantes interessados em ciência natural deverão escolher entre os dois institutos e, só depois, munidos de uma visão geral de cultura, escolher a sua especialidade. Tal estruturação não pode ser feita *a priori*, e vai depender das demandas sociais e dos caminhos e peripécias da revolução brasileira.

Outro ponto a ser salientado é o da *relação dos diversos institutos*. O estudioso de ciências naturais tem que possuir uma visão geral da história e da sociedade, a fim de que saiba localizar concretamente a sua especialidade, ter uma visão correta da história social e das ciências e, acima de tudo, saber como servir ao social, mais particularmente a determinadas classes sociais espoliadas e a toda a sociedade. Também o estudioso de ciências sociais deveria possuir uma visão do papel das ciências

naturais na evolução da história. Enfim, dever-se-ia estabelecer, obrigatoriamente, um curso de ciências sociais no primeiro estágio dos institutos centrais de física, matemática e geologia, e, talvez, um curso de história das ciências naturais no instituto de ciências humanas. Os seminários e conferências poderiam desempenhar importante papel no intercâmbio de experiências e conhecimento.

Visto que são graves os problemas que atormentam o nosso povo, no contexto da realidade atual; visto que é necessária uma transformação radical das estruturas, que seria a revolução brasileira; visto que a reforma universitária seria um dos passos decisivos em sua direção, colocamos como condição imediata, na análise da estrutura da universidade, a criação de institutos que satisfaçam as exigências da realidade do país subdesenvolvido que somos, possibilitando uma formação teórica, técnica e profissional voltada totalmente para essa realidade. Aliar indissolivelmente o ensino à pesquisa, possibilitando a formação de profissionais que tenham uma mentalidade de investigação científica.

Colégio universitário – o problema do colégio universitário, ainda pendente de regulamentação pelo CFE, requer algumas considerações críticas, a que nos propomos. O colégio universitário pretende ser uma vinculação da universidade e do 2º ciclo, possibilitando aos neouniversitários a homogeneização em um nível mínimo de conhecimentos que a vida universitária exige, possibilitando uma integração mais completa na nova realidade que se lhes propõe. Tal ideia não é má, porém, o estudante que vem seguindo uma triagem de estudo alienado, desde o primário, encontrará, no colégio universitário, um apoio à sua visão distorcida do painel brasileiro.

Aproveitando, porém, a criação, já levada a efeito, de colégios universitários, necessário se faz colocá-la numa real perspectiva de reforma universitária. Os alunos devem ter seu ingresso, no colégio universitário, precedido de uma orientação psicológico-vocacional.

O aluno se encaminhará para os três grandes ramos do colégio universitário:

1) social-humanista: comportando ciências sociais e humanas – sociologia, economia, psicologia, filosofia etc.; ciências sociais relacionadas diretamente com o homem – medicina, enfermagem etc.;

2) técnico – relacionando os diferentes ramos de engenharia e demais profissões técnicas;

3) educacional – voltado para os problemas especificamente educacionais: pedagogia etc.

O colégio universitário atenderia aos anseios da massa na medida em que, obedecendo a rigoroso planejamento, procurasse dar ao aluno que nele ingressa uma visão geral das profissões, dentro de uma perspectiva mundial e brasileira, permitindo uma escolha consciente, voltada para a comunidade e não para si mesmo. Se não conseguirmos imprimir no colégio universitário tal sentido, ele será mais um instrumento da classe dominante, a serviço da formação de seus quadros e de seus esquemas de dominação, logo, fonte segura de sua autorreprodução.

Faculdades – são órgãos dentro da universidade que têm por finalidade:

1) receber alunos, preparando-os em cursos introdutórios que permitam situar-lhes a profissão, integrada no organismo da sociedade;

2) ministrar a esses alunos, já integrados na visão global da ciência a que se vão dedicar, o treinamento especializado, tendo em vista o exercício da profissão. Esse treinamento profissional será distribuído por meio dos departamentos de que se compõe a faculdade;

3) formar pesquisadores, dedicados de maneira mais integrada no seu ramos de ensino (profissão) e pesquisa aplicada;

4) conferir, ao término dos estudos, um diploma, exigido pela lei, após a conclusão de cursos ministrados tanto nos institutos quanto na própria faculdade;

Órgãos anexos – órgãos vários, de caráter prático, que se encarregam de auxiliar, articular e informar os membros da universidade, dentro da sua atividade específica de estudo, e, mais amplamente, no sentido de uma cultura geral e atual. Tais órgãos funcionam como intermediários entre a universidade e o povo, tanto recebendo dados, informações e noticiários, publicações e material proveniente de uma experiência profissional, quanto levando para fora da universidade o que ela tem para dar neste sentido. Tais órgãos seriam:

- 1) biblioteca central;
- 2) emissora universitária;
- 3) imprensa universitária;
- 4) centro de cultura artística e outros.

Cidade universitária –

a) da necessidade – concebemos a cidade universitária como um instrumento de melhor alcance de concretização de uma verdadeira “comunidade universitária”, porque possibilita a maior aproximação entre seus componentes. Convém ressaltar que se compreende uma comunidade universitária integrada na sociedade de maneira que ela se situe nos problemas da sociedade, dando-lhe condições de promoção.

b) da crítica – é fundamentados nessa concepção – que julgamos certa – que apresentamos críticas à maneira de se organizar as cidades universitárias do Brasil, sendo nossas principais preocupações:

- 1) suntuosidade dos prédios;
- 2) desumanização (isolamento dos indivíduos entre si e deles com relação à sociedade, inadequada assistência ao estudante);

3) discriminação socioeconômica etc.

Refletem a mentalidade liberal-burguesa, impossibilitando a integração da universidade na sociedade nos referidos termos acima apontados, acarretando, também, essa mentalidade, as grandes desproporções entre as universidades no plano regional, desproporção esta acentuada pela deficiência político-financeira federal.

O ponto de partida para que a cidade universitária venha a se constituir como força de transformação social será a superação dessas deformações que sofre a universidade brasileira, principalmente as que se apresentam sob a forma de cidade universitária.

B) DO SISTEMA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO

Entendemos por um bom sistema de ensino aquele que proporciona ao aluno meios e condições ao trabalho de pesquisa, dotando-o dos instrumentos necessários à obtenção de novos conhecimentos, a fim de que possa por si chegar às conclusões teóricas, e até mesmo fazer novas contribuições. Isso acarretaria logicamente um aproveitamento maior, proveniente da troca de experiências entre professores e alunos. Essa perspectiva de participação nas aulas, de capacidade de elaboração, de criação própria que o universitário precisa adquirir não é decorrente apenas da orientação de bons professores, pois estes têm sua situação truncada por um sistema de ensino viciado. Viciado no sentido de uma predominância de bacharelismo, até nos cursos técnicos; de uma forma alienada da missão social; do absurdo de matérias desligadas entre si, que acarretam a falta de organização aos cursos ainda no sentido de acentuar falhas adquiridas nos cursos secundários.

Outro vício muito prejudicial é o da dispersão de material técnico e humano das diversas faculdades. Seria interessante, então, a ideia dos institutos, em que o aluno ingressaria e teria um curso básico. Mais tarde optaria por uma das especializa-

ções nas faculdades correspondentes, fazendo ainda aqui uso dos institutos, por meio de seus departamentos especializados. Isto acarretaria vantagens, como a concentração dos cursos técnicos, existência de mais completa convivência universitária, oportunidade de opção amadurecida no campo profissional e ainda elasticidade no atendimento de novas modalidades de trabalho.

Currículos e programas – os currículos, no atual sistema, têm uma grande desvantagem, que é a sua inflexibilidade. Isto os torna rapidamente desatualizados, fora da realidade e, além disso, não possibilita as adaptações regionais.

Principalmente em carreiras técnicas, vemos uma grande farsa, qual seja, a inexistência de cadeiras de estudos nacionais, bem como de ciências humanas e sociais, que conduzam ao conhecimento do homem e da sociedade.

Quanto ao aspecto profissional, vemos os currículos sem uma ligação direta com as necessidades sentidas na sociedade, alienando completamente a formação universitária de uma futura atuação no campo profissional. Daí a carência de profissionais competentes nos campos em que há maior necessidade. Ainda dentro do problema, seria cabível lembrar a dissociação existente entre as diversas cadeiras do curso, que assim dá a impressão de um amontoado de “cursinhos”, e não de uma preparação orgânica para uma atuação profissional.

Para que houvesse essa organicidade no curso, seria necessária uma hierarquia de matérias, um entrosamento entre elas.

Examinemos agora o caso dos programas. Apresentam-se geralmente desatualizados, sem adaptações regionais, longos demais, dificultando o aprendizado dos pontos mais importantes e, realmente, essenciais. Toma-se apenas um contato superficial com matérias básicas, enquanto se dá uma importância muito grande a matérias mais informativas e suplementares.

Feita a análise da realidade neste setor, passemos agora às conclusões práticas, encaminhando medidas que entendemos necessárias:

1) fazer com que currículos e programas sejam adequados à realidade nacional e regional;

2) adoção nos cursos técnicos de cadeiras de estudos, bem como de ciências humanas e sociais, para que não se dê a alienação do estudante em relação à realidade social, profissional, enfim, humana. Seria interessante ainda a adoção em caráter optativo de cursos de línguas, necessárias ao estudante (vide institutos);

3) maior interação entre as cadeiras, de forma a dar aos universitários cursos realmente orgânicos (vide institutos);

4) regulamentação dos cursos de pós-graduação;

5) racionalização dos programas, com a finalidade de torná-los mais funcionais e aproveitáveis, procurando colocá-los na devida posição com relação ao conjunto.

Vestibular – considerando que, devido às falhas gritantes em sua estrutura, o atual sistema de aproveitamento dos candidatos às escolas superiores realiza principalmente uma seleção socioeconômica, devemos lutar pela *supressão do vestibular*.

Necessário se faz dizer também que essa supressão precisaria ser acompanhada de diversas outras medidas para sua real integração no sistema de reforma que nos comprometemos a realizar. Assim: análise e orientação vocacional do aluno desde o curso médio, acompanhada de testes culturais. Além disso, uma tomada de conhecimento, do “vestibulando”, dos cursos existentes na escola que ele pretende cursar.

Para atingir o que acima propomos, faz-se *mister* uma série de medidas imediatas, como o estabelecimento de fato do colégio universitário em todas as universidades e escolas isoladas,

com a imprescindível participação de universitários na direção do mesmo, e no corpo docente, assegurando o comprometimento do colégio universitário com a realidade.

Sistema de promoção – assim como o vestibular, o sistema de promoção atual é bastante falho pelos seguintes motivos:

- 1) falta de incentivo à pesquisa;
- 2) ausência total de um trabalho continuado que possibilite ao estudante uma sedimentação da matéria estudada;
- 3) desvantagem na adoção do ano-série, porque agrava mais ainda a seleção socioeconômica;
- 4) influência muito grande de certos fatores, como: capacidade de memorização, estado emocional, sorte etc.

Assim, propomos:

- 1) sistema de promoção por matéria, levando em conta as precedências entre matérias afins;
- 2) supressão das provas parciais e elaboração de uma sistema de aprovação baseado em aferições periódicas dos conhecimentos e, principalmente, a sua capacidade de usá-los, por parte do aluno, para resolver problemas;
- 3) regulamentação do estágio – de forma a ser computado para a promoção.

Tempo integral –

- 1) é necessário o sistema de tempo integral para maior eficiência do ensino universitário;
- 2) é difícil a concretização de tal medida, devido a:
 - insuficiência dos recursos para a educação (devido à má distribuição de verbas e ao nosso subdesenvolvimento);
 - necessidade de subsistência dos professores, obrigados a exercer mais de uma profissão;

– necessidade de subsistência dos alunos, que os obriga a continuar trabalhando para prosseguir nos estudos.

Sugerimos que:

1) seja estabelecido o regime de tempo integral com remuneração condigna para os professores, uma vez que isto é dar maior importância para a eficiência do ensino;

2) que se encaminhe o mais rápido possível para o regime de tempo integral, suficientemente financiado, para os alunos, fazendo-se isto de forma a evitar que a universidade venha a se tornar mais antidemocrática, conciliando as necessidades de tempo integral com a melhor forma possível de sua utilização;

3) que os recursos para o regime de tempo integral venham de:

a) melhor aplicação dos recursos destinados ao ensino superior, evitando gastos supérfluos;

b) aumento das dotações globais para o ensino, diminuindo gastos menos necessários em outros setores, como os ministérios militares;

c) reposição, pelos formados, do dinheiro gasto com sua formação pelo governo, sob a forma de, por exemplo: serviços prestados ao governo, depois de formados em autarquias, recebendo um salário suficiente, dele retirada uma parcela com que amortizará a dívida;

d) entrega à universidade de serviços de que o governo necessite que permitam a remuneração a professores e alunos.

Contudo, o sistema de tempo integral só será totalmente válido numa sociedade desenvolvida, pois, em nossa sociedade, tende a formas de discriminação, como já vimos na análise da realidade brasileira e de suas implicações educacionais.

C) CORPO DOCENTE

Um dos problemas que mais preocupação nos causam é a falha na formação didática do professor universitário. É ponto pacífico a necessidade de uma avaliação de sua capacidade de transmissão, de conhecimento e de incentivo ao trabalho do aluno. Há ainda o problema da alienação do professor em relação aos problemas do corpo discente e da sociedade, o que o torna incapaz de orientá-lo em relação à sua missão social. Em vista desta realidade, é necessário que o professor se liberte de tal situação, mediante:

1) o estabelecimento do seguinte sistema da carreira de professor:

a) instrutor – com três subdivisões para permitir aumentos salariais automáticos por tempo de serviço, prevalecendo tal critério para todas as etapas da carreira do professor, bem como o ingresso e a promoção em cada um dos estágios, por concurso público de provas e títulos;

b) professor assistente;

c) professor associado;

d) professor titular, estágio em que adquire estabilidade.

2) promoção – deverá ser julgada de acordo com as condições de serviço e capacidade pedagógica e de realização profissional. Todo elemento que não conseguir satisfazer tais condições será afastado de sua função. As admissões e promoções dos docentes serão julgadas por uma comissão constituída de professores e alunos da própria universidade, indicados dentre os demais por suas qualidades morais notáveis ou por suas realizações no setor do ensino e da educação;

3) problema da estabilidade – será encaminhado mediante a ligação do professor à universidade e não à “sua cadeira”. Desta forma, não atendendo o professor às exigências de sua função, se-

rá transferido do setor, o que não terá um caráter de punição, e sim de melhor aproveitamento. Pelo que cumpre, desde logo, eliminar instituições retrógradas como a cátedra vitalícia.

D) PROBLEMA ASSISTENCIAL DO CORPO DISCENTE

Neste sentido, foi bastante esclarecedora a conclusão final do I Seminário Nacional de Assistência Universitária (fevereiro, na Guanabara), cumprindo aqui tão somente ressaltar os seguintes aspectos:

- 1) o caráter não paternalista que deve orientar a assistência ao estudante;
- 2) a criação na universidade de um setor de pesquisas e estudos que faria levantamentos por meio de testes vocacionais e psicotécnicos dos problemas socioeconômicos dos estudantes;
- 3) a necessidade de centralização administrativa, nas universidades, dos serviços assistenciais.

RELAÇÕES ENTRE CORPO DOCENTE E DISCENTE

As relações entre corpo docente e discente devem ser constantes e sob a forma de diálogo. Somente assim, haverá na comunidade universitária um verdadeiro espírito democrático, que deve regê-la. Neste sentido é que é válida a constituição de comissões de estudo para os diferentes problemas que afligem a universidade, principalmente quanto à participação partidária em todos os órgãos que a tal se proponham.

E) UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: VISÃO CRÍTICA

A Universidade de Brasília, criada recentemente, e cujo esquema tem merecido extensa publicidade, é apresentada como a iniciativa concretizadora da luta pela reforma universitária. Um

exame mais detido de sua estrutura leva-nos, no entanto, a conclusões menos otimistas sobre os resultados a que se propõe.

Inicialmente, a Universidade de Brasília pretende ser a fonte de uma nova elite educacional no País, enquanto toda a luta estudantil e popular pela reforma do ensino consiste, precisamente, na supressão do caráter aristocrático da educação brasileira.

Se é verdade que a inovação na estrutura e no funcionamento do ensino faz prever uma melhoria nas técnicas pedagógicas, por outro lado essa inovação é duplamente insensível às necessidades do desenvolvimento brasileiro:

1) pela importação, desprovida de visão crítica, do método e do conteúdo científicos tais como se configuram nos países já desenvolvidos;

2) pelo abandono das necessidades técnicas e científicas mais prementes no País, em benefício de um bacharelismo aperfeiçoado, com a enorme atenção conferida a cursos tradicionais, já existentes em larga escala, bem como a especialidades desprovidas de aplicação imediata na realidade.

Além disso, a preocupação com a popularização do ensino universitário, tanto no acesso quanto na formação dos cientistas e profissionais mais diretamente vinculados aos problemas das grandes massas, foi inteiramente abandonada. Seus propósitos deixam clara a preocupação exclusiva com as classes dominantes e suas aspirações.

O movimento universitário, em sua luta pela abertura das universidades às necessidades do povo, foi inteiramente ignorado na nova instituição educacional, não só pelo desprezo da visão teórica que propôs, como também pela imprevisão de sua presença nos órgãos diretores e na organização da Universidade de Brasília. Tal fato se vê claramente na Constituição de seus quadros de direção, por via antidemocrática e flagrantemente oposta às conclusões do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, consubstanciadas na *Carta da Bahia*.

A Universidade de Brasília surge, assim, apenas como instituição capaz de dar continuidade aos processos antidemocráticos da velha universidade, reunindo quadros docentes mais capazes para a ilustração da classe dominante. Ao contrário de revolucionar a educação tradicional brasileira, apenas a reafirma, contrapondo-se, em perigoso desafio, às lutas estudantis e populares do País.

III – SÍNTESE FINAL: ESQUEMA TÁTICO DE LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA

A) INSERÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA AO LADO DE OUTRAS REFORMAS DE BASE

Para estudar o problema do ensino brasileiro, é necessário situá-lo no seu contexto social, uma vez que é uma superestrutura. Assim, somente a partir de uma análise global da realidade brasileira é que se poderão perceber todas as implicações da educação com o restante do contexto.

A realidade brasileira, inserida num sistema capitalista, caracteriza-se por ser de um país periférico e subdesenvolvido. Tal subdesenvolvimento é fruto, principalmente, da exploração do imperialismo internacional, que, apropriando-se da mais-valia nacional e de nossas riquezas, se enriquece à custa de nossa pauperização.

Internamente, sofre o povo brasileiro a espoliação exercida pelas classes dominantes, seja ela latifundiária ou industrial. Esta situação espoliativa, fundada na exploração do homem pelo homem, baseando-se fundamentalmente no estatuto da propriedade privada dos meios de produção, gera os fatores determinantes da caótica situação do ensino nacional.

Ao estudarmos qualquer assunto que diga respeito à universidade, não podemos desvinculá-lo de toda uma realidade que, em última análise, determinará a realidade universitária.

Neste sentido, a reivindicação exigida pelos universitários brasileiros em relação à reforma universitária não se apresenta no cenário nacional como algo estanque, alheio ao contexto social.

Desde o início de nossa luta pela reforma universitária, sabíamos não ser possível alcançá-la integralmente, enquanto outras reformas básicas não fossem efetuadas. Este é o caso, atualmente, da reforma agrária que se apresenta, para o Brasil, como ponto essencial na luta contra o marasmo do subdesenvolvimento. Ao lado dela, outras reformas estruturais se fazem urgentes, como a reforma bancária, reforma urbana, reforma empresarial, reforma total do ensino brasileiro e outras tantas mais.

Porém, a constatação de que a reforma universitária não é onipotente por si mesma não nos deve levar a uma atitude de passividade ante a situação nacional. Mesmo porque, só alcançaremos a global reforma de estruturas necessária ao País na medida em que transformarmos todas estas reivindicações em frente de batalha para a vitória final.

A reforma universitária tem por fim transformar a estrutura universitária de tal maneira que a universidade se torne um baluarte na luta pela revolução brasileira e não um organismo que, além de anacrônico, está emperrando o desenvolvimento do Brasil.

Para que a visão de conjunto da reforma universitária não se perca, ao levarmos essa mensagem ao meio universitário e ao povo em geral, a configuração da aliança operário–estudantil–camponesa se apresenta como instrumento utilíssimo em nossa ação.

Tal aliança, que até então, na maioria das vezes, se apresentava como organismo estatístico, que pouco resultado objetivo alcançava, tem, na reforma universitária, a força mesma de sua dinamização interna.

A percepção de que a reforma universitária não se restringe somente à universidade, mas vai muito além dela, alcançando

toda a sociedade, fará com que o operário e o camponês se integrem em nossas reivindicações, pois, à medida que lutamos juntos pela reforma universitária, estaremos lutando também pelas outras Reformas de Base, que mais de perto lhes dizem respeito.

B) DEFINIÇÃO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

OBJETIVOS BÁSICOS

Na atual fase da luta pela reforma universitária no Brasil, não podemos deixar de encará-la sob dois aspectos:

1) o objetivo real de nossa luta é a superação do estado vigente, isto porque, com vistas ao social, a reforma universitária não se deteriora, e somente aí se realiza integralmente;

2) encarada dentro de suas perspectivas imediatas, encetando nossas lutas pela transformação da estrutura universitária, de modo que a universidade seja um elemento positivo no processo de desenvolvimento do Brasil.

A universidade brasileira não se apresenta somente como um órgão anacrônico e falido; não, ela é muito mais do que isso. Além de não atender nem às necessidades do desenvolvimento capitalista, por outro lado, numa ação de retorno, em relação à realidade social, é fator preponderante na manutenção de nosso *status quo*. Além de não promover o desenvolvimento da sociedade, é um dos fatores mais fortes que emperram este mesmo movimento.

Dentro disto, destaquemos os objetivos básicos da reforma universitária:

1) a reforma universitária pretende fazer com que a universidade seja para a sociedade o seu cérebro pensante, fornecedor constante de elementos para uma consciência crítica, em relação à realidade social, para que a universidade seja o centro propulsor da cultura, elaborada com os valores do próprio povo;

2) fazer com que a universidade dê, efetivamente, ao universitário uma visão global da sociedade em que se insere, não se limitando somente a uma visão parcial (e, ainda assim, falha) de sua profissão. O futuro profissional não seria somente uma peça em uma engrenagem montada, mas teria uma visão crítica de seu engajamento global.

3) democratizar o ensino, erradicando discriminações de qualquer espécie, elegendo um critério único para todas as seleções feitas na universidade: o de capacidade;

4) melhorar o nível profissional dos formados não só dentro de uma perspectiva técnica, mas também, de uma visão de responsabilidade social.

Resistências à concretização da reforma universitária

1) estrutura sociopolítica-econômica brasileira, subdesenvolvida, com todos os anacronismos que lhe são decorrentes, nos vários setores da vida nacional (bancário, urbano, agrário, educacional...);

2) verbas para a educação curtas e mal discriminadas, consequência, principalmente, de uma má política de distribuição de verbas;

3) cúpulas políticas profundamente marcadas pelo reacionarismo e pela política de interesse;

4) lei básica de ensino que ainda tem muitos pontos vitais a serem revistos, como o tratamento que dispensa às escolas públicas e privadas. Esta lei está comprometida com as atuais estruturas vigentes no País;

5) a Constituição brasileira em diversos artigos, como o que estabelece a vitaliciedade de cátedra;

6) estrutura das universidades e faculdades que são decorrência das leis superiores, que pela própria natureza se encontram superadas;

7) o estado de apolitização e mesmo indiferença política da maioria do povo;

8) a pouca politização de consideráveis parcelas do estudantado, pela formação que lhes é ministrada, sua procedência e, frequentemente, tendência burguesa;

9) os corpos docente e administrativo das faculdades, universidades, Ministério da Educação e Cultura, e demais órgãos educacionais, especialmente o Conselho Federal de Educação, que, com honrosas exceções, se caracterizam, devido a compromissos com as atuais estruturas, pela cultura alienada.

Alguém já bem classificou os docentes quanto ao comportamento frente à reforma universitária como adversários indiferentes, preocupados com reformas parciais ou melhoramentos de suas cadeiras.

C) ASPECTOS POLÍTICOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA (A LEI DE DIRETRIZES E BASES E POSSIBILIDADE DA REFORMA UNIVERSITÁRIA)

Na análise das relações entre a reforma universitária e a atual Lei de Diretrizes e Bases, devemos evitar duas posições extremadas e absolutas, e, por isso mesmo, unilaterais e falsas. A primeira consistiria numa preocupação “legalista”, isto é, não transcender, para objetivar a tática da reforma, o texto legal. Vitoriosa essa preocupação, não poderíamos jamais concretizar as nossas aspirações, uma vez que a lei referida não ultrapassa os quadros de uma política educacional arcaica e obstaculizadora de transformações estruturais.

A segunda posição seria a que, baseada neste caráter reacionário e freador da lei, negaria qualquer possibilidade de continuarmos trabalhando por modificações da estrutura do ensino (em particular, da universidade) enquanto vigora esta lei. Tal posição, negativista, nos conduziria, não obstante sua aparente radicalidade, a uma posição de passividade, impedindo que

se utilizassem certas medidas que a Lei, dado o seu ecletismo, deixa em aberto, como perspectiva para uma concretização de algumas partes da luta global pela reforma universitária.

Acreditamos, assim, ser dever de uma autêntica política da reforma universitária a visão, simultânea, de duas perspectivas frente à Lei de Diretrizes e Bases: em primeiro lugar, um aproveitamento tático das ambiguidades ou ecletismos que a referida lei apresenta, no sentido de conseguirmos certas modificações parciais da estrutura universitária, e que constituem momentos necessários, na luta pela transformação global; em segundo, uma luta sem trégua pela derrubada da lei, luta ligada a todo o processo de lutas pelas reformas de base necessárias à libertação nacional.

Cremos que esta primeira perspectiva não deva ser rígida e dogmática, por isso ela deve ater-se às condições concretas e momentâneas de nossa luta global. Não obstante, é possível desde já a colocação de alguns pontos que se inserem no conjunto das medidas imediatas, e sobre os quais a lei é suficientemente explícita. Serão levantados, pois, apenas os itens que mais de perto interessam ao movimento universitário, aproximadamente por ordem de importância:

1) Constituição do Conselho Federal de Educação e dos conselhos estaduais: os artigos 8º, 9º e 10º regulam a formação e as atribuições desses conselhos, não tendo sido aceita a participação dos representantes estudantis no CFE. Torna-se bastante difícil influir nas suas decisões, que abrangem todos os setores da educação nacional. O reconhecimento da faculdade, bem como a aprovação dos respectivos estatutos e relatórios anuais, estão a cargo do Conselho Federal, cuja constituição passa a ser assim decisiva para a orientação do problema educacional da nação. Em vista dessa situação, nos estados, sendo possível que as UEEs consigam representar-se, é necessário de qualquer forma manter sobre estes órgãos a maior vigilância, se possível através de uma representação permanente da UNE junto ao CFE e de cada UE junto ao conselho de seu estado.

2) Jubilação: a redação do artigo 18 é definitiva: “nos estabelecimentos oficiais do ensino médio e superior, será recusada a matrícula do aluno reprovado *mais de uma vez* em qualquer série ou conjunto de disciplinas”. Este item revoga todas as medidas anteriormente tomadas em diversas faculdades, estabelecendo uma regra única para todo o território nacional. Mereceria, sem dúvida, um trabalho especial capaz de alijar dos estabelecimentos de ensino aqueles que, *por qualquer razão*, forem reprovados. Contra ele estão unidos todos os estudantes, aos quais só resta um caminho: exigir que a regulamentação do artigo seja feita de tal forma que não se aplique aos casos em que intervêm condições extraescolares, como saúde, problemas sociais e econômicos, discriminações de qualquer ordem etc.

3) Representação do corpo discente nos órgãos de direção: é a seguinte a redação do artigo 7º: “O corpo discente terá representação, com direito a voto, nos Conselhos Universitários, nas Congregações e nos Conselhos Departamentais das Universidades e Escolas Superiores isoladas; na forma dos estatutos das referidas entidades”. Conferido aos alunos o direito de se representar nos diversos órgãos administrativos da universidade, resta a estes órgãos um recurso de que já estão em larga medida lançando mão: limitar esta participação às discussões e decisões que “digam respeito ao interesse dos alunos”, especificando nos estatutos quais as resoluções de que o representante do corpo discente não tomará parte. Trata-se de uma argumentação bastante falsa, uma vez que tudo o que se passa na universidade é do interesse dos estudantes. Devemos decidir se aceitaremos ou não esta participação assim condicionada, e, como na Universidade de São Paulo, apenas por meio do presidente do centro acadêmico. É natural que o aluno que ocupa essa posição tenha já suficientes encargos, podendo delegar a outros, como for de sua conveniência, o direito de representação. Sem dúvida, irão proximamente surgir, em várias faculdades, problemas em torno desse artigo, ao qual os órgãos administrativos procurarão, por todos os meios, não cumprir, ou cumpri-lo limitadamente.

4) Subvenção às escolas particulares: o artigo 93 estipula que os recursos oficiais para educação serão aplicados, *preferencial-*

mente, na manutenção e desenvolvimento do sistema público do ensino. Durante a campanha em defesa da escola pública, a proposta de se substituir a palavra “preferencialmente” por “exclusivamente” não foi aceita graças à pressão exercida pelo grupo dos proprietários de escolas particulares e confessionais, pois a forma definitiva do artigo deixa aberta a possibilidade de as escolas particulares serem subvencionadas. Não são raros os casos em que o protesto dos alunos contra os aumentos de taxas sirvam de justificativa para a subvenção do governo, proporcionando lucros e facilidades para as escolas privadas. Nos estabelecimentos de ensino superior, o alto custo de instalação e aparelhamento, que, na realidade, raramente chega a ser adquirido, serve de pretexto para que se aumentem as taxas ou sejam concedidas subvenções. Criam-se, assim, situações para as quais não há saída, agravando-se sempre, como é o caso da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

O artigo 95, que regulamenta a concessão dos auxílios e subvenções, traz, em seus parágrafos 2º e 3º, duas medidas positivas para as quais devemos exigir cumprimento:

§ 2º Os estabelecimentos particulares de ensino que receberem subvenção ou auxílio para sua manutenção ficam obrigados a conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres *no valor correspondente ao montante recebido*.

§ 3º Não será concedida subvenção ou funcionamento ao estabelecimento de ensino que, sob falso pretexto, recusar matrícula a alunos por motivos de raça, cor ou condição social.

Desde o aparecimento do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, estes artigos, destinados a satisfazer os interesses do sistema privado do ensino, foram vigorosamente combatidos pelos estudantes; apesar disto, foram aprovados, e os seus resultados nefastos logo irão surgindo, na medida em que forem utilizados. Caso nos organismos de administração, principalmente no Con-

selho Federal de Educação, exista a maioria de representantes das escolas particulares, serão ainda mais graves suas consequências e incalculável o prejuízo causado ao sistema público de ensino, resultando, finalmente, num retrocesso no processo de democratização do ensino, com repercussões no próprio desenvolvimento socioeconômico da nação.

5) Novos estatutos para as faculdades: o artigo 112 diz o seguinte: “as Universidades e os Estabelecimentos isolados de ensino superior deverão adaptar seus estatutos ou regimentos às normas da presente lei dentro de 180 dias a contar da publicação desta”. Isto quer dizer que até o dia 27 de junho de 1962 deverão as Universidades refazer seus estatutos, para o que deverão estar atentos os estudantes, reivindicando medidas que se aproximem dos objetivos propostos pelo nosso movimento. Qualquer conquista, por limitada que seja, tem importância, pois age como uma cunha, minando os alicerces da universidade arcaica, abrindo caminho para novas modificações. Quere-mos ainda chamar a atenção para alguns pontos, principalmente para o artigo 73, que admite o afastamento de professores que não compareceram a 25% das aulas, e o artigo que regula a formação de comissões de inquérito administrativo para apurar regularidades, ambos abrindo a possibilidade de novas lutas, já aqui com o apoio legal.

O exame, ainda que superficial, da lei máxima da educação nacional é suficiente para que se entrevejam as grandes e árduas batalhas que deverão travar proximamente os estudantes; levando-se em conta que as pressões serão mais difíceis de se exercer por causa da descentralização do poder, repartido agora entre o Conselho Federal de Educação, os conselhos estaduais e o Ministério de Educação, torna-se necessário, mais do que nunca, promover a coordenação dos esforços de todas as entidades estudantis do País, revelando as reivindicações comuns a todos os universitários, sob a palavra de ordem da reforma universitária.

Será pouco provável que novas conquistas sejam facilmente realizadas, a não ser que haja um fortalecimento. A planificação

de campanhas de âmbito estadual e nacional deverá substituir as lutas dispersas e isoladas, a fim de que seja possível conter a resistência e o esclerosamento das instituições e das mentalidades, agora consagrada em lei sensível do movimento estudantil, através da unificação e da atuação conjunta que, sob a direção da UNE, atinja as UEEs e, através destas, os DCEs e centros acadêmicos.

Os estudantes universitários não recuarão nem esmorecerão na luta, por mais adversas que sejam as circunstâncias, pois, estão convencidos de que, ao defenderem os seus interesses, estão, na realidade, defendendo os da nação brasileira.

ANEXO I – UNIVERSIDADES REGIONAIS

A) CONSIDERAÇÕES GERAIS

Temos aqui por finalidade apresentar diretrizes gerais para a integração da universidade às regiões.

A partir de uma análise sociopolítico-econômica da realidade brasileira no presente momento, podemos distinguir quatro regiões no País: Norte-Noroeste, Nordeste, Centro e Sul.

O objetivo deste estudo é o de marcar o tipo de universidade que convém a cada uma destas regiões.

B) PROPOSIÇÕES DO II SNRU

Considerando então:

- 1) que toda universidade, se autêntica, é regional;
- 2) que, pelo fato de o Brasil apresentar acentuada diversificação regional, impõe-se um planejamento regional para as universidades;

3) que, para responder às exigências regionais, é importante a esquematização de um método para a adequação da universidade a cada uma das regiões supra mencionadas;

4) que o conhecimento da realidade regional, nacional e mundial em que se vai integrar a universidade é outro polo cujo conhecimento é necessário para que o processo de integração seja bem conduzido;

5) que o levantamento dos pontos de estrangulamento das regiões nos conduzirá a um planejamento que procure atender às necessidades mediatas e imediatas do homem integral e da sociedade;

6) que é indispensável o conhecimento dos recursos da universidade: materiais, financeiros e humanos, para fazer frente à problemática regional;

7) que é necessário um planejamento nos setores de:

a) ensino profissional;

b) pesquisa pura e aplicada;

c) extensão de cultura geral autêntica em nível de apresentação popular a todos (democratização da cultura);

d) difusão e conservação dos valores culturais autênticos já existentes;

8) que é importante uma constante atualização de métodos e estruturas procurando no momento:

a) sistema de institutos para ensino e pesquisa nas matérias básicas;

b) sistema de faculdades para a especialização profissional;

c) instituição de colégios universitários;

d) instituição de carreira de professor e agrupamento das cadeiras afins em departamentos, com a eliminação da vitaliciedade na cátedra;

9) que, a partir das análises da realidade mundial, a grande luta que caracteriza o mundo atual não é dos dois sistemas econômicos que, fazendo uso de aparato bélico, numa disputa suicida, desviam recursos preciosos para o soerguimento do mundo. A grande luta é a dos povos subdesenvolvidos que buscam tomar as rédeas de seu próprio destino, vencer suas deficiências e caminhar para um desenvolvimento autônomo; a luta dos povos subdesenvolvidos vem se evidenciando como um trabalho de cooperação entre homens. Estas formas de cooperação são frutos da vontade do homem, resultado da vivência histórica que refletem uma crescente humanização da história, o que se apresenta como uma necessidade fundamental dos povos de hoje.

O II SNRU propõe:

NO SETOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

1) ensino técnico mostrando o caráter da técnica como instrumento da humanização e servindo a todos;

2) preparo de profissionais de nível superior para a luta contra o subdesenvolvimento em todo o mundo, visando não apenas à eliminação da miséria material, mas à sua eliminação pelo esforço consciente e responsável do subdesenvolvimento, auxiliados e orientados, mas respeitados em sua autonomia e autenticidade;

3) preparo dos profissionais superiores para desenvolver em respectivos campos e na sociedade formas de cooperação corretas para o ataque eficiente aos problemas do mundo e desenvolvimento da personalidade de cada homem.

NO SETOR DE PESQUISAS (PURA E APLICADA)

1) orientado no sentido de emprego dos conhecimentos e meios adquiridos pela pesquisa técnica para humanização de todos;

2) pesquisa de meios mais eficientes para educação do povo e incremento da cultura popular;

3) pesquisas de formas mais perfeitas e eficazes de cooperação visando sempre ao duplo objetivo de melhor ataque dos problemas e formação dos componentes das associações.

NO SETOR DE EXTENSÃO CULTURAL (DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA)

1) divulgação em nível popular dos avanços da técnica e da ciência em geral e ênfase no seu caráter de instrumento de humanização;

2) conscientização popular do problema do subdesenvolvimento mundial e dos meios para resolvê-los;

3) divulgação em nível popular do sentido da história de humanização pela luta;

4) explicação das vantagens e problemas da cooperação em todos os planos: pessoal, grupal e internacional.

NO SETOR DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE

1) levantamentos mais perfeitos sobre a realidade do mundo, sobretudo no seu aspecto subdesenvolvido;

2) levantamento das necessidades mundiais básicas;

3) levantamento dos valores culturais dos povos subdesenvolvidos, visando à sua conservação para a história, e o estudo das formas de desenvolvê-los;

4) levantamento das formas de cooperação conhecidas a fim de se propiciar seu estudo comparado, difusão e aproveitamento das experiências positivas.

C) INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA REALIDADE NACIONAL

No sentido de a universidade se integrar na realidade brasileira, devemos considerar nessa realidade os seguintes problemas:

- 1) subdesenvolvimento em algumas regiões;
- 2) desnível de desenvolvimento entre as regiões;
- 3) anacronismo das estruturas;
- 4) sujeição ao imperialismo e existência de grupos econômicos nacionais que exercem pressão sobre outras regiões com caráter de espoliação e dominação econômica;
- 5) cultura alienada e reservada às elites economicamente fortes.

Os três primeiros problemas são mais intimamente relacionados e geram a necessidade de um processo planejado de desenvolvimento, que, baseando-se nos pontos positivos já existentes (industrialização do Centro, Sudene, Codesul, Speneia), corrige as distorções, restabelecendo o equilíbrio da economia nacional e dando um sentido social ao desenvolvimento.

Da mesma forma, o item 2 expressa necessidade urgente de reestruturação do País, criando estruturas e instituições necessárias às novas condições da vida nacional, organizando-a e dando ao governo meios de assumir as rédeas da situação visando ao interesse popular.

Para satisfação das necessidades acima apresentadas, o II SNRU propõe para a universidade:

NO SETOR DE ENSINO SUPERIOR

- 1) conscientização e preparação dos profissionais para, nas suas especialidades e regiões, enfrentar e superar, com soluções de sentido humano e social, os problemas que a realidade nacional e, em especial, a regional, lhe oferecem.

NO SETOR DE PESQUISAS

- 1) orientação da pesquisa visando: aos problemas do desenvolvimento, novas estruturas para a vida nacional, eliminação

do imperialismo e elaboração de uma cultura popular e meios de difundi-la para todos.

NO SETOR DE EXTENSÃO CULTURAL

1) conscientização pelo povo dos problemas citados e das suas soluções, visando à sua participação na execução das mesmas;

2) difusão e elaboração de uma cultura popular com valores do próprio povo.

NO SETOR DE LEVANTAMENTO DA REALIDADE E CONSERVAÇÃO DOS VALORES CULTURAIS

1) levantamento da realidade e dos problemas brasileiros;

2) levantamento dos valores culturais autênticos visando à sua preservação e o estudo de como desenvolvê-los para a vida moderna sem deturpá-los ou substituí-los por valores estrangeiros.

D) INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE NAS REALIDADES REGIONAIS

REGIÃO NORTE–NORDESTE

Nessa região notam-se as seguintes características principais:

1) enormidade dos problemas;

2) estruturas pouco desenvolvidas.

A primeira gera a necessidade de soluções extensas, não necessariamente profundas ou complexas. O segundo problema também cria a necessidade de se estender as estruturas da vida social a toda a região e desenvolvê-las a um grau que permita atender às necessidades regionais.

Neste quadro de necessidades, o II SNRU propõe para a universidade:

No setor do ensino superior

1) formar profissionais com clara noção do caráter de gigantismo dos problemas que irão enfrentar, embora sem exigir soluções complexas; prepará-los para prometer as reformas ou extensões de estrutura necessárias.

No setor de pesquisas

1) pesquisar soluções nos moldes apontados para os problemas e necessidades estruturais da região.

No setor de extensão cultural

1) dar ao povo consciência da problemática da região e das soluções imagináveis e prepará-lo para participar na sua concretização.

No setor de levantamento da realidade e de conservação dos valores culturais

- 1) levantamento da realidade e das necessidades da região;
- 2) preservação dos valores culturais autênticos.

2) REGIÃO NORDESTE

É o tipo de região caracterizada como subdesenvolvida e com possibilidades de desenvolvimento, como o indicam os seguintes fatores: estrutura agrária deficiente, de base latifundiária, agricultura baseada em alguns produtos de exportação com capacidade de produzir capitais (cacau, cana-de-açúcar etc.), excesso de mão de obra ocupada em economia de subsistência,

industrialização incipiente, dificultada pela ausência de certos investimentos de base, estrutura política oligárquica, baseada no “coronelismo” (no interior) e “clientelismo” (na cidade) com pequeno eleitorado ideológico.

Essa região está inclusive sujeita a um fenômeno de exploração por parte de grupos econômicos que atuam a partir da região do Centro, agindo como produtora de matérias-primas e produtos agrícolas e comprando produtos manufaturados, sujeita a uma deterioração constante e injustificada nas relações de troca com o centro para o qual fornece capitais, mão de obra e outros fatores (como petróleo em ótimas condições econômicas) para seu desenvolvimento.

Com a criação e funcionamento da Sudene, criaram-se as condições para o início da superação nacional deste *status* sob a perspectiva do Estado como fator do desenvolvimento econômico, dentro de um planejamento e utilizando para cumpri-lo, na parte de industrialização, meios de estímulos indiretos (isenção de impostos, financiamento, câmbio favorecido para importação de maquinarias etc.) e o impulso à racionalização de outros setores (agricultura).

Nesta problemática do Nordeste, ressaltam os seguintes aspectos:

- 1) situação de subdesenvolvimento em vias de superação e caracterizada por: estruturas superadas, subemprego e desemprego, falta de uma infraestrutura para uma industrialização e quadros técnicos;
- 2) objeto de exploração de grupos econômicos.

Estes problemas geram uma necessidade de superação do *status* pelo desenvolvimento por revisão estrutural.

Para uma jornada de desenvolvimento, o caminho já está consideravelmente facilitado pela existência do trabalho inicial da Sudene. É absurdo imaginar que as soluções possam surgir

por geração espontânea sem intervenção consciente do homem. Aqueles que esperam que os fenômenos ocorram “algum dia”, que, no caso do Nordeste brasileiro, a situação venha a ser mudada quando houver circunstâncias históricas, têm que se convencer de que o momento já se faz presente. Quanto à superação da exploração de grupos econômicos, ela virá com o desenvolvimento auxiliado pela denúncia desta situação e exigência de compreensão justa em termos de financiamento, ajuda para o desenvolvimento etc.

Face a essas realidades, o II SNRU propõe para a universidade:

No setor de ensino superior

1) preparo de número suficiente de técnicos e pesquisadores com capacidade profissional, visão social e compreensão do processo de desenvolvimento em que estão inseridos, preparando-os para bem dirigi-lo e para realizar as reformas estruturais necessárias.

No setor de pesquisas

1) execução de pesquisa, sobretudo de caráter tecnológico, para orientar o desenvolvimento abrangendo entre outros: levantamento da realidade, condições para o desenvolvimento industrial, levantamento das possibilidades dos diversos setores (agricultura, mineração, pesca, indústria etc.), racionalização (melhoria da produtividade) e diversificação da agricultura e da pecuária, industrialização de produtos da região (agrícolas, marinhos, minerais), pesquisa de caráter social sobre melhoria de condições de vida do homem e desenvolvimento das comunidades locais.

No setor de extensão cultural

1) planejamento e participação em programas de extensão cultural e cultura popular visando ao levantamento do nível cultural do povo.

De um modo geral

1) participação direta no planejamento e talvez na execução de alguns itens do plano de desenvolvimento regional através de suas unidades.

3) REGIÃO CENTRO

A região Centro a que nos referimos abrange o triângulo Minas—São Paulo—Rio (e Guanabara). É onde se encontra mais desenvolvido o País mercê do processo de industrialização acelerado que sofreu com bases capitalistas, embora financiado e garantido pelo governo. Conta com uma vida econômica complexa. No campo industrial, há uma rede de indústrias, básicas e outras, de diversos ramos, desde indústrias pesadas (construção naval, automobilística etc.) até leves (produtos plásticos, peças etc.). Está tratando de racionalizar sua agricultura e pecuária. Tem um coeficiente de politização elevado e uma organização social que sofre as consequências do rápido desenvolvimento econômico. Tem uma alta concentração de poderosos interesses estrangeiros atuando aí; sofre um processo de imperialismo cultural que resulta na aceitação e desejo de limitação dos valores culturais dos povos economicamente desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos.

A realidade da região Centro apresenta os seguintes problemas:

1) desenvolvimento não planejado em bases capitalistas, principalmente por meio de capitais estrangeiros com apoio e garantia financeira e política do governo. Este problema é a causa principal da situação do País e necessita ser imediatamente solucionado, originando-se o processo através de: estatização de certos setores industriais; controle da remessa de lucros por empresas estrangeiras; socialização dos benefícios da industrialização; planificação do desenvolvimento em consonância com o resto do País e em sentido humano e social; entrega ao governo de meios para controle da vida econômica;

2) falta de quadros técnicos, deficiência em pesquisas e dependência de processos tecnológicos estrangeiros. Estes problemas são típicos de zonas em desenvolvimento onde não se previu uma adequação da universidade ao processo de desenvolvimento, de vez que a ela caberia o preparo de técnicos e pesquisadores necessários ao processo e à realização de, pelo menos, parte das pesquisas tecnológicas necessárias;

3) deficiência da produtividade agrícola. Também é problema resultante do não planejamento do desenvolvimento quando não se previu o desenvolvimento e racionalização da agricultura para não só atender à demanda crescente do setor industrial em matéria-prima e alimento, como para prevenir as consequências do “êxodo rural” que a industrialização sempre provoca;

4) é objeto de imperialismo cultural e ideológico, principalmente americano;

5) estruturas superadas e desumanas. Este problema, já visto em outras regiões, assume na região Centro aspecto grave devido à desumanidade da situação de boa parte da população, colocada em aglomerações urbanas e que vive em estado de quase anarquia, com diversos problemas resultantes do súbito aumento de população que sofreram nos últimos anos.

A superação deste estado de coisas é uma necessidade urgente, e o II SNRU propõe para a universidade:

No setor de pesquisas

1) ênfase nas pesquisas tecnológicas e outras relacionadas com o desenvolvimento da região e sua humanização, como: meios para corrigir o sentido do desenvolvimento, aumento da produtividade agrícola, meios para eliminar o imperialismo cultural, novas estruturas sociais.

No setor de extensão cultural

1) uma recolocação para o povo do sentido do desenvolvimento econômico que vise primordialmente permitir o total desenvolvimento da sociedade;

2) mostrar a necessidade de medidas de caráter social, como a reforma agrária, urbana, empresarial; lei de greve; funcionamento da Previdência Social. Mostrar os meios de sua consecução prática.

4) REGIÃO SUL

A região Sul constitui uma zona de grau de desenvolvimento intermediário entre a Nordeste e a Centro, já possui uma certa industrialização, e a agricultura tem um certo grau de racionalização e diversificação. Da mesma forma, já apresenta uma situação bastante melhor do que a do Nordeste no que se refere à sua estrutura em todos os setores. Em face do desequilíbrio gerado pelo rápido desenvolvimento da região Centro, a vida desta região sofreu uma deterioração em todos os setores, cumprindo agora a realização de um processo de recuperação e incremento do desenvolvimento regional.

As suas necessidades são semelhantes, em termos gerais, às do Nordeste, apenas a situação não é tão grave; por isso, o papel que deve exercer a universidade, cremos, é aquele mesmo que colocamos para o Nordeste, sobretudo tendo em vista as semelhanças, a ponto de existir já na região Sul um órgão de desenvolvimento (Codesul) semelhante à Sudene, com suas organizações estaduais. Os estados do Sul, após os estudos de sua situação econômica, social e política, verificaram a necessidade de um planejamento que venha possibilitar o desenvolvimento total da região e, para isso, exigem uma estruturação radical de suas universidades, visando maior atendimento aos problemas agrícolas, industriais, pastoris, como também aos problemas culturais da região.

As universidades deverão estar entrosadas, visando ao desenvolvimento do mercado de trabalho e uma resposta aos problemas regionais.

Os estados sulinos, também atingidos pelos grupos econômicos nacionais e pelo imperialismo internacional (Sanbra, Wilson, Anderson Clayton) que atuam no resto do País, necessitam de um melhor equacionamento de sua economia a fim de evitar a sua descapitalização.

O Espírito Santo ocupa área divisória de duas regiões distintas do Brasil: não está enquadrado em quaisquer planejamentos regionais. Tem sua economia básica na monocultura do café, portanto, sujeito às oscilações do mercado internacional e de injunções políticas, particularmente a discriminação imposta pelo IBC, que beneficia os estados grandes produtores em detrimento dos pequenos.

A universidade, neste estado, deverá conscientizar o povo visando integrar o Estado no processo de desenvolvimento nacional.

Em parte, este despertar já se faz sentir em virtude do aumento considerável na produção de energia elétrica, possibilitando a instalação de indústrias básicas.

ANEXO II – PERSPECTIVA DA LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA: MANIFESTO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Às Uniões Estaduais dos Estudantes, Diretórios Centrais de Estudantes, Diretórios Acadêmicos, estudantes e trabalhadores:

A reforma universitária acaba de ser discutida em Curitiba. Ali, estudantes de todo o País, convocados pela UNE, representando cem mil universitários, estudaram os principais problemas da reforma universitária e redigiram a *Carta do Paraná*. A universidade brasileira foi examinada sob o aspecto teórico, po-

lítico-social, regional, cultural e estrutural. De seu papel na formação da cultura popular ao problema do tempo integral, todos os temas foram ampla e arduamente debatidos. Uma comissão especial estudou os problemas políticos e táticos da luta pela reforma, aprovando um relatório que é a própria orientação do movimento estudantil sobre o assunto.

Colegas, há menos de um ano, em maio, na Bahia, reunia-se o I SNRU. Os universitários despertaram para o problema e, como consequência, as autoridades governamentais obrigaram-se a tratar da questão com mais seriedade. Sucederam-se reuniões de reitores, mudanças de funcionários, convocações de estudantes para debates. Permaneceu, porém, a velha universidade, pirâmide maior de uma cultura mumificada.

Por outro lado, o processo brasileiro modificou-se: aguçaram as contradições, uma grave crise abalou o País, radicalizaram-se as crenças e posições políticas. Surgiu, no plano cultural, a prática e a organização em torno de uma cultura popular, ao mesmo tempo em que o movimento estudantil consciente mantinha a coerência de suas atitudes.

O Seminário Nacional de Reforma Universitária refletiu essa situação. Não foram apenas as questões estruturais, de reforma do currículo ou de organização interna do ensino que o preocupam. Antes, foram seus temas básicos a participação do estudante na direção da universidade e a democratização, quer pela maior possibilidade aos representantes das massas de ascenderem à escola superior, quer pela abertura dos programas e currículos a todas as correntes filosóficas e ideológicas. E a luta pela reforma universitária foi definitivamente inserida na luta mais geral e global de superação da estrutura econômico-social brasileira, abrindo o ensino superior às exigências nacionais e populares da atual fase de nosso desenvolvimento.

A reforma universitária não a faremos nós. A reforma se efetivará na medida em que formos povo, em que assumirmos a consciência popular, em que tomarmos a reforma universitária como [uma] das reformas que o povo exige. A universidade não

é problema para as classes sociais dominantes, que dela fazem a fonte de sua dominação ideológica sobre as massas populares, que nela fabricam cultura alienada com que justificam cotidianamente a espoliação que exercem. Ela é, sobretudo, um problema para o povo que se vê alijado de seu direito à educação.

Colegas: não esqueceu o II SNRU de recomendar uma luta mais orgânica pela reforma. Torna-se, pois, necessário, que em cada UEE, em cada DCE, em cada Diretório ou Centro Acadêmico se estructurem órgãos especiais para estudar e lutar pela reforma universitária. É preciso que todo o País conheça, que toda a população se informe das resoluções adotadas na *Carta do Paraná*. Só uma luta popular organizada poderá realizar a reforma, pois só as lutas populares são capazes de concretizar as aspirações do povo.

Este é o momento político exato de reivindicar a mudança por que lutamos. A UNE Volante, percorrendo todos os Estados, levará as definições sociais do movimento estudantil, instrumento seguro para prosseguirmos em nossa luta. Não nos enganamos mais com os paliativos do reformismo. Dentro de uma perspectiva tática, nossa luta será tanto mais válida quanto mais bem orientadas, porém, as nossas reivindicações, quanto mais bem estruturado estiver o nosso movimento.

Os estatutos das universidades estão aí por serem organizados. A exigirem a nossa voz e a nossa escolha. A nenhum estudante deve passar despercebido este momento, pois é agora que podemos influir fundamentalmente. O *cogoverno* é a perspectiva mais imediata de nossa luta pela reforma – luta do estudante ao lado das classes dominantes pela transformação do Brasil, pela criação de uma consciência nacional, na superação do estado vigente.

Votada pelo Congresso e sancionada pelo governo, eivada de erros técnicos, inspirada por um espírito classista e antidemocrático, pela manutenção do que é arcaico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por suas falhas gritantes, exige do estudante brasileiro prosseguimento nas suas reivindicações.

O artigo 78 estabelece a nossa participação na direção da universidade, deixando, contudo, o atual quadro dirigente das faculdades, na reelaboração de seus estatutos, estipular a modalidade de tal participação. Impõe-se, aqui, como tarefa imediata, nossa presença nessa reformulação, exigindo um cogoverno efetivo (um terço de alunos) que dê ao estudante as possibilidades reais e válidas nos órgãos de direção da universidade.

Agora mais do que nunca reivindicamos uma presença no Conselho Federal de Educação e nos Conselhos Estaduais de Educação.

Colegas: essa é a palavra de ordem com que iremos abalar a estrutura de poder na universidade, deflagrando as demais reformas de que ela carece no contexto nacional.

Trabalhadores e estudantes, unidos tenhamos firme a convicção da justeza de nossas reivindicações.

Aldo S. Arantes

Presidente

Marco Aurélio de A. Garcia

Vice-presidente de Assuntos
Educacionais

Curitiba, março de 1962



LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA*

O presente documento é um estudo, não propriamente sobre reforma universitária, mas sim, sobre o processo das lutas para sua efetivação.

É indispensável que as lideranças estudantis – a quem é dirigido este trabalho – tenham consciência da profundidade necessária que experimenta o movimento estudantil de ter seus instrumentos de luta revisados, tanto teoricamente quanto praticamente. Na medida em que tivermos condições de levar o problema da reforma universitária às bases e, principalmente, de formular a luta, estaremos localizando mais definitivamente uma tarefa que é especificamente nossa dentro do processo de libertação do povo brasileiro.

E o ano de 1964 certamente exigirá o pleno cumprimento desse nosso papel.

Guanabara, dezembro de 1963.

José Serra – Presidente da UNE

Duarte Lago Pacheco – Vice-presidente
de Assuntos Educacionais e Culturais

* Reproduzido de: UNE. Luta atual pela reforma universitária. *Cadernos de Coordenação Universitária*, 4 dez. 1963.

MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO E REFORMA UNIVERSITÁRIA

O movimento estudantil brasileiro sempre teve presentes, em sua atividade, as reivindicações escolares e a luta política. Nos primeiros momentos, no entanto, esses aspectos, embora presentes simultaneamente, não contavam com a necessária articulação. Eram como dois momentos isolados da vida universitária, dilacerada a presença do movimento estudantil entre a condição de estudante e a condição de cidadão. O progresso do movimento estudantil nessas áreas isoladas é que iria proporcionar também a sua união. Não deixa de ser necessário observar, ainda que sumariamente, como isso se deu.

É em 1937, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se institucionaliza a representação e a coordenação nacional dos universitários brasileiros. E importa notar que a UNE, surgida da aglutinação de várias entidades e movimentos estudantis, criados com a finalidade de “congraçamento da classe”, e destinada a ser um instrumento na luta contra a ditadura, estava voltada, portanto, já desde os seus inícios, para os problemas especificamente estudantis e para a luta política pela redemocratização.

Com o passar do tempo, a luta pela redemocratização se intensifica, até que o ano de 1945 assinala, para o movimento estudantil, a primeira experiência de vulto de luta popular de que ele colhe a sua primeira grande vitória política.

O tratamento das reivindicações escolares, entretanto, continuava marcado de uma perspectiva por demais assistencialista. E depois da Segunda Guerra Mundial, com a redemocratização do País, e consequente esvaziamento da luta política que vinha sendo travada, o movimento universitário entra numa fase eminentemente assistencialista. De lutas de rua, apenas greves ocasionais, reivindicatórias, como greves contra aumentos de transportes, com que se procurava beneficiar particularmente o meio estudantil, e, só por consequência, o povo.

É que o movimento estudantil não apreendeu imediatamente, é natural, o significado da nova etapa das lutas democráticas no País. Pois o desenrolar das lutas populares, a partir da redemocratização, se iria processar de modo a superar as posições abstratamente “democráticas”, inserindo na luta concreta de democratização os combates sociais e econômicos, que não tardariam a radicalizar-se.

Mas a repetição das crises, a exigência de tomar posição face aos problemas que iam se manifestando, com gravidade cada vez maior, revelariam ao movimento estudantil a necessidade de ultrapassar a fase das lutas parciais, momentâneas, para a do combate sistemático às causas primárias dos seus problemas e da problemática geral do País. E, com as memoráveis campanhas pelo monopólio estatal do petróleo, contra o acordo de Fernando de Noronha, a venda de minérios atômicos, se descerraria a grande fase das lutas nacionalistas. O estudantado brasileiro se inscreve, desde logo, entre as forças mais significativamente ligadas à luta pelo desenvolvimento econômico independente do País.

Breve se assistiria a uma ideologização crescente no meio universitário, de que os estudos sobre a realidade brasileira do DCE de Belo Horizonte, as páginas do *Metropolitano* daquela época, e o célebre manifesto do DCE da PUC são os marcos mais expressivos. Começa-se a passar das campanhas nacionalistas tópicas para uma visão mais penetrante, mais ampla e mais consequente da luta de libertação nacional, e, por conseguinte, para uma etapa mais radical na luta política do movimento estudantil, de que a Aliança Operário Estudantil é um dos principais dados.

É que, ao enfrentar os grupos econômicos imperialistas e seus aliados internos, o estudante encontrou na classe operária o seu aliado natural de luta. Pois a experiência do nacionalismo comprovou que o interesse dos grupos econômicos brasileiros frequentemente se ajustava à exploração imperialista e que a luta, nesse campo, seria conduzida pela classe operária e seus

aliados, e ainda que a luta contra o imperialismo indicava claramente os rumos de uma transformação social interna.

O XXV Congresso, com a unidade do movimento estudantil, unidade firmada em torno de princípios, princípios expressos na denominada Declaração de Quitandinha e que representam a adesão do universitário brasileiro à luta de libertação nacional, e com a consolidação da Aliança Operário–Estudantil–Camponesa, simboliza bem esta etapa mais radical na luta de transformação social sustentada pelo movimento estudantil e sua integração na vanguarda das lutas populares.

No ano seguinte, aumentaria a consciência estudantil de sua responsabilidade social e política, a UNE se tornaria um instrumento de pressão mais e mais poderoso, adquirindo conteúdo popular crescente, até que, no XXVI Congresso, o programa político da UNE se enriqueceria com a luta pelas Reformas de Base, considerada como etapa pela libertação nacional.

Se, porém, retrocedermos e procurarmos analisar, não apenas as lideranças, mas o movimento estudantil no seu conjunto, o que divisaremos? Uma vanguarda atuante, combativa, mais ou menos consciente; grupos opositores; e uma base desligada dos debates das cúpulas.

É certo, a luta se vinha radicalizando em momentos sucessivos: estadonovistas x democratas, ministerialistas x independentes, entreguistas x nacionalistas, direita x esquerda. Todos esses momentos, também é certo, tiveram desenlace pela adoção da oposição historicamente mais avançada por parte do movimento estudantil considerado como um todo; como é certo que a unanimidade do consenso político no movimento estudantil correspondia ao avanço da sociedade global brasileira e ao surgimento de uma nova etapa nas lutas populares. Não se pode negligenciar, todavia, que as bases pouco participavam das posições das lideranças, não por oposição, como tendenciosamente se procura inculcar, mas por simples alheamento.

Não estranha, pois, que, já desde o período das lutas nacionalistas, se procurasse desenvolver a luta pela reforma universitária como meio de ganhar as bases do movimento. De fato, a dificuldade encontrada pelas lideranças de adoção pela massa universitária das últimas consequências da luta que empreende baseia-se na própria situação contraditória do estudante, de origem burguesa mas diante das perspectivas de evolução da realidade nacional. De um lado, o desenvolvimento econômico e social como condição necessária à própria realização profissional no campo universitário. De outro, as lutas populares em que se envolve o universitário brasileiro, com esse objetivo, e que passam a exigir dele o descompromisso com a estrutura de dominação vigente. Esses fatos impõem a descoberta de que o vínculo essencial entre os estudantes e as lutas populares não se poderia basear idealismo incapaz de ser os obstáculos da condição concreta dos universitários, nem em uma convicção ideológica unânime. Esse vínculo, impossível de se estabelecer no plano ideológico entre o estudante burguês e o trabalhador proletário, só poderia existir quando as condições concretas da missão do estudante, enquanto estudante, lhe pusessem à mostra a realidade do povo brasileiro e lhe oferecessem os caminhos de luta.

A luta pela reforma universitária foi, desta forma, o elo que uniu as reivindicações escolares à luta política do movimento estudantil. Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular *em nome* dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está, de início, na própria universidade.

Depois de alguns anos de lutas de rua e de praça pública, em que o estudante punha à mostra, em toda plenitude, sua condição de cidadão, evoluímos para uma fase em que se iriam descobrir novos aspectos da missão específica do universitário.

REFORMA UNIVERSITÁRIA, LUTA ESPECÍFICA DO UNIVERSITÁRIO

A esta altura, já poderemos situar a luta pela reforma universitária no contexto de todas as lutas do movimento universitário e compreender o que dizíamos logo no início: que as reivindicações especificamente estudantis e a luta política mais ampla sempre estiveram presentes na atividade do movimento estudantil, ainda que, nos momentos iniciais, sem a necessária articulação, pois só o progresso nessas áreas isoladas iria permitir, num momento posterior, a sua reunião.

De fato, se a luta pela reforma universitária nasce da necessidade de conquistar as bases universitárias, ela nasce mais ainda de um avanço nas lutas pela solução dos problemas estudantis, ela representa um estágio superior dessas lutas, superada a fase meramente assistencialista. Mas a luta pela reforma universitária e a luta política, no começo, conservam-se como lutas paralelas. Só à medida que avança a luta política, e se define mais nitidamente como luta de libertação nacional, e inclui a luta pelas reformas de base como estágio da luta de libertação nacional, vai descobrir-se a reforma universitária como uma das reformas necessárias à libertação nacional e à emancipação do povo. Por outro lado, à proporção que a reforma universitária deixa de ser objeto apenas de lutas parciais e circunstanciais, para ser objeto de uma luta radical e constante, como o veremos ainda melhor a seguir, revela-se o seu significado social e político e percebe-se claramente que a reforma universitária não é do interesse apenas dos estudantes mas sobretudo do povo, e que ela só será possível, no seu pleno sentido, com a libertação nacional e a reestruturação da sociedade brasileira, e que, portanto, é necessário lutar pelas outras reformas e pela libertação nacional para lutar consequentemente pela reforma universitária, assim como lutar pela reforma universitária já é uma forma de lutar pela libertação nacional e do povo brasileiro.

Tudo isso fica bem claro quando a reforma universitária se define como uma reforma de base; mas, ainda assim, não se dá

imediatamente a completa articulação da luta política pelas reformas de base e da luta pela reforma universitária, porquanto pode perdurar a visão da luta pela reforma universitária ao lado da luta pelas outras reformas de base, de que o estudante deve lutar pela reforma universitária e pelas outras reformas – mas sempre como aspectos isolados. Os dois aspectos só se articulam inteiramente quando se toma consciência da reforma universitária como luta específica do universitário, como luta fundamental a partir da qual se devem desdobrar as outras lutas do movimento universitário. Daí a importância da caracterização da reforma universitária como luta específica, o que só agora se vai, progressivamente, esboçando.

E o que significa luta específica? Não significa nem luta exclusiva, nem luta privativa: nem que a reforma universitária deva ser a única luta do universitário (luta exclusiva), nem que deva ser objeto de luta e preocupação apenas do universitário, que só ele deva lutar pela reforma universitária (luta privativa). Dizer que a reforma universitária é a luta específica do universitário significa dizer que ela é a sua forma de se conscientizar dos problemas gerais da sociedade brasileira e de se inserir nas lutas mais amplas de transformação social; de se politizar, organizar e acumular forças para os estágios superiores da luta popular.

Esse conceito de luta específica, que precisa ser por todos bem assimilado, desenvolvido e criadoramente aplicado, tem enorme importância tática, porquanto é a partir da luta pela reforma universitária que se deve procurar ganhar e organizar as bases universitárias para todas as outras lutas do movimento.

Delineado, desta sorte, o avanço político do movimento universitário para situar, sistematicamente, a luta pela reforma universitária no conjunto das lutas do movimento, procuremos agora retratar, embora de maneira sucinta e de certo falha, o desenvolvimento histórico da luta estudantil pela reforma universitária, o que nos permitirá compreender ainda melhor as considerações já feitas.

A LUTA PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Podemos considerar o I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, promovido pela UNE em 1957, no Rio, como o início da luta pela reforma universitária. Não que o movimento estudantil já não tivesse sustentado antes lutas por reivindicações imediatas, nem que ocasionais crises já não tivessem alertado para as deficiências do sistema universitário brasileiro: mas com o seminário é que o movimento estudantil desperta para uma luta mais sistemática pela reforma.

Todavia, a visão predominante era ainda uma visão parcelada, imediatista, exclusivamente didática, como a própria denominação do seminário revela. É verdade, o seminário já esboçava a tendência de reunir as múltiplas reivindicações estudantis no âmbito das faculdades em uma ampla luta de transformação estrutural do ensino. Enfatizava-se, porém, de preferência, o aspecto técnico-pedagógico, o problema da formação profissional, enfim, procurava-se conferir ao ensino superior maior eficiência na formação daqueles que tivessem o privilégio do acesso ao nível universitário. Foi o debate sobre as diretrizes e bases que introduziu a pergunta *Universidade para quem?*, sobrepondo-a à *Universidade como?* ou *Para quê?*, até então em predomínio.

REFORMA UNIVERSITÁRIA, LUTA DE DEMOCRATIZAÇÃO

Pois foi no debate da Lei de Diretrizes e Bases, sobretudo na discussão da escola pública, que se impôs a luta pela democratização do ensino.

De fato, a campanha pela escola pública constituiu o primeiro passo para que o estudante ligasse sua condição e suas lutas às contradições da sociedade brasileira. O debate que se travou, à margem das discussões no Congresso sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, demonstrou que a batalha por melhores condições de ensino estava associada a lutas de interesses no âmbito da sociedade global. Possibilitou ainda

a campanha em defesa da escola pública uma permeabilização do movimento estudantil às agitações de outras áreas, inscrevendo-o, por meio dos movimentos de solidariedade e luta comum, entre as forças populares, cujo entrosamento começava a progredir.

E com o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, reunido na Bahia, em 1960, os estudantes brasileiros travariam contato mais estreito com os movimentos de reforma universitária dos países vizinhos e tomariam consciência da reforma universitária como luta de democratização da universidade.

A GREVE DE SALVADOR E A *DECLARAÇÃO DA BAHIA*

Ainda no ano de 1960, a greve de Salvador seria a primeira denúncia viva da crise da universidade brasileira. Outras greves se seguem; e a UNE, empunhando a bandeira da reforma universitária, realiza em Salvador, em 1961, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária.

Sai fortalecida nas vanguardas a disposição de luta e a aguda percepção de sua importância; o movimento estudantil enriquece sua luta com uma visão estrutural da reforma, baseada na análise crítica da universidade brasileira. A *Declaração da Bahia* é um marco.

A CARTA DO PARANÁ

Somente, no entanto, com o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, em 1962, é que se torna possível um pensamento ao mesmo tempo crítico e criador. Aprofunda-se, alarga-se a crítica da universidade brasileira; mas, concomi-

tantemente, procura-se determinar medidas concretas capazes de dar início ao processo de transformação estrutural de nossa universidade. Delineia-se, assim, um projeto de reforma e traça-se a tática de luta. A *Carta do Paraná* é outro marco.

Ora, é neste seminário que se toma uma decisão de enorme alcance, de que iria depender o encaminhamento futuro de toda a luta pela reforma universitária. É que, ultrapassando o primeiro momento, de elaboração da crítica da universidade brasileira e da fixação das bases de sua reforma, as lutas do movimento universitário teriam de se concentrar nas medidas fundamentais de democratização imediata do ensino superior; e, de início, a luta pela participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades e faculdades constitui o ponto básico do programa de reforma.

POR QUE A LUTA POR UM TERÇO

De fato, sentia-se a necessidade de superar a fase de mera teorização para uma de teorização e luta concreta, e a necessidade de que reforma universitária deixasse de ser movimento apenas de cúpula. Por outro lado, a análise da situação universitária e a experiência das lutas anteriores indicavam claramente que os atuais grupos de decisão interna nas universidades não fariam a reforma, ou seja, que era preciso quebrar, transferir ou alterar os centros de decisão dos problemas universitários para que se obtivessem as principais transformações requeridas na estrutura universitária.

Ora, na área popular, somente os estudantes estavam aparelhados e mobilizados de imediato para participar da luta pela reforma universitária. Portanto, o primeiro passo para a execução do projeto de reforma seria dotar o movimento estudantil de instrumentos de decisão na estrutura administrativa das universidades. Ocorria ainda que a recente Lei de Diretrizes e Bases da

Educação assegurava a participação dos estudantes nos órgãos colegiados, e as universidades iriam regulamentar essa participação. O momento era, pois, decisivo, e a luta pela reforma universitária passa a identificar-se de imediato com a luta pela participação estudantil na direção universitária.

O seminário procura uma fórmula para definir essa participação e, por meio de muitas discussões, a encontra: um terço. A luta é desencadeada.

CONSELHO DE SÃO LUÍS: UM TERÇO OU GREVE

Os representantes de todas as Uniões Estaduais de Estudantes, presentes ao seminário de Curitiba, comprometem-se a levar a discussão do problema às assembleias de todas as faculdades e a encaminhar a reivindicação estudantil aos órgãos encarregados de reformar os estatutos das universidades.

A primeira UNE VOLANTE, a seguir, levanta o problema em todos os estados. Por meio de reuniões com os presidentes de diretórios, de assembleias estudantis, de apresentações do CPC, sobretudo da peça *Auto dos 99%*, a mensagem de reforma universitária é levada a todos os cantos do Brasil.

Em fins de maio de 1962, reunido em São Luís, o Conselho Nacional dos Estudantes analisa a situação e chega às seguintes conclusões:

1) a participação efetiva dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades era um passo fundamental para a reforma;

2) o prazo de que se dispunha para forçar essa representação era exíguo, já que estávamos a apenas um mês do término do prazo para que fossem submetidos ao Conselho Federal de Educação os estatutos reformados;

3) a preparação para um movimento de maior seriedade era insuficiente, mas se deveria confiar que o movimento em si fosse capaz de mobilizar as bases universitárias.

O conselho decide, então, aguardar até 1º de junho pela decisão das universidades. A partir daí, a palavra de ordem é clara e inelutável: um terço ou greve.

Ultrapassando o prazo, verifica-se que a maioria das universidades se recusa a atender a reivindicação. Uma greve estudantil nacional, de proporções nunca vista, é deflagrada.

A GREVE DA PARTICIPAÇÃO

A greve da participação, ou greve de um terço, como também é conhecida, foi um passo importante, não só pela unidade e coesão demonstradas pelo movimento universitário, mas também pelas conquistas efetivadas. E tão grande foi a importância dessa greve na evolução do movimento universitário e da luta pela reforma que até hoje a análise da situação presente da luta pela reforma e do movimento universitário gira ainda muito em torno dos seus resultados.

Teria sido a greve da participação um fracasso, um fracasso completo?

Evidentemente que não. Em primeiro lugar porque, se é verdade que a reivindicação de um terço de participação apenas foi atendida em número restrito de estabelecimentos de ensino superior (cerca de 10%), é necessário não esquecer, todavia, a generalização da representação plural, obtida de início em quase 90% dos estabelecimentos e logo tornada obrigatória pelo Conselho Federal de Educação.

Em segundo lugar, o problema universitário, anteriormente preocupação de pequena vanguarda estudantil, assumiu proporções nacionais, não só se fortalecendo e ampliando entre os

universitários a consciência crítica das deficiências de nosso ensino, como se difundindo na população em geral a necessidade de reforma profunda no ensino superior. O período de greve foi um período intenso de conscientização.

Em terceiro lugar, o movimento estudantil teve oportunidade de sentir sua força e coesão, assim crescendo, organizando-se e fortalecendo-se para lutas futuras.

Enfim, as vitórias parciais conseguidas, a grande mobilização, a experiência concreta de luta e a experiência comprovada de que é possível mudar a estrutura universitária assinalaram o início do processo de ruptura do atual sistema universitário.

Não esquecemos, porém, que a greve de participação, a primeira experiência de luta de grande envergadura do movimento estudantil, teve vários aspectos negativos. Entre os principais, apontaríamos:

1) recurso à greve como paralisação e não como mobilização, permanecendo grande parte das bases afastada do movimento durante toda a duração da greve;

2) confusão entre o entusiasmo despertado nas bases estudantis pela luta e pela greve com uma consciência, que só existia de forma difusa, dos problemas da universidade;

3) confiança excessiva na atuação isolada do movimento estudantil, sem atentar seriamente para a necessidade de ganhar o apoio de outras áreas da população.

Acrescentando-se o desgaste junto à massa estudantil pela deficiente definição dos objetivos e pela condução titubeante da greve, e pela própria greve em si, com a imensa exploração da imprensa, e considerando-se que, terminada a greve, o cansaço das lideranças se uniu à deficiência das comunicações com as bases e às dificuldades escolares decorrentes da desobediência às condições estabelecidas para volta às aulas, compreenderemos por que o movimento estudantil foi arrastado a uma crise sem

precedentes, que o colocou ante uma necessidade inadiável: fazer uma revisão profunda de todos os seus instrumentos de luta e uma explicitação clara de seus objetivos.

DEIXAMOS DE LUTAR PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA?

Não. Apenas, como aquela revisão imprescindível não podia ser feita repentinamente nem podia ser imediato o estabelecimento das táticas adequadas ao novo estágio do movimento, vivemos doloroso período de perplexidade, hesitação, receio. O que bastou para que comentários alarmantes falassem em crise, em impasse do movimento estudantil. No entanto, já nos fins de 1962, a luta era retomada como demonstração de que, de fato e no fundo, ela não se interrompera. Ao lutar pela democratização do vestibular (abolição da nota mínima, aumento das vagas, preenchimento de todas as vagas), ao combater a cobrança de anuidades (gratuidade do ensino), ao se preocupar em especificar os objetivos da reforma em relação aos diversos ramos do ensino, o movimento universitário estava trilhando de novo os caminhos bem concretos dessa luta.

E inclusive criando as condições para que, ultrapassado o período de perplexidade diante do vulto alcançado pela greve e diante dos seus efeitos junto às bases universitárias, pudesse o movimento estudantil, levando a cabo a revisão crítica das lutas passadas, tirar algumas lições importantíssimas de sua já ampla experiência de luta pela reforma universitária.

Quais são essas lições?

BALANÇO CRÍTICO E PERSPECTIVAS ATUAIS

Primeiramente, a grande maioria dos universitários não tem revelado uma consciência realmente amadurecida das razões fundamentais de suas lutas, fruto disso de uma clara dissociação,

de uma quase inexistência de diálogo entre as lideranças e as bases estudantis.

Em segundo lugar, está ultrapassada a fase de mera teorização de reforma universitária, o que não significa que se tenha esgotado o seu estudo, mas sim, que ele terá de obedecer a novas diretrizes.

A terceira lição importante é a necessidade da consciência da correlação natural entre movimento universitário e demais movimentos populares.

Dessas observações, algumas consequências nascem naturalmente e se impõem como diretrizes, esboçando as perspectivas atuais da luta pela reforma universitária:

1) a atuação do movimento estudantil deve ser cada vez mais alicerçada num permanente diálogo entre as lideranças e as bases, pois só é possível caminhar na medida em que haja participação ativa de todos; o trabalho de base deve ser a preocupação primordial, bem como a de elevar o nível político da massa estudantil;

2) para tanto, é necessário rever as condições de funcionamento e providenciar a reorganização do movimento estudantil;

3) o estudo da reforma universitária deve orientar-se sobretudo para medidas de caráter prático, passando dos estudos gerais para o aprofundamento de aspectos da reforma universitária, e para um esforço de aplicação dos princípios gerais à reforma de cada curso, e de programação da luta; outra preocupação constante deve ser a de difundir o mais possível os estudos sobre reforma universitária, levar a todas as bases os seus resultados;

4) [é] necessário um entrosamento cada vez maior com os demais movimentos populares, tomando consciência de que a luta pela reforma universitária é uma luta popular, o que significa, por um lado, que ela não pode ser luta apenas dos estudan-

tes, mas de todas as forças populares, e, por outro lado, que, lutando por ela, o estudante não está lutando apenas por seus interesses, mas está participando da luta mais ampla pela libertação do povo; em suma, consciência de que a luta pela reforma universitária é uma luta específica do universitário, com tudo que isso significa e implica, conforme já vimos.

Demais, impõe-se a compreensão da validade da luta por reivindicações parciais, imediatas, como forma de despertar, galvanizar, aglutinar e organizar a massa estudantil para lutas mais amplas e mais consequentes pela reforma universitária e, a partir dela, pela reestruturação da sociedade brasileira. A reforma universitária é um processo e, assim, atravessa etapas; logo, a luta tem de ser colocada a partir de problemas concretos, imediatos, e o que cumpria, como ainda hoje, era identificar os pontos fundamentais capazes de mobilizar os universitários e abrirem caminho para uma reformulação mais profunda do ensino superior. O que não se pode é nem ficar na generalidade e na abstração, nem se deixar absorver pela luta imediata, esquecendo os objetivos finais, resvalando no reformismo; o que importa é travar a luta imediata numa perspectiva crítica, procurando conscientizar as bases e aprofundar progressivamente a luta.

Caracterizada assim a luta pela reforma universitária como luta popular, compreendida a validade da luta por objetivos parciais imediatos, e entendida essa luta como um estágio de um processo mais amplo e mais profundo, não estranha que todas essas reflexões convergissem para caracterizar, de maneira ainda mais nítida e compreensiva, a reforma universitária como reforma de base.

REFORMA UNIVERSITÁRIA, REFORMA DE BASE

De logo, uma ressalva. É claro que a reforma universitária não pode ser definida como reforma de base, se compreendermos este conceito como definidor de transformações infraestru-

turais. Mas, se entendermos por reformas de base as reformas indispensáveis para o que o processo de desenvolvimento do País prossiga, verificando-se a importância do obstáculo à formação de uma consciência crítica que constitui o caráter alienado de nosso ensino, e a importância do obstáculo à promoção do desenvolvimento econômico e social que nosso atual sistema universitário representa, não poderemos deixar de inscrever a sua modificação dentre os pressupostos da luta popular pela libertação.

Ora, a caracterização da reforma universitária como uma reforma de base propiciaria aquele entrosamento entre movimento estudantil e outros movimentos populares, requerido pela própria luta. Pois, como anotamos, um dos primeiros pontos da revisão crítica foi a confiança excessiva na atuação isolada do movimento estudantil.

Na verdade, a luta pela reforma universitária foi, desde o seu início e até a greve inclusive, uma luta exclusivamente estudantil, em que não se atentava seriamente para a necessidade de ganhar o apoio de outras áreas organizadas da população. É certo que já desde a *Carta do Paraná* se procurava incluir a reforma universitária entre as reformas de base. Mas ainda faltavam passos fundamentais para torná-la um elo com a luta popular, no sentido prático, e não exclusivamente no nível da consciência estudantil.

Ora, toda aquela revisão crítica mencionada se estabeleceu num momento característico de intensa mobilização e aglutinação das forças populares. O processo de radicalização da sociedade brasileira, que se desenvolve nos últimos dois anos, começa a atingir a fase de ofensiva do proletariado no nível político, sucedendo-se as greves já não mais características do estágio meramente reivindicatório. De outro lado, os grupos dominantes percebem o enorme impulso das forças populares em sua exigência de transformações estruturais e procuram enfrentá-las, quer pela pressão, quer pela distorção das conquistas exigidas, amenizando ou tornando inócuas as reformas propostas.

E à medida que vão sendo destruídas as possibilidades de conciliação, que caracterizavam o estágio anterior, a frente popular começa a se alterar qualitativamente e procura definir um conteúdo radical da luta pelas reformas de base. De que modo poderia o movimento estudantil ingressar nessa nova fase?

A UNE procurou, desde logo, participar no esforço de organização popular e alinhar-se ao lado dos trabalhadores e das forças a eles aliadas. Mas, ao lado da contribuição à formação da vanguarda popular, representada pela Frente de Mobilização Popular, era importante associar as lutas do movimento estudantil às novas condições de luta do povo brasileiro.

Em conclusão: impunha-se inserir a luta pela reforma universitária entre as lutas pelas reformas estruturais, de um lado pela próprias exigências do processo de desenvolvimento social, de outro, como assinalou a análise da greve por um terço, pelas condições de eficácia na obtenção da reforma da universidade.

A batalha legislativa, que se apresentava como campo tático fundamental na obtenção das reformas de nível do poder, oferecia, por outro lado, ao movimento estudantil a única possibilidade de uma solução nacional para os problemas estruturais da universidade.

Dessa forma, e por todas essas considerações, quando se reúne o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, não surpreende que a conclusão clara seja: a necessidade de um projeto de lei que afastasse os obstáculos jurídicos à democratização da universidade e associasse a luta do movimento estudantil às lutas pelos principais projetos de reformas de base, e ao mesmo tempo vinculasse as forças populares à luta pela reforma universitária.

O SEMINÁRIO DE BELO HORIZONTE: POR QUE A EMENDA E O SUBSTITUTIVO

De fato, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Belo Horizonte, decide que a melhor forma de condução imediata da luta pela reforma universitária seria, aproveitando o momento político da luta pelas reformas de base, encaminhar ao Congresso um projeto de emenda à Constituição e outro de alteração da Lei de Diretrizes e Bases em que se consubstanciassem os pontos fundamentais da luta imediata pela reforma universitária.

Parece evidente que, de certa forma, não seria possível um projeto de reforma universitária, no sentido que não é a forma jurídica mas o próprio conteúdo da universidade que importa transformar. Mas, por outro lado, as medidas concretas de reforma e democratização do ensino superior esbarram constantemente em obstáculos, tais como a cátedra vitalícia, os exames vestibulares, a estrutura de decisão dos problemas universitários e tantos outros, característicos de uma legislação anacrônica, embora recente. A luta, essencialmente, é pela democratização da universidade, o que de imediato significa a democratização do acesso ao ensino superior e a democratização interna da universidade brasileira; mas é indispensável remover os obstáculos mencionados, como condição de novos progressos na reforma da universidade.

Por isso se fixou para o movimento universitário, de forma impositiva, a necessidade de afastar os obstáculos legais à democratização da universidade. Ora, tais obstáculos se encontram tanto na Constituição Federal, com a vitaliciedade de cátedra, quanto na Lei de Diretrizes e Bases, com as condições legais do ensino superior. Daí, que o seminário de Belo Horizonte tenha cuidado de elaborar um projeto de emenda constitucional e outro, de substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases, no capítulo referente ao ensino superior.

Não se pense, porém, que os projetos, particularmente o de substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases, se proponham a modificar todas as disposições relativas ao ensino superior, negativas, anacrônicas, ou de qualquer modo contrárias a um ponto de vista de reforma da universidade brasileira. Os projetos, deliberadamente, por um interesse de desdobrar a luta, repetimos, tratam apenas de pontos *fundamentais* de luta *imediate* pela reforma universitária.

Por isso mesmo é que o seminário compreendeu que os projetos deveriam revestir-se de certos requisitos:

- 1) terem condições de mobilizar o estudantado brasileiro em torno de suas proposições;
- 2) ferirem profundamente a estrutura da universidade brasileira;
- 3) enquadrarem-se numa diretriz consequente com as posições do movimento, isto é, representarem realmente uma etapa no processo de reforma universitária.

E assim é que os pontos constantes nos projetos de emenda constitucional e de substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases foram selecionados para se tornarem, em plano nacional, objetos das campanhas prioritárias pela reforma universitária. Contudo, tinha-se, como todos devem ter, consciência de que os projetos não significavam a reforma universitária, mas tão só medidas que abriam caminho para ela, que representavam avanços no processo de democratização da universidade brasileira. A reforma universitária, vale a pena frisar, far-se-á não pela emenda e pelo substitutivo em si, mas pelas medidas que eles preconizam.

E quais são essas medidas?

A EMENDA CONSTITUCIONAL

A emenda extingue o instituto da vitaliciedade de cátedra e estabelece que o acesso e a permanência nas funções de magistério sejam regulados por critérios baseados na carreira do professor e na verificação periódica da capacidade dos docentes.

Um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento do ensino brasileiro é o estabelecimento de condições de sua dinamização e atualização. Os constantes avanços da ciência, da técnica e da cultura impõem um esforço de acompanhar essas transformações no nível do ensino.

Ocorre, no entanto, que as condições de provimento das cátedras, em nossa atual legislação, são alheias à necessidade de atualização constante. Impondo concursos, o ridículo concurso de títulos e o ineficaz concurso de provas, que, de regra, não constituem critérios válidos de julgamento do nível científico ou didático dos candidatos, não apresentam senão essa exigência para a posse vitalícia das funções de cátedra.

O resultado é que se torna desnecessário, para a maioria dos catedráticos, o esforço de atualização, desde que conquistada a cátedra. De um lado, pela certeza de que essa atualização não será testada, de modo a modificar as condições do ocupante. De outro, pela ausência de estímulo ao aperfeiçoamento científico, e pela ausência de trabalho de equipe, representadas pela compartimentação, estanque, em cátedras, do ensino superior e secundário.

Sem falarmos que, de ordinário, a cátedra vitalícia se torna também cátedra hereditária...

O avanço científico, em prática em todos os países, levou, por isso, à periodicidade no provimento das funções de magistério. Além disso, o próprio instituto da cátedra vem sendo superado, em boa hora, pela departamentalização do ensino, pela formação de equipes docentes e de pesquisa que, em nosso país, à

semelhança de quase todos os demais, a duras penas se vêm implantando.

Nosso legislador teve por intenção, ao estabelecer a vitaliciedade de cátedra, a proteção à liberdade do professor contra as injunções e perseguições políticas que pudessem restringi-la.

A vitaliciedade, porém, não é proteção suficiente, como também, na realidade atual, outras são as condições pelas quais se pode exercer melhor tal proteção. Com a crescente autonomia, aliás, das instituições de ensino, praticamente desapareceu a interferência direta do poder público no provimento das funções do magistério.

Além disso, a liberdade de cátedra é expressamente protegida por outro item, o de nº VII, do mesmo artigo 168 da Constituição, devendo ainda ser lembrado o sistema de proteção aos direitos individuais, estabelecido em nossa legislação básica, que se presta, também nesse caso, a impedir os abusos do poder e os atentados à liberdade dos cidadãos.

O estabelecimento de uma carreira e a verificação periódica dos conhecimentos, no provimento das funções de magistério, são, assim, imperativos do desenvolvimento de nosso ensino, que não poderão ser recusados sob qualquer pretexto.

O SUBSTITUTIVO À LEI DE DIRETRIZES E BASES

De quatro pontos principais cuida o substitutivo:

1) Cátedra vitalícia – sugere-se a substituição do regime de vitaliciedade de cátedra pelo regime de carreira do professor, com novas formas de seleção para o acesso ao magistério e promoção (artigo 75 do substitutivo), e criação concomitante do sistema de departamentos (artigo 72).

Tais disposições complementam a emenda constitucional.

2) Vestibular – advoga-se a sua extinção, substituindo-o, quando necessário, por exames de classificação, e não eliminatórios (artigo 69, parágrafo 1º; artigo 70), propondo-se também a criação de colégios universitários (artigo 80, parágrafo 2º). O atual sistema de vestibular tem um inquestionável caráter seletivo socioeconômico, além de favorecer a aventura, a sorte e o protecionismo, quando deveria ser um teste para avaliar a capacidade de adquirir novos conhecimentos e a vocação do estudante para a carreira. Por essas razões, a sua extinção nos parece um passo importantíssimo na democratização do acesso à escola superior.

3) Verbas universitárias – sugere-se todo um sistema novo e novas diretrizes para a distribuição e aplicação das verbas universitárias (artigo 83).

É impostergável a necessidade de uma racionalização e, portanto, de um planejamento no emprego dos recursos das universidades. Atualmente, a inexistência de critérios de prioridades na distribuição das verbas faz com que exista uma canalização excessiva, e, amiúde, até escandalosa e chocante, para gastos suntuosos e dispensáveis, em prejuízo do atendimento de necessidades urgentes do ensino universitário. Isto constitui igualmente um entrave seriíssimo à democratização e à melhoria do ensino, pois a universidade, em vez de receber mais alunos e de fornecer um ensino realmente melhor, preocupa-se mais em ser objeto de luxo e cartão postal.

4) A participação estudantil nos órgãos colegiados – propõe-se que ela seja, no mínimo, de um terço (artigo 79). Procura-se também eliminar as vacilações e ambiguidade da redação atual do artigo 78, de que se têm prevalecido algumas universidades para introduzir várias limitações ao direito do voto dos representantes estudantis; tais limitações são expressamente vedadas no parágrafo único do artigo 79 do substitutivo.

A representação estudantil representa um dado fundamental para a democratização da universidade e um instrumento in-

dispensável na luta pela abertura da universidade para o povo e pela modernização de sua estrutura.

Exige-se, portanto, uma representação que, para ser significativa e funcionar com dinamismo criador de uma universidade nova, não pode ser inferior a um terço.

Além desses pontos mais importantes, cogita o substitutivo ainda de problemas complementares, de importância menor, como o da frequência obrigatória (artigo 73, parágrafo 1º), dos professores contratados (artigo 76) e da eleição dos diretores que, com a extinção da cátedra vitalícia e a consequente modificação das congregações, passa a ser feita por todos os professores e pelos representantes estudantis, alterando-se por conseguinte a composição do colégio eleitoral (artigo 77; artigo 78, parágrafo 1º).

QUE FAZER?

Os projetos comentados devem ser encaminhados ao Congresso Nacional no início do ano de 1964. Escusa lembrar que não serão pequenas as resistências a sua aprovação, escusa recordar que eles não serão aprovados sem intensa luta do movimento universitário e de todas as outras forças populares.

Urge, portanto, que nos preparemos para essa grande luta. E que fazer?

1) Discussão ampla – é imprescindível, indispensável que os projetos sejam fartamente discutidos por todos os universitários, em todas as faculdades, e mais – por professores, autoridades educacionais, parlamentares, trabalhadores. Que se divulguem amplamente os projetos. Que se organizem conferências, debates, entrevistas na imprensa escrita e falada. Que se realize, logo no início do ano, em todos os diretórios acadêmicos, um seminário, de pelo menos três dias, sobre reforma universitária e, em particular, sobre os projetos. Que não se esqueçam os

atos públicos, as passeatas, as movimentações de massa. Que os projetos sejam levados a assembleias estudantis, como também aos sindicatos, aos comícios, aos conselhos universitários e às congregações.

2) Comissão de estudos – que seja criada, com urgência, em todo diretório acadêmico, em todo diretório central de estudantes, em toda união estadual. Para orientar e executar todo esse trabalho de divulgação e debate dos projetos. Para pesquisar os problemas próprios imediatos de cada estado, de cada universidade, de cada escola, que poderão ser associados, num nível de diretório, de DCE, de UEE, à luta, em nível nacional, pela aprovação dos projetos. Para dar à campanha a perspectiva crítica adequada, isto é, para que o debate não se limite à problemática estreita dos projetos, mais a partir dela abranja toda a problemática da universidade e, mais ainda, da sociedade brasileira. Para se preocupar em orientar todos os estudos e discussões para o plano da luta concreta, para se preocupar em planejar essa luta.

3) Mobilização – e sobretudo, a mobilização, a luta incansável, de que todos participem ativamente, incansáveis, por que todos se sintam responsáveis. Que sejam utilizadas todas as formas de luta: as assembleias, os abaixo-assinados, as manifestações de apoio, os contatos, os telegramas, os manifestos, os panfletos, as passeatas, os comícios, até os remédios mais extremos, quando se tornarem necessários.

E que, assim, nos preparemos para uma luta muito mais séria e mais difícil, de maior envergadura e maior profundidade do que a luta por um terço.

UNIDADE E LUTA

E por isso é que se torna preciso, ao tempo em que fortaleçamos a nossa disposição e a nossa organização para a luta, reafir-

marmos a nossa unidade, a nossa firme e combativa unidade na luta pela reestruturação da universidade brasileira.

Repita-se: esta luta é de todos e de cada um; é de nossa responsabilidade, é nosso compromisso.

REFORMA UNIVERSITÁRIA: PELA APROVAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL E DO SUBSTITUTIVO À LEI DE DIRETRIZES E BASES!

REFORMA UNIVERSITÁRIA: UNIVERSIDADE PARA O POVO E CULTURA PARA LIBERTAÇÃO!

APÊNDICE

Apresentamos, a seguir, o projeto de emenda constitucional e o de substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases.

Para facilitar o seu estudo, pelo confronto com as disposições presentemente em vigor da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resolvemos publicar, lado a lado, os textos atuais da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases e a nova redação proposta nos projetos.

De forma que, do lado esquerdo, se encontram os textos atualmente em vigor da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases; e do lado direito, o texto correspondente dos projetos.

Como a numeração dos artigos do substitutivo nem sempre corresponde à da Lei de Diretrizes e Bases, aproximamos os artigos pelo seu conteúdo, dando a disposição gráfica que mais facilitasse a leitura comparativa.

TEXTO EM VIGOR

Art. 168 – A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

§ VI – para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade.

TEXTO PROPOSTO**EMENDA**

O art. 168, VI da CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, passa a ter a seguinte redação:

Art. 168 – A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

§ VI – o acesso e [a] permanência nas funções do magistério, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, estarão regulados por critérios baseados na carreira do professor e na verificação periódica da capacidade científica e pedagógica dos docentes.

TEXTO EM VIGOR**TÍTULO IX****Da Educação de Grau Superior****CAPÍTULO I****Do Ensino Superior**

Art. 66 – O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 67 – O ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional.

TEXTO PROPOSTO**PROJETO nº 63**

Altera dispositivos da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

Art. 1º – O título IX da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

TÍTULO IX**Da Educação de Grau Superior****CAPÍTULO I****Do Ensino Superior**

Art. 66 – O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais especializados nos diferentes misteres técnicos, científicos e culturais.

Art. 67 – O ensino superior será ministrado nas universidades ou em estabelecimentos isolados de ensino superior autorizados pelo Conselho Federal de Educação, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional.

§ 1º – O Conselho Federal de Educação estabelecerá normas para a autorização de funcionamento de estabelecimentos isolados, baseados na exigência de elevados padrões de ensino e pesquisa e nas necessidades técnicas e culturais da região em que se pretendam instalar.

§ 2º – Não será autorizado o funcionamento do estabelecimento isolado de ensino superior sem que se comprove sua capacidade de pesquisa e treinamento profissional, ou sua conexão com entidades capazes de ministrá-los a todos os seus estudantes, ressalvadas as situações anteriores à vigência da presente lei.

TEXTO EM VIGOR

Art. 68 – Os diplomas expedidos pelas universidades ou pelos estabelecimentos isolados de ensino superior, oficiais ou reconhecidos, serão válidos em todo o território nacional.

Parágrafo único – Os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais ou para a admissão a cargos públicos ficam sujeitos a registro no Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas.

Art. 69 – Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;

b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

TEXTO PROPOSTO

Art. 68 – Os diplomas expedidos pelas universidades ou pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais ou reconhecidos serão válidos em todo o território nacional.

§ 1º – Para efeito de concessão de diplomas de nível superior, serão considerados, nessa categoria, todos os que tiverem realizado programa de estudos ou treinamento, além do nível médio, por prazo não inferior a três anos.

§ 2º – Os diplomas que conferem privilégios para o exercício de profissões liberais ou para a admissão a cargo público ficam sujeitos a registro nas universidades em que foram conferidos ou, no caso de estabelecimentos isolados, junto ao Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir, ainda, seu registro perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas.

Art. 69 – Nos estabelecimentos de ensino superior serão ministrados os seguintes cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que tenham concluído o ciclo colegial ou equivalente;
- b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que tenham concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, abertos ao público ou a candidatos com preparo que vier a ser exigido.

TEXTO EM VIGOR

Art. 70 – O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal [trecho vetado] serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 71 – O programa de cada disciplina, sob forma de plano de ensino, será organizado pelo respectivo professor, e aprovado pela congregação do estabelecimento.

Art. 72 – Será observado, em cada estabelecimento de ensino superior, na forma de estatutos e regulamentos respectivos, o calendário escolar, aprovado pela congregação, de modo que o período letivo tenha a duração mínima de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.

Art. 73 – Será obrigatória, em cada estabelecimento, a frequência de professores e alunos, bem como a execução dos programas de ensino.

§ 1º – Será privado do direito de prestar exame o aluno que deixar de comparecer a um mínimo de aulas e exercícios previstos no regulamento.

§ 2º – O estabelecimento deverá promover, ou qualquer interessado poderá requerer, o afastamento temporário do professor que deixar de comparecer, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios, ou não ministrar pelo menos 3/4 do programa da respectiva cadeira.

§ 3º – A reincidência do professor na falta prevista na alínea anterior importará, para os fins legais, em abandono de cargo.

TEXTO PROPOSTO

Art. 70 – A habilitação de matrícula nos cursos de graduação consiste no certificado de conclusão do curso colegial ou equivalente, podendo os estabelecimentos de ensino superior, quando o número de candidatos à matrícula for superior ao das vagas existentes, realizar provas de seleção de modo a preencher todas as vagas com os candidatos melhor habilitados.

Parágrafo único – O número de vagas a que se refere o presente artigo será fixado anualmente pelo Conselho Universitário para as diversas unidades de uma mesma universidade; pelo Conselho Estadual de Educação, para os estabelecimentos isolados estaduais ou municipais; e pelo Conselho Federal de Educação, para os estabelecimentos isolados federais ou particulares, levando em conta, em todas as hipóteses, as necessidades regionais e o desenvolvimento dos setores produtivos e as condições técnicas que apresentar o estabelecimento.

Art. 71 – O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem a obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício de profissão liberal ou admissão a cargos públicos serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 72 – O programa de cada disciplina, sob a forma de plano de ensino, será elaborado pelo respectivo departamento e homologado pela congregação do estabelecimento.

Art. 73 – Será observado, em cada estabelecimento de ensino superior, na forma de estatutos e regulamentos respectivos, o calendário escolar, aprovado pela congregação, de modo que o período letivo tenha a duração mínima de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.

TEXTO EM VIGOR

Art. 74 – Vetado

Parágrafos 1º ao 7º – Vetados

Art. 75 – Vetado

Incisos I a VII e parágrafos 1º ao 4º – Vetados

TEXTO PROPOSTO

Art. 74 – Será obrigatória, em cada estabelecimento, a frequência de professores e alunos, bem como a execução dos programas de ensino.

§ 1º – Será privado do direito de prestar exame, em primeira época, o aluno que deixar de comparecer a um mínimo de aulas e exercícios previstos no regulamento.

§ 2º – O estabelecimento deverá promover, ou qualquer interessado poderá requerer, o afastamento temporário do professor que deixar de comparecer, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios, ou não ministrar pelo menos 3/4 do programas da respectiva cadeira.

§ 3º – A reincidência do professor na falta prevista no parágrafo anterior importará, para fins legais, em abandono do cargo.

Art. 75 – O acesso e a permanência nas funções do magistério do grau superior serão regulados por leis federais e estaduais e, onde couber, pela regulamentação dos órgãos competentes, obedecidas as seguintes diretrizes:

a) o estabelecimento de uma carreira de professor universitário;

b) a periodicidade da aferição da capacidade científica e pedagógica;

c) a igualdade de condições entre o ocupante de um nível e os ocupantes do nível imediatamente inferior da carreira, no acesso ao concurso ou às provas de renovação do posto;

d) o aproveitamento do professor afastado em virtude de concurso ou provas de renovação de posto, em função compatível com a capacidade demonstrada;

e) o acesso ao ponto inicial da carreira mediante concurso público de provas e títulos.

TEXTO EM VIGOR

Art. 76 – Nos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior, os diretores serão nomeados pelo presidente da República dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, eleitos em lista tríplice pela congregação respectiva, em escrutínios secretos, podendo os mesmos ser reconduzidos duas vezes.

Art. 77 – Nenhuma faculdade de filosofia, ciências e letras funcionará inicialmente com menos de quatro de seus cursos de bacharelado, que abrangerão obrigatoriamente as seções de [trecho vetado] ciências e letras.

TEXTO PROPOSTO

Art. 76 – É lícito aos estabelecimentos de ensino superior, por meio de suas congregações, prover temporariamente a função de magistério, mediante contrato por prazo não superior a dois anos, bem como ministrar os cursos temporários, de especialização, aperfeiçoamento e extensão, por meio de professores convidados.

Art. 77 – Nos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior, os diretores serão nomeados pelo presidente da República, dentre os professores efetivos em exercício, eleitos em lista tríplice pela congregação respectiva, em escrutínio secreto, podendo os mesmos ser reconduzidos duas vezes.

Art. 78 – As unidades de ensino das diversas universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior serão organizados de acordo com os respectivos estatutos e regimentos, incluindo necessariamente os seguintes órgãos:

- a) Congregação
- b) Diretoria
- c) Conselho Departamental
- d) Departamentos

§ 1º – A congregação será constituída pelos professores efetivos em exercício e por representação dos demais docentes e do corpo discente.

§ 2º – A Diretoria será exercida por professor efetivo em exercício, nos termos da presente lei e dos regulamentos cabíveis.

§ 3º – O Conselho Departamental será constituído de representantes dos diversos departamentos, eleitos por estes dentre seus membros, além da representação do corpo discente.

§ 4º – O departamento consistirá na reunião de disciplinas afins, através dos professores que as ministram, nos diversos níveis, incluindo a representação do corpo discente.

TEXTO EM VIGOR

Art. 78 – O corpo discente terá representação, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações, e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades.

CAPÍTULO II

Das universidades

Art. 79 – As universidades constituem-se pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior [trecho vetado].

§ 1º – O Conselho Federal de Educação poderá dispensar, a seu critério, os requisitos mencionados no artigo acima, na criação de universidades rurais e outras de objetivo especializado.

§ 2º – Além dos estabelecimentos de ensino superior, integram-se na universidade institutos de pesquisas e [trecho vetado] de aplicação e treinamento profissional.

TEXTO PROPOSTO

Art. 79 – O corpo discente terá representação com direito a voz e voto em todos os órgãos colegiados de direção das universidades e das unidades que as constituam, bem como dos estabelecimentos isolados de ensino superior, em proporção nunca inferior à metade dos demais membros ou a um terço do total de cada órgão.

Parágrafo único – Os representantes do corpo discente serão escolhidos em escrutínio direto entre os alunos da unidade representada, na forma como indicarem os estatutos do respectivo diretório acadêmico, sendo vedadas as limitações ao direito de voto dos representados, a recondução por mais de uma vez, e a acumulação de mais de um posto de representação pelo mesmo representante.

CAPÍTULO II

Das universidades

Art. 80 – As universidades constituem-se do conjunto integrado de estabelecimentos de ensino superior e de institutos de pesquisa, voltados para o estudo dos problemas regionais e nacionais e para o conhecimento científico e técnico, bem como a aplicação e treinamento profissional.

§ 1º – Nenhuma universidade será constituída de menos de (5) cinco estabelecimentos de ensino superior e de igual número de unidades de pesquisa e treinamento profissional, excetuadas as universidades rurais e outras de objetivo especializado a critério do Conselho Federal de Educação.

§ 2º – A universidade pode instituir colégios universitários destinados a ministrar o ensino da terceira série do ciclo colegial. Do mesmo modo, pode instituir colégios técnicos universitários, quando nela exista curso superior em que sejam desenvolvidos os mesmos estudos. Para habilitação à matrícula, não se fará qualquer distinção entre candidatos que tenham cursado esses colégios e os que provenham de outros estabelecimentos de ensino médio.

TEXTO EM VIGOR

§ 3º – A universidade pode instituir colégios universitários destinados a ministrar o ensino da 3ª série do ciclo colegial. Do mesmo modo, pode instituir colégios técnicos universitários quando nela exista curso superior em que sejam desenvolvidos os mesmos estudos. Nos concursos de habilitação, não se fará qualquer distinção entre candidatos que tenham cursado esses colégios e os que provenham de outros estabelecimentos de ensino médio.

§ 4º – O ensino nas universidades é ministrado nos estabelecimentos e nos órgãos complementares, podendo o aluno inscrever-se em disciplinas lecionadas em cursos diversos, se houver compatibilidade de horários e não se verificar inconveniente didático a juízo da autoridade escolar.

§ 5º – Ao Conselho Universitário compete estabelecer as condições de equivalência entre os estudos feitos nos diferentes cursos.

Art. 80 – As universidades gozarão de autonomia, didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos.

§ 1º – A autonomia didática consiste na faculdade:

a) de criar e organizar cursos, fixando os respectivos currículos;

b) de estabelecer o regime didático e escolar dos diferentes cursos, sem outras limitações a não ser as constantes da presente lei.

TEXTO PROPOSTO

§ 3º – O ensino nas universidades é ministrado nos estabelecimentos e órgãos complementares, podendo o aluno inscrever-se em disciplinas lecionadas em cursos diversos, se houver compatibilidade de horários.

§ 4º – Ao Conselho Universitário compete estabelecer as condições de equivalência entre os estudos feitos nos diferentes cursos, bem como estabelecer os conjuntos de disciplinas que constituirão programas de estudos para os efeitos de concessão de diploma.

Art. 81 – As universidades gozarão de autonomia didática, administrativa e financeira, que será exercida na forma de seus estatutos.

§ 1º – A autonomia didática consiste na faculdade:

a) de criar e organizar cursos, fixando os respectivos currículos;

b) de estabelecer o regime didático e escolar dos diferentes, sem outras limitações a não ser as constantes da presente lei.

TEXTO EM VIGOR

§ 2º – A autonomia administrativa consiste na faculdade:

a) de elaborar e reformar, com a aprovação do Conselho Federal de Educação ou Estadual de Educação, os próprios estatutos e os regimentos dos estabelecimentos de ensino;

b) de indicar o reitor, mediante lista tríplice, para aprovação ou escolha pelo governo, nas universidades oficiais, podendo o mesmo ser reconduzido duas vezes;

c) de indicar o reitor nas universidades particulares, mediante eleição singular ou lista tríplice, para aprovação ou escolha pelo instituidor ou Conselho de Curadores;

d) de contratar professores e auxiliares de ensino, e nomear catedráticos ou indicar, nas universidades oficiais, o candidato aprovado em concurso, para nomeação pelo governo;

e) de admitir e demitir quaisquer empregados dentro da suas dotações orçamentárias ou recursos financeiros.

§ 3º – A autonomia financeira consiste na faculdade:

a) de administrar o patrimônio e dele dispor, na forma prevista no ato de constituição, ou nas leis federais e estaduais aplicáveis;

b) de aceitar subvenções, doações, heranças e legados;

c) de organizar e executar o orçamento anual de sua receita e despesa, devendo os responsáveis pela aplicação do recursos prestar contas anuais.

TEXTO PROPOSTO

§ 2º – A autonomia administrativa consiste na faculdade:

a) de elaborar e reformar, com a aprovação do Conselho Federal de Educação ou do Conselho Estadual de Educação, os próprios estatutos e os regimentos dos estabelecimentos de ensino;

b) de indicar o reitor, mediante lista tríplice, para aprovação ou escolha pelo governo, nas universidades oficiais, podendo o mesmo ser reconduzido duas vezes;

c) de indicar o reitor, nas universidades particulares, mediante a eleição singular ou lista tríplice, para a aprovação ou escolha pelo instituidor ou conselho de curadores;

d) de contratar professores e auxiliares de ensino, ou nomeá-los ou indicar, nas universidades oficiais, o candidato aprovado para nomeação pelo governo;

e) de admitir ou demitir empregados, dentro de suas dotações orçamentárias ou recursos financeiros;

§ 3º – A autonomia financeira consiste na faculdade:

a) de administrar o patrimônio e dele dispor, na forma prevista no ato de constituição, ou nas leis federais e estaduais aplicáveis;

b) de aceitar subvenções, doações, heranças e legados;

c) de organizar e executar o orçamento anual de suas receitas e despesas, devendo os responsáveis pela aplicação de recursos prestar contas anuais.

TEXTO EM VIGOR

Art. 81 – As universidades oficiais serão constituídas sob a forma de autarquias ou fundações; as universidades particulares, sob a de fundações ou associações. A inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas será precedido de autorização por decreto do governo federal ou estadual.

Art. 82 – [trecho vetado] Os recursos orçamentários que a União, [trecho vetado] consagrar à manutenção das respectivas universidades terão a forma de dotações globais, fazendo-se no orçamento da universidade a devida especificação.

Art. 83 – O ensino público superior, tanto nas universidades quanto nos estabelecimentos isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos (artigo 168, II da Constituição).

Art. 84 – O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência desta lei ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.

TEXTO PROPOSTO

Art. 82 – As universidades oficiais serão constituídas sob a forma de autarquias ou fundações, as universidades particulares, sob a forma de fundações ou associações. A inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas será precedida de autorização por decreto do governo federal ou estadual.

Art. 83 – Os recursos orçamentários que a União consagrar à manutenção de suas universidades terão a forma de dotações globais, fazendo-se no orçamento da universidade a devida especificação.

Parágrafo único – Nos trinta dias que sucederem a publicação do orçamento da União, as universidades que tiverem dotações nele incluídas ficam obrigadas a apresentar ao Tribunal de Contas da União os respectivos orçamentos, com a especificação a que se refere o presente artigo. Nos cento e oitenta dias que se sucederem ao encerramento do exercício financeiro da União, ficam obrigadas a prestar contas da dotação recebida àquele Tribunal.

Art. 84 – O ensino público superior, tanto nas universidades quanto nos estabelecimentos isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos (artigo 168, II da Constituição).

Art. 85 – O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência desta lei ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.

TEXTO EM VIGOR

CAPÍTULO III

Dos estabelecimentos isolados do ensino superior

Art. 85 – Os estabelecimentos isolados oficiais serão constituídos sob a forma de autarquias ou de fundações; os particulares, de fundações ou associações.

Art. 86 – Os estabelecimentos isolados, constituídos sob a forma de fundações, terão um conselho de curadores, com as funções de aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução e autorizar os atos do diretor não previstos no regulamento do estabelecimento.

Art. 87 – A competência do Conselho Universitário em grau de recurso será exercida, no caso de estabelecimentos isolados, estaduais e municipais pelos conselhos estaduais de educação; e, no caso de estabelecimentos federais ou particulares, pelo Conselho Federal de Educação.

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único – No caso de desrespeito aos direitos e garantias individuais assegurados na Constituição, bem como de infringência do artigo 1º da presente lei, o Conselho Federal de Educação poderá suspender ou anular atos do Conselho Universitário, sem prejuízo de adoção posterior das medidas a que se refere o presente artigo, desde que haja recurso por parte do interessado ou de seu representante legal.

CAPÍTULO III

Dos estabelecimentos isolados de ensino superior

Art. 86 – Os estabelecimentos isolados, oficiais, serão constituídos sob a forma de autarquias ou fundações; os particulares, de fundações ou associações.

Parágrafo único – Os estabelecimentos isolados, constituídos sob a forma de fundações, terão um conselho de curadores, com as funções de aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução e autorizar os atos do diretor não previstos no regulamento do estabelecimento.

Art. 87 – A competência do Conselho Universitário em grau de recurso será exercida no caso de estabelecimentos isolados, estaduais ou municipais, pelos Conselhos Estaduais de Educação e, no caso de estabelecimentos federais ou particulares, pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 2º – Essa lei entrará em vigor no ano seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Informações sobre os livros

Tel./Fax:(21) 2541-7946

Tel.:(21) 2295-1595 ramal 210

Livrarias Editora UFRJ

Campus Praia Vermelha

Tel./Fax:(21) 2295-4095

Tel.: (21) 2295-1595 ramal 226

Campus Fundação

Tel.: (21) 2598-9490

Este livro foi impresso pela Gráfica Sermograf para a Editora UFRJ em outubro de 2009. Utilizaram-se as fontes Calibri e Helvetica Neue na composição, papel pólen soft 80 g/m2 para o miolo e cartão supremo 250 g/m2 para a capa.